



LEITURAS DO MUNDO DO TRABALHO

Organizadoras:

Laura Senna Ferreira

Maria Soledad Etcheverry Orchard

UM OLHAR SOCIOLÓGICO

ED

Copyright © 2015 Laura Senna Ferreira e Maria Soledad Etcheverry Orchard

Capa

*Design: Tiago Roberto da Silva
sobre gravura de Cleidi Albuquerque.*

Edição e editoração eletrônica
Carmen Garcez

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

L533 Leituras do mundo do trabalho: um olhar
sociológico / Laura Senna Ferreira, Maria
Soledad Etcheverry Orchard (organizadoras). –
Florianópolis : Em Debate / UFSC, 2015.
204 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-68267-16-5

1. Sociologia do trabalho. 2. Profissões –
Aspectos sociológicos. I. Ferreira, Laura
Senna. II. Orchard, Maria Soledad Etcheverry.
III. Título.

CDU: 316.334.22

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br

*O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos
do acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.*

LAURA SENNA FERREIRA
MARIA SOLEDAD ETCHEVERRY ORCHARD
(ORGANIZADORAS)

LEITURAS DO MUNDO DO TRABALHO

UM OLHAR SOCIOLÓGICO



UFSC
Florianópolis

2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. CRIATIVIDADE E IDENTIDADE PROFISSIONAL	
<i>A falácia do ócio criativo</i>	
Felipe Augusto Franke	17
2. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRABALHO DECENTE	
Elaine Lima	39
3. A CULTURA <i>PUNK</i> E O MUNDO DO TRABALHO	
<i>Possíveis interfaces entre o punk rock e o novo sindicalismo de 1977 a 1988</i>	
Josnei Di Carlo Vilas Boas e Renata Costa Silvério	61
4. TRABALHO PRECÁRIO NO JORNALISMO	
<i>Uma ameaça à qualidade da informação</i>	
Jeferson Bertolini	83
5. TRAJETÓRIA E IDENTIDADE PROFISSIONAL DO JORNALISTA BRASILEIRO NA MÍDIA DAS FONTES	
Aldo Antonio Schmitz	103
6. PROFISSÕES DE SAÚDE	
<i>Socialização, hierarquias simbólicas e identidades profissionais na Atenção Primária</i>	
Débora Previatti	121

7. A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA INTERSEÇÃO ENTRE INDÚSTRIA E SERVIÇOS	
<i>Mecânicos e a cadeia da reparação automotiva</i>	
Laura Senna Ferreira e Maria Soledad Etcheverry Orchard	139
8. NOVAS E VELHAS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO NA INDÚSTRIA TÊXTIL	165
Rodolfo Palazzo Dias	
9. NO CHAINS	
<i>Uma experiência de trabalho digno surgida no interior do precarizado mundo laboral</i>	
Sabina Estayno.....	183

APRESENTAÇÃO

Mais uma vez um vendaval estonteia o “anjo da história”, na acepção que a expressão recebeu de Walter Benjamin em alegoria ao quadro de Paul Klee intitulado *Angelus Novus*. Nas últimas décadas, o vendaval do “progresso”, numa nova ofensiva contra o trabalho, afrontou conquistas construídas a duras penas em anos de lutas dos trabalhadores. Por certo não se poderiam prever as consequências que trariam os processos de reconversão produtiva que se iniciaram em 1970 ou a queda do socialismo real no final dos anos 1980, mas esses eventos prenunciavam tempos sombrios. O processo de reestruturação empresarial intensificou a exploração do trabalho e a derrocada da União Soviética foi traduzida como a vitória definitiva do capitalismo. Nesse contexto, o que restou aos trabalhadores e o que coube aos sociólogos do trabalho? Todos foram postos em estado de perplexidade. Passado o susto, foi preciso se reerguer das ruínas. Agora, pode-se dizer que, apesar dos muitos dramas sociais enfrentados, a classe trabalhadora tem buscado novas saídas. Igualmente, os sociólogos do trabalho, a despeito das dificuldades de construção de sínteses explicativas, esforçam-se em compreender as metamorfoses do trabalho.

A nova ideologia do trabalho tem sido objeto de pesquisas recentes. Sob o auspício da competitividade, essa nova versão ideológica instaura uma rivalidade sem igual entre os homens. Difundem-se os preceitos de que todos precisam investir na própria empregabilidade e incrementar suas capacidades empreendedoras como saídas para os dilemas econômicos e sociais. As possibilidades de soluções comuns remetem às formas coletivistas ultrapassadas, vistas como verdadeira perda de tempo em um momento de proeminência das saídas individuais. As pesquisas no campo do trabalho vêm demonstrando o desfavor que tal ideologia tem representado, contribuindo para os processos de despolitização e fratura das solidariedades sociais.

Tais acepções nascem simultaneamente às experiências concretas de um mundo do trabalho marcado pelos ditames do capitalismo flexível, que é, de fato, pouco flexo. Flexibilidade é como o movimento dos galhos de uma árvore que, com o sopro do vento, vão para um lado e para outro. Todavia, tal categoria, do ponto de vista empresarial, vê-se distorcida, pois se flexibiliza apenas um dos lados da relação: o trabalho. Enquanto isso, as empresas permanecem rígidas e determinadas nos seus objetivos fixos de ampliação da produtividade e do lucro.

Outro imperativo que salta aos olhos diz respeito ao uso das tecnologias. Prometidas como o impulso que serviria para reduzir os esforços e usada para afrontar seus críticos – os considerados arcaicos e românticos desde o ludismo –, a tecnologia liberou o tempo, mas não resultou em menos trabalho. Nossas vidas estão repletas de dispositivos, mas alguns trabalham mais do que outrora enquanto outros são levados a um ócio forçado como corolário do desemprego. Por que se faz preciso trabalhar sem parar? Por causa dos salários na linha da pobreza? Devido ao consumo guiado pela lógica interminável do “sempre mais”? E/ou graças à atualização da velha ideologia do progresso e da positivação do trabalho? Aquela ideologia à qual se referia o escritor colombiano Gabriel García Márquez, no romance *Cem anos de solidão*, ao contar que os moradores da aldeia Macondo pararam de dormir para não perder tempo e trabalhar mais e mais, até o ponto que se esqueceram da existência de Deus. Como em Macondo, temos conhecido de perto o fim da jornada de trabalho, numa completa expansão do trabalho sobre as mais diversas esferas da vida. Hoje, *tablets* e *smartphones* representam, muitas vezes, o descontrole da vida pessoal na sua relação com o trabalho.

A análise do trabalho coloca os sociólogos frente às mudanças e permanências do capitalismo. As dinâmicas das cadeias produtivas globais têm gerado um novo desenvolvimento desigual e combinado, agora sob forte domínio do capital financeiro. A antropofagia dessas cadeias globais se alimenta da precarização do trabalho que se apresenta na maior parte dos territórios, enquanto pequenas ilhas do globo podem viver no paraíso do trabalho digno e decente, basicamente à custa da “indecência” com a qual se trata o trabalho em outros cantos

do planeta. Na esteira do déficit de trabalho decente destacam-se: terceirizações; facilidade para demissões; enfraquecimento sindical; expansão do mercado financeiro; privatização das estatais; acumulação flexível; toyotismo; reestruturação produtiva; deslocamento de plantas industriais à procura de baixos custos com mão de obra; desemprego; informalidade; guerra fiscal, e assim por diante. Entre os resultados, do ponto de vista do trabalho, sublinham-se: jornada intensa e extensa; ritmo acelerado; assédio; ausência de segurança com riscos de acidentes; adoecimentos; metas inatingíveis; disciplinamento; alta rotação de pessoal e até mesmo trabalho similar ao escravo.

Mas será que os senhores da vida moderna imaginaram que seria possível seguir, a salvo de consequências, nesse movimento sem trégua de intensificação da exploração? As experiências têm mostrado que se enganaram os que apostaram no fim dos conflitos e dos projetos de resistência a partir do trabalho. Em toda parte emergem greves, mobilizações sindicais, protestos de estudantes desempregados, experiências autogestionárias e outras ações que mostram que ainda há muitos caminhos possíveis pela frente.

Com essa preocupação, o livro que ora trazemos a público representa um esforço de análise plural acerca do trabalho na virada do século XX para o XXI. A obra resulta de um projeto coletivo e construído com os alunos da disciplina Sociologia do Trabalho, que ministramos em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Aqui estão reunidos estudos associados aos projetos de dissertações e teses dos respectivos autores, que representam uma leitura do mundo do trabalho a partir das suas diferentes interfaces: política, identidade, cultura, direitos, gênero, empregabilidade, precariedade, autogestão, entre outros aspectos.

Os diferentes artigos que compõem este livro se vinculam pelo interesse comum em compreender as complexidades que envolvem um mundo do trabalho de mudanças e permanências, de perdas e de possibilidades, em um contexto de radicalização da crise e fragilização da sociedade salarial. Do trabalho criativo e imaterial no setor de serviços à materialidade concreta do trabalho industrial, os textos

demonstram que os trabalhadores têm experienciado maior instabilidade e insegurança nas suas respectivas ocupações. Todavia, munidos da convicção de que tudo muda e que não existe “fim da história”, os autores, de forma criativa, aludem para as possibilidades futuras, que não se esgotam e que nascem de uma série de experiências concretas dos sujeitos sociais.

Com esse espírito de abertura em relação a um olhar plural e pluralizante, que vê na dinâmica da relação entre sujeito e estrutura o movimento de construção, reconstrução e revolução do real, convidamos à leitura dos artigos que apresentamos a seguir com a finalidade de despertar o interesse dos leitores.

Felipe Augusto Franke, em *Criatividade e identidade profissional: a falácia do ócio criativo*, investiga as implicações do discurso do ócio criativo na jornada de trabalho. Entre as profissões do conhecimento, analisa designers que atuam numa multinacional de eletrodomésticos na cidade de Florianópolis (SC). Para o autor, o discurso da criatividade vai ao encontro das expectativas empresariais de flexibilização do trabalho. Nos depoimentos, a respeito da própria função, os *designers* mencionam autonomia, crítica à burocratização, mérito, competência, risco e gosto pela liberdade. Tais valores antecedem e se concatenam ao novo espírito do capitalismo contemporâneo. Franke versa sobre questões cruciais: o avanço do trabalho sobre o lazer; a transferência para o trabalhador da responsabilidade pela própria empregabilidade; o impacto das pressões do trabalho sobre as identidades laborais. Para os que trabalham com ideias e conhecimento, verifica-se uma maior ambiguidade das fronteiras entre trabalho e não trabalho. Nas contratações desses trabalhadores, além dos seus currículos e diplomas entram nas negociações as suas experiências sociais e estilo de vida. Do ponto de vista empresarial, os dois últimos aspectos garantem um “repertório” que pode contribuir para as soluções do dia a dia das corporações. Nessa perspectiva, o lazer faz parte do trabalho, o que por si mesmo esvazia a ideia de ócio. Tais movimentos resultam numa padronização de comportamentos, consumo e estilos, nas palavras de Franke, em “vivências únicas” e “clichês”. As “pessoas criativas” produzem-se para os seus empregadores. O autor – criativo

como os seus interlocutores de pesquisa – nos convida a observar de que modo os *designers*, que se inspiram muito na excentricidade da figura icônica do boêmio, veem seus ideais profissionais tensionados pela realidade precarizante do trabalho.

Elaine Lima, em *Pessoas com deficiência e trabalho decente*, considera a literatura sobre deficiência, observando dois modelos distintos de análise: o modelo médico e o modelo social. O último politiza a deficiência e denuncia a forma pela qual têm se submetido os deficientes aos padrões chamados normais de uma sociedade discriminatória, questionando a ideia de deficiência como doença a ser curada e medicalizada. Trata-se de uma abordagem para além da perspectiva biomédica. O modelo social transcende a academia, influenciando movimentos sociais, organismos internacionais e políticas públicas que orientam o campo do trabalho. A autora demonstra que tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) têm buscado, por meio de convenções e tratados, garantir os direitos das pessoas com deficiência. O Brasil tem ratificado as proposições dos organismos internacionais, assumindo compromissos com a promoção do trabalho decente para esse grupo social. Nessa reflexão, Lima retoma o tema da centralidade do trabalho, a partir do debate sobre a constituição e crise da sociedade salarial. Trata a ausência de inserção na esfera produtiva ou a atividade laborativa vulnerável como fator de dissociação social. No caso da pessoa com deficiência, indica que as políticas públicas no campo do trabalho emergem como fator social integrador. Assim, a autora demonstra a importância de um tratamento político e não meramente técnico do problema da deficiência na sua relação com o trabalho.

Josnei Di Carlo Vilas Boas e Renata Costa Silvério, no artigo *A cultura punk e o mundo do trabalho: possíveis interfaces entre o punk rock e o novo sindicalismo de 1977 a 1988*, analisam o movimento artístico cultural *punk* e sua influência entre os jovens de São Paulo e do ABC Paulista, muitos deles filhos de operários, em um contexto marcado pelo Novo Sindicalismo e demais lutas contra a ditadura militar. Os autores demonstram de que maneira o *punk rock*, em forma de protesto e resistência contra injustiças sociais, denun-

ciou, em suas letras, a precariedade das condições de vida e do trabalho operário, estabelecendo, por essa via, uma conexão entre política e cultura. A partir de autores como Edward P. Thompson e Raymond Williams, Vila Boas e Silvério postulam o conceito de cultura e sua relação com a experiência concreta dos homens, indicando que os jovens *punks* compartilhavam experiências com os trabalhadores urbanos, haja vista a sua mesma origem de classe. Na perspectiva expressa no artigo, a cultura *punk*, a exemplo da banda Garotos Podres, desnudou o mundo do trabalho e, dessa forma, construiu uma cultura comum ao Novo Sindicalismo.

Jeferson Bertolini, em *Trabalho precário no jornalismo: uma ameaça à qualidade da informação*, debate a atividade laborativa sob a égide do neoliberalismo e do surgimento de uma nova categoria de trabalhadores: o precariado. Esse grupo de superexplorados não tem a salvaguarda do vínculo empregatício, segurança de renda, garantia de representação e vive sob a demanda constante por adaptação de habilidades. Eles são um caso paradigmático de trabalho flexível. Bertolini parte da constatação de que o novo paradigma do trabalho não se propõe a garantir estabilidade, proteção social e pertencças coletivas, ampliando vulnerabilidades subjetivas e objetivas. O autor trata da precarização do trabalho dos jornalistas brasileiros, especialmente aqueles que atuam em redação (lidam com notícia). Demonstra que, nas últimas décadas, a profissão passa por profundas transformações em grande parte devido às novas tecnologias digitais, que reconfiguraram o mercado de trabalho e reestruturaram as empresas de mídia. Alteram-se, assim, o perfil e a rotina dos jornalistas. Tais transformações levam os profissionais a compor um perfil multimídia e multitarefa, resultando em sobrecarga de trabalho, isolamento do convívio familiar, insegurança no emprego, desrespeito aos direitos trabalhistas, enfraquecimento como categoria, descontrole da vida pessoal, entre outros. Bertolini ainda enriquece sua análise demonstrando que a precarização do trabalho não atinge apenas os jornalistas, mas inclusive o público ao qual se destinam as notícias que eles produzem, dada a precarização da informação que se torna mais imediata, mas também mais enfraquecida e vazia em relevância social.

Aldo Antonio Schmitz analisa a mídia das fontes como um novo paradigma de trabalho, no artigo *Trajetória e identidade profissional do jornalista brasileiro na mídia das fontes*. Nessa configuração, os jornalistas veem restringir-se sua autonomia, posto que estão sujeitos a uma maior instabilidade contratual, ao acúmulo de funções, constrangimentos e normas rígidas com respeito aos processos e conteúdos do trabalho. O autor discorre sobre o tema das trajetórias e da construção das identidades, a partir da constituição do *habitus* profissional nesse subcampo do jornalismo. Propõe uma reflexão sobre a relação entre formação e posição no mundo do trabalho, considerando os embates sociais constitutivos da dimensão biográfica e coletiva das identidades e as crises que as compõem. Se, por um lado, as crises geraram renovação, oportunidades de carreira, desafios e novas estratégias profissionais, por outro, promovem vulnerabilidade, incerteza e precarização. Para Schmitz, a atuação na mídia das fontes faz com que a atividade jornalística seja ainda mais imprecisa e as identidades tenham contornos ainda mais fluidos que outrora.

Débora Previatti, em *Profissões de saúde: socialização, hierarquias simbólicas e identidades profissionais na Atenção Primária*, revela as tramas sociais que envolvem o mercado de trabalho e a questão das formações identitárias nas diversas profissões que compõem o campo da saúde pública. A autora investiga uma unidade de Atenção Primária de Florianópolis (SC). Esse subcampo inseriu uma série de profissões no campo da saúde, gerando estratégias de controle e proteção do mercado de trabalho por parte dos grupos que já pertenciam ao campo e que buscam ganhar ou manter suas posições, *status* e prestígio. A Atenção Primária, como novo modelo de tratamento do usuário, espera estabelecer maior agilidade e flexibilidade no atendimento à saúde, valores de um capitalismo flexível que demandam um novo perfil de trabalhador. O programa tem como propósito a interdisciplinaridade horizontalizada e o trabalho em equipes multiprofissionais, mas o que se vê é a construção de novas hierarquias simbólicas e segregação, como evidencia a própria expressão corrente no segmento: médicos e não médicos. Previatti demonstra de que modo as desigualdades de poder entre esses trabalhadores se reproduzem nos salários,

nos benefícios, no espaço físico, na linguagem, tomadas de decisões e demais âmbitos das sociabilidades cotidianas.

Laura Senna Ferreira e Maria Soledad Etcheverry Orchard, em *A centralidade do trabalho na interseção entre indústria e serviços: mecânicos e a cadeia da reparação automotiva*, consideram que a ascensão recente do setor de serviços tem confirmado a tese da centralidade do trabalho como cimento das relações sociais e categoria sociológica chave. Os serviços, como qualquer outro setor, estão submetidos à normatização, à disciplina, ao controle de rendimento e de produtividade. A partir do caso da indústria da reparação automotiva de Porto Alegre (RS), pontua-se a importância das relações inter-setoriais, numa perspectiva de cadeia. A cadeia automotiva envolve oficinas mecânicas, autopeças, concessionárias e montadoras. Com a reconversão produtiva que chega ao setor, observa-se a incorporação da eletrônica aos automóveis e ferramentas e a demanda por outra formação dos trabalhadores, o que faz com que cresça na ocupação o componente mais intelectualizado e abstrato. O processo é acompanhado por uma “higienização” da linguagem e da imagem do ofício, que visa a um novo *status* e à reclassificação social. Igualmente, busca-se o empresariamento da atividade, posto que as oficinas se tornaram um ramo de negócio promissor. A relevância econômica do pós-venda acompanha o aumento da frota de veículos. Trata-se de um período de maior racionalização de um eixo da cadeia automotiva que, até recentemente, esteve pouco submetido à instrumentalização de resultados. Todavia, a pulverização dos estabelecimentos e a autonomia dos reparadores tornam difícil o controle do que se passa no cotidiano da oficina, seja pelas montadoras, pelos fabricantes de autopeças ou pelo varejo, entre outros agentes. O contexto do capitalismo flexível tem permitido, no segmento, uma convivência em rede dos pequenos estabelecimentos, o que coexiste com a centralização e associação subordinada às oficinas mais bem posicionadas em termos de capital, tecnologia e conhecimento.

Rodolfo Palazzo Dias analisa a indústria têxtil numa perspectiva de “longa duração” (Fernando Braudel), no artigo *Novas e velhas características do trabalho na indústria têxtil*. Propõe uma interface

entre História e Sociologia, lançando mão de dados históricos para uma releitura do presente, e aponta para determinadas tendências das mudanças atuais, tendo em vista o sentido do trabalho na sociedade capitalista. O autor realiza um estudo bibliográfico com o propósito de comparar a indústria têxtil nos seus primórdios ingleses e nos dias de hoje, considerando principalmente o caso brasileiro. Indica como comum a esse setor, em diferentes momentos históricos, aspectos, tais como: intensificação da jornada; sobreposição do ambiente de trabalho e do doméstico; presença das mulheres; subcontratação; baixos salários; mão de obra desorganizada; alto controle do tempo de produção, entre outros. Palazzo questiona a versão unilateral que destaca apenas os novos elementos presentes na forma de organização contemporânea do trabalho, pois indica que, apesar do desenvolvimento tecnológico, ainda estamos diante de formas muito arcaicas de organização do trabalho, tão antiquadas quanto opressoras.

Por fim, no artigo *No Chains: uma experiência de trabalho digno surgida no interior do precarizado mundo laboral*, Sabina Estayno observa as transformações do mundo do trabalho a partir da análise da Foxconn, na China, maior fabricante de produtos eletrônicos do mundo, e de fábricas do setor têxtil no Sudeste Asiático e na América Latina. Em oposição a esses modelos de empresa, com base na análise de duas cooperativas – Dignity Returns (Tailândia) e Mundo Alameda (Argentina) –, considera as experiências de autogestão como uma forma de contraposição aos processos de precarização. Trabalhadores dessas duas cooperativas se reuniram para criar uma marca de roupas global, a No Chains. A experiência da No Chains, além de uma alternativa econômica, busca uma conscientização contra o trabalho escravo e pelo trabalho digno. A autora indica que no contexto do neoliberalismo e da mundialização do capital, a flexibilização das leis laborais é acompanhada por uma campanha antipolítica, que evita a solidariedade e a busca de respostas coletivas aos problemas. Todavia, Estayno demonstra que alternativas coletivas estão sendo construídas. O movimento autogestionário tem mirado novos horizontes: alternativa à exploração; relações mais democráticas; melhoria na qualidade de vida; melhores condições de trabalho; satisfação de objetivos ético-

-morais; participação dos trabalhadores na organização e na totalidade do processo produtivo; gerenciamento horizontal; responsabilidade coletiva. Na perspectiva da autora, a forma cooperativa e a autogestão não são apenas diferentes, mas contrárias às formas de produção capitalista. Trata-se de uma ferramenta contra-hegemônica.

Como se pode perceber a partir desta breve apresentação, cada um dos estudos aqui reunidos representa uma grande contribuição ao campo de estudos do trabalho.

Boa leitura a todos!

Laura Senna Ferreira

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Florianópolis, dezembro de 2015.

CRIATIVIDADE E IDENTIDADE PROFISSIONAL

A FALÁCIA DO ÓCIO CRIATIVO

*Felipe Augusto Franke**

O presente artigo tem como objetivo descrever o processo de internalização do discurso sobre a criatividade, assim como retratar de que forma o modelo de boêmio, livre e “criativo” se torna uma ideologia para o trabalho. Considera-se as consequências da emergência do discurso do “ócio criativo”, que esconde as mazelas na qual os profissionais criativos, exemplificados na figura do *designer* gráfico, encontram-se, por cultuarem um modelo de trabalho que extrapola sua jornada diária – adentrando tanto no seu lazer quanto no seu descanso. A necessidade de bens e experiências emerge como característica marcante de uma profissão que não possui uma identidade estabelecida, em que o estético suplanta o científico, e as experiências momentâneas o cotidiano.

Essa pesquisa incorpora a análise de 23 entrevistas realizadas entre setembro de 2013 e dezembro de 2014, com profissionais atuantes em uma equipe de criação da filial latino-americana de uma multinacional de eletrodomésticos, operantes em duas de suas locações: Joinville (SC) e São Carlos (SP). A equipe de criação era composta por *designers* com formação acadêmica e outros profissionais diretam-

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: felipefranke@gmail.com.

te relacionados com as etapas de concepção dos projetos¹. Durante a investigação, participei de atividades extras laborais – *happy hours*, almoços, paradas para o café e afins –, além da observação sistemática dos conteúdos disponibilizados em suas redes sociais.

Mas o que é criatividade?

São em perguntas simples como essas que encontramos nossos maiores desafios. Diversos discursos já foram mobilizados para conceituá-la, sendo idolatrada desde a Grécia antiga até a contemporaneidade. Não há um consenso entre os pesquisadores acerca de um significado definitivo sobre a criatividade (Williams, 2009). Isso não impede que – olhando pela perspectiva daqueles que diariamente a instrumentalizam – os discursos sobre a criatividade exerçam consequências sobre suas vidas pessoais.

Quando indagados com perguntas relacionadas à criatividade e seus trabalhos, os entrevistados – especialmente aqueles voltados à criação – demonstraram uma relativa homogeneidade em suas percepções. Respondendo às questões “o que seria a criatividade para você?” e “qual seria a imagem que fazem de alguém criativo?”, definições como “não possuir amarras”, “pensar por um caminho diferente”, “questionar e por vezes burlar as regras” foram recorrentes, como mostram alguns trechos das entrevistas:

Felipe: Se pudesse definir o que é criatividade, o que vocêalaria?

Designer 01: [...] primeiro, fazer diferente eu acho, não fazer o mesmo, [...] fugir um pouquinho do padrão.

Felipe: E por alguém criativo, o que vem primeiro a sua cabeça?

Designer 01: Uma pessoa meio “maluquinha”, sabe? Alguém mais despojado, que parece fora do padrão [...].

¹ A escolha dos participantes foi feita levando em consideração o caráter relacional da construção de uma identidade profissional, ou seja, através da convivência tanto com seus pares quanto com seus opostos ou concorrentes. Por isso, também foram entrevistados engenheiros, profissionais das áreas de Recursos Humanos e Marketing, todos diretamente relacionados com etapas determinadas do processo de criação.

É interessante observar a criatividade como algo que fuja ao cotidiano, revolucionário por excelência ao rejeitar o padrão estabelecido. Na obra de Weber (2002, 2004, 2008) a palavra é citada diversas vezes, associada ao caráter extracotidiano do carisma, da vocação, da esfera artística e erótica, o que corrobora perfeitamente com essa definição sobre o caráter revolucionário da criatividade. Em seu caráter mais puro e ideológico, a criatividade pode ser interpretada como um descontentamento mobilizador.

A criatividade, contudo, para grande parte dos entrevistados também está relacionada à forma de acessar e redesenhar informações disponíveis dentre um repertório limitado de opções, construídas pelo dia a dia dos próprios criativos, em um ciclo de recriação constante. Suas respostas estão intimamente entrelaçadas com as experiências vivenciadas.

Felipe: O que seria, para você, criatividade?

Designer 04: Eu acho que criatividade é uma ferramenta, que tem que ser exercitada, eu acho que não tem nada a ver com dom porque, para mim, tem tudo a ver com repertório, com o quanto você se mantém antenado, ligado e disponível para absorver informação. E principalmente, não adianta nada a pessoa ter um repertório superextenso, se ela não sabe como usar isso. Então, é saber acionar essas informações que você tem no momento certo e conseguir *linkar* pontos que, às vezes, você não faria normalmente, fazer esses jogos, usar essas ferramentas para chegar a um resultado diferente.

Nem sempre uma solução criativa vai ser uma que vai [sic] todos “uau, que criativo”, para mim a criatividade é muito mais: como ninguém nunca pensou nisso. Tem muita gente que *linka* criatividade com inovação, eu acho que é bem diferente. Na minha opinião, tem um limiar onde criatividade mais alguma coisa pode se transformar em inovação, mas acho que criatividade é você encontrar atalhos, ou conseguir uma resposta diferente do lugar comum, mas não necessariamente a inovação.

A criatividade como repertório estaria situada em uma zona ambígua entre o coletivo e o individual. Coletivo, porque é alimentada por experiências apenas possíveis pela interação entre o indivíduo e o que o cerca – sejam objetos, situações ou pessoas. E individual, porque todo o acúmulo de informações que formam seu repertório é decorrente de suas “próprias” decisões e vontades.

Descrever a criatividade como um repertório traz uma série de consequências para seus operadores, muitas delas romantizadas por autores contemporâneos (Florida, 2011; Russell, 2002; De Masi, 2000, 2001, 2002; Lafarge, 2003), sendo fortes traços da flexibilização do trabalho relatados por Boltanski e Chiapello (2009). Ater-me-ei a três aspectos-chave: o avanço do trabalho sobre o lazer, possibilitado pelo conceito de ócio criativo; a transferência para o trabalhador da responsabilidade pela própria competência e empregabilidade; e o impacto dessa definição sobre as identidades laborais.

DESIGN: DISCURSOS E PRÁTICAS

Tanto a criatividade quanto a profissão do *designer* são conceitos em disputa, muito longe de um consenso teórico. Para os entrevistados, no entanto, existiu uma forte coalizão para uma definição do que seria criatividade baseada em repertórios, sagacidade e ócio; e de sua profissão como mediadores entre múltiplas interfaces da empresa.

O *design* desde sua origem tem como referência um complexo conjunto de identidades: do artista, do cientista e do artesão. A última, no nosso entender, seria o pilar central em que apoiam-se as demais, isso pelo fato de o artesão manipular a estética sem necessariamente produzi-la como um artista e utilizar-se de materiais estudados e desenvolvidos com a finalidade de tornar sua obra factível, sem desenvolvê-los. Em suma, o artesão é aquele que concilia arte e técnica – mesmo que não necessariamente nessa ordem, ou mesmo em escalas iguais –, unindo o trabalho intelectual de projeto com o trabalho manual de prototipagem e testes até que o produto esteja pronto para sua fabricação e replicação.

Difere da arte e da técnica também pela inexistência de um reconhecimento nominal: suas obras são concebidas para comercialização e uso de outros, nunca para si mesmo (Zoladz, 2011). A invisibilidade do *design* retrata com clareza a alienação e o fetichismo da mercadoria de Marx (2011), pois, no consumo de um bem concebido por um ou mais *designers*, muitas vezes não é apenas ignorada a existência da relação direta entre produtor e comprador, mas o público leigo desconhece também quem projetou um objeto adquirido, muitas vezes não tendo ideia de que existiu um projeto, ou mesmo um profissional ou equipe que o concebeu, sabendo apenas o nome disponível na etiqueta.

A incompreensão sobre o que é o *design* e seus limites causa o problema relatado por muitos dos entrevistados: a execução de seu trabalho da maneira como foi concebido idealmente em sua imaginação é, na maioria dos casos, inviável, pois prazos, necessidades, pesquisas e metodologias são postas em segundo plano devido ao estado de urgência contemporâneo e/ou à incompreensão dos contratantes.

Eis que então o *designer*, invisível ao público como profissional – em oposição à massificação da palavra *design*, que é amplamente difundida –, mas ainda com a necessidade de autoafirmação identitária, parece se voltar para o boêmio e sua excentricidade “criativa”, essa sim uma figura icônica no imaginário daqueles que habitam os grandes centros. É intrigante como a identidade de um grupo de indivíduos notoriamente contra a industrialização torna-se o referencial para um grupo de profissionais altamente vinculados à mesma.

Taylor (1997) oferece algumas pistas para entender esse paradoxo ao localizar no boêmio romântico do início do século XIX características diretamente relacionadas a conceitos sobre a criatividade, entre eles o potencial revolucionário e o desprezo pelo sistema produtivo industrial. A postura da boemia romântica era o manifesto pelo que havia de mais humano, sua capacidade de transgredir barreiras e criar o inimaginável, contraponto a industrialização padronizada e sufocante da época.

Como muitos outros críticos ao capitalismo, o boêmio romântico também foi arrebanhado para suas fileiras, atraído pela ilusão de

mudança e deformado em seu interior. Seus hábitos, não seus ideais, tornaram-se sua marca. Sua postura contra o sistema e seu potencial criativo foram elevados ao patamar de necessidade e lá foram domesticados.

Para os entrevistados, quando confrontados com perguntas relacionadas ao tipo de função que desempenham e aos conhecimentos necessários para as exercerem, a resposta majoritariamente dada foi: **empatia**. Uma resposta inesperada, mas que quando verbalizada demonstra bem sua relação conflituosa tanto com o usuário quanto com setores mais fundamentados dentro de uma estrutura industrial, como engenharia e marketing.

Felipe: Quais são as competências que você acha necessárias para exercer a sua função?

Entrevistado 04: Eu acho que você tem que ter muita empatia. A gente trabalha diretamente com sete ou oito projetos ao mesmo tempo, com diferentes públicos, com diferentes tipos de interação. Então hoje mesmo tinha uma senhora lá que tinha dificuldade até em escrever o nome, ela estava lá avaliando um produto, e ontem eu estava avaliando um produto com um médico. Então, assim, saber se colocar nos pés e entender o que aquilo significa e que uma mesma necessidade tem diferentes maneiras de ser resolvida.

A técnica, a experiência, a estética, todos esses conceitos teorizados por intelectuais voltados ao *design* ficam em segundo plano. De nada adiantam sem a capacidade de expô-los aos não iniciados. Apesar de utilizar-se da arte e da ciência, o *design* não é um nem outro. Dentro de uma estrutura de trabalho, o *designer* não pode recorrer ao recurso do artista quando confrontado com críticas, não pode simplesmente alegar “você não entendeu meu trabalho”, da mesma forma como não consegue explicar em números o porquê de elementos específicos, como faz um engenheiro.

A solução para esse dilema é a tentativa de cientificar o “incientificável”: estabelecer uma metodologia projetual capaz de recontar o caminho percorrido durante a concepção do projeto, traduzindo em

palavras o porquê de cada elemento. A explicação de um projeto de *design* tende a ser mais um processo de venda dentro de uma carapaça científica.

Felipe: Você vê um patamar de igualdade entre essas áreas [engenharia, produção, marketing e design]?

Designer 04: Vejo! Falta um pouco ainda, [...] assim, acho que é uma coisa cultural do *designer*, a gente tem dificuldade em saber o quão importante é o que estamos dizendo, sabe? Chega a engenharia com números, com dados técnicos e não sei o quê, e coloca na mesa. Chega o suprimento com valores, com custos e coloca na mesa. Aí chega a gente com..., sabe... Muitas vezes a gente não sabe se posicionar, porque se a gente se posicionar da maneira certa eles vão entender também. [...] Muitas vezes é só a gente usar o argumento certo.

Felipe: Uma dificuldade em utilizar a linguagem burocrática da empresa?

Designer 04: É uma falta de argumentação, que é uma coisa que eu adoro fazer, adoro ir em reunião pra fazer esses *trade offs*², porque eu acho que a gente tem uma arma muito grande, que é a voz do consumidor. “Vocês sabem o que é melhor para a máquina, vocês sabem o que é melhor para os negócios e a gente sabe o que é melhor para as pessoas”.

Quanto ao seu envolvimento com o usuário, existe aqui uma contradição latente. A palavra *design* tornou-se parte do cotidiano de muitos, mesmo sem uma compreensão profunda do que signifique, ainda mais no Brasil, já que essa palavra não faz parte de nossa língua oficial. Vemos e ouvimos esse termo por toda parte, como argumento de venda em comerciais de carros ou de produtos eletrônicos e até mesmo em fachadas de salões de beleza – “*hair design*”, “*design* de sobancelhas”. Costumeiramente, sem uma ideia clara de seu signifi-

² *Trade offs* são situações de negociação onde existem relações de “perde-e-ganha”. São disputas em que, geralmente, aceita-se negociar determinado ponto em troca de outro entendido como vital para o projeto.

cado: se o design por muitas vezes não é compreendido dentro de seu próprio ambiente, fora dele seu mistério aumenta.

A empatia é necessária ao *design* para que o profissional se coloque no lugar do outro, para que entenda não só as razões por trás das demandas verbalizadas pelo usuário, mas também para explicá-las aos seus colegas. Por mais que no conhecimento popular o *design* esteja associado muito mais à estética do que à ciência ou às necessidades do usuário, como nas palavras de Maldonado (1958 apud Bonsiepe, 2011, p. 52-53):

A estética é apenas um dos fatores, entre muitos, com os quais o *designer* de produtos trabalha, não sendo o mais importante e nem tampouco aquele dominante. Ao lado do fator estético, existem os fatores da produção, da engenharia, da economia e também dos aspectos simbólicos.

Em sua essência, o *design* industrial é a antecipação dos conceitos do “novo espírito do capitalismo”, observado por Boltanski e Chiapello (2009). Desde seu princípio, ele põe em cena a introdução de um novo valor para além dos de troca e de uso, amplamente conhecidos pela sociologia contemporânea: um valor simbólico, subjetivo. O *design* é como uma moeda, possuindo duas faces: em uma, possui um poder capaz de modificar o contexto no qual se insere; na outra, apenas fomenta o frenesi do consumo.

Esse novo espírito do capitalismo traz consigo a deturpação da crítica ao capitalismo feita no final da década de 1960, a emergência política da subjetividade. E resulta de uma série de lutas contra o Fordismo e o trabalho extremamente racionalizado, padronizado, a favor de uma maior liberdade e autonomia.

Quem melhor para simbolizar a conquista desses ideais do que uma profissão já conhecida no imaginário popular europeu e estadunidense, mas que ainda assim não tinha uma identidade amplamente estabelecida? Os discursos sobre *design* tomam força no Brasil a partir da década de 1980 (Bonsiepe, 2011) sob a imagem daquele capaz de influenciar estrategicamente uma empresa, de agregar muito mais do

que valor a uma marca, dotá-la de personalidade, de transformar mercadorias/serviços e empresas em verdadeiros ícones culturais. Como se pode observar, é a segunda face da moeda que é a fortalecida.

UMA MIRAGEM NO DESERTO

Muitos dos que estudam o *design* ainda alimentam esse desejo de revolução do social que vem das origens da profissão. “O design nasceu com o firme propósito de pôr ordem na bagunça do mundo industrial. [...] As atividades de projetar e fabricar artefatos, exercidas há muito em relativo silêncio, migraram para o centro dos debates políticos, econômicos e sociais” (Cardoso, 2011, p. 15-16). Isso gera um conflito entre a identidade que um *designer* sustenta de sua profissão e a imagem que a sociedade tem dela, e eis o porquê da empatia ser uma “necessidade” constantemente mencionada pelos *designers*: a batalha discursiva em torno do conceito de *design* – batalha essa também travada no que cerne o conceito de criatividade. “Essas palavras comprovam a conexão nefasta da profissão do *designer* com as coisas caras, rebuscadas, excêntricas e bonitinhas. Fica a dúvida quanto à capacidade do *design* em libertar-se desse abraço” (Bonsiepe, 2011, p. 59-60).

Ao analisar os relatos obtidos, entretanto, um ponto torna-se peculiar: há uma relativa estabilidade nos cargos relacionados ao *design*. Para muitos dos entrevistados, a empresa na qual trabalham foi e ainda é seu primeiro emprego, há mais de 20 anos. Mesmo não havendo relatos de mobilidade ascendente nas carreiras, há sim uma permanência e fidelidade à empresa.

Designer 01: Já teve uma rotatividade maior, mas agora quando sai alguém... é meio como uma família assim, sabe? Então quando sai alguém, ou ela saiu porque ela quis realmente sair, ou porque apareceu uma oportunidade MUITO boa mesmo, mas no geral é superestável. Talvez porque isso [a função exercida] exija um pouco de conhecimento tanto de usuário quanto de produto. E principalmente *feeling*. [...]

Se você não tiver um mínimo interesse no que o cara está falando, você está na área errada.

O interessante é perceber que o mesmo não ocorre com a frequência em áreas próximas, como as engenharias e muito menos com o marketing. Muitos dos discursos são convergentes quanto à explicação para tal contradição, embasados principalmente na questão identitária do *design*. Relatos sobre a desvalorização da profissão, sobre a impossibilidade de desenvolver seu trabalho dentro de um prazo plausível foram recorrentes.

Designer 04: eu estava acostumado com um mercado que era bem mais puxado. Então quando eu cheguei aqui achei tudo muito lento, os projetos duram dois anos, três anos. [...] Mas todo ano aumenta o volume de projetos, mas não é todo ano que aumenta o time, ano passado lançaram 170 produtos e esse ano serão 180.

A grande empresa, descentralizada, focada em projetos, torna-se ironicamente um oásis de segurança para esses profissionais, não somente como fonte de estabilidade relativa, mas principalmente por permitir (ou por alimentar essa ilusão) a possibilidade de exercerem sua profissão como ideologicamente a conceberam.

Designer 02: Quando eu via um logo ou um produto eu imaginava toda uma pesquisa por trás disso, entrevista com pessoas e medindo o corpo das pessoas para ver se é ergonômico e trabalhando com prototipações. Quando eu entrei na faculdade eu não vi muito disso durante o curso. Depois que me formei, não, ainda durante o curso mesmo, eu fiz alguns estágios em agências e me decepcionei bastante, era tudo corrido. Aquele logo que demorava meses, com uma pesquisa imensa para fazer, eu descobri que na verdade era um estagiário que escolheu aquela cor porque achava bonita, colocava ali porque era o que dava tempo de fazer e baixava vetor pronto e é isso aí! Então, eu me decepcionei bastante. E ficava sempre nessa de “mas isso aí não é *design*, não pode ser” e agora encontrei um pouco disso [sentimento

de realização profissional] na empresa, dessa pesquisa com o consumidor envolvido, então se era o que eu imaginava? Era o que eu imaginava lá no início, antes de entrar na faculdade. Eu já estava desacreditado, “realmente *design* não era isso, eu que sonhava demais, viajava demais”, mas agora eu vi que existe *design* e é mais ou menos assim. Claro que na nossa cabeça tudo é muito mais mágico, muito mais empolgante, idealizado, mas só o fato de envolver consumidor, de ter um porquê das decisões, já me deixa bem feliz de trabalhar.

É relevante notar que certas funções dentro dessa empresa são exercidas por profissionais altamente especializados e, como relatado pelos entrevistados, existem apenas poucas empresas dispostas a absorver profissionais com tais características. Grande parte delas são empresas de grande porte e que atuam em áreas completamente distintas, e promovem um programa conjunto de troca de vivências relativas ao campo de *user experience*. Como relatado por alguns dos entrevistados:

Designer 05: Não é um grupinho de amigos, é um grupo de profissionais das empresas que trocam informações. Agora, a gente tem uma dessas empresas que nos próximos 30 ou 40 dias ela deve vir nos visitar porque ela quer criar uma estrutura parecida com a que nós temos. Ela vem nos visitar e nós vamos apresentar, então assim, essas empresas entenderam que devem manter as portas abertas entre si. Justamente para garantir que essa troca seja igual para todos. Por exemplo, durante a minha licença nós tivemos essas *phones* [reuniões a distância] e eu participei de todas de casa. Fui eu que criei, eu que fui atrás, eu criei o grupo pra ir atrás de informação, de repente tinha uma pessoa [interessada], depois tinha mais duas, três, e aí nós combinamos de nos falar na semana seguinte e o negócio ficou perfeito. E antes cada uma das empresas precisava reportar para as suas lideranças o que tinham feito, porque que [sic] foram conhecer as empresas, o que tinham visto, e isso gerou um bom resultado. [...] É muito bacana, porque esse grupo é apoiado

pelas diretorias, tanto aqui, quanto na Empresa X, quanto na Empresa Y, o que é muito bacana. Assim, algo informal gerou algo formal.

A empresa estudada durante a pesquisa é o exemplo completo de uma corporação de capital flexível, multinacional, fragmentada, multidisciplinar, gerenciada por projetos, que delega aos funcionários a responsabilidade por sua capacitação e empregabilidade, e demais adjetivos narrados pela maioria dos teóricos da sociologia do trabalho contemporâneos (Castel, 2008; Rosenfield, 2006; Gorz, 2007; Sennett, 2003, 2008; Boltanski; Chiapello, 2009). Contudo, a empresa é relatada como o modelo de segurança e respeito profissional almejado pelos entrevistados durante o tempo prévio à sua entrada nela.

A própria criatividade parece ter sido domesticada pelo sistema. Todo o seu potencial revolucionário sendo monitorado em prol da concepção de um objeto, impossibilitada de questionar o que acontece fora do que é estritamente profissional.

Pude perceber isso perguntando aos entrevistados sobre a possibilidade de questionar e argumentar contra as regras da empresa. Entre aqueles contratados recentemente (entre 1 e 5 anos), houve uma resposta inequívoca de que eles se sentem aptos a propor mudanças e confiantes de que serão escutados. Mas quando realizei a mesma pergunta a dois funcionários mais antigos na empresa (mais de 20 anos), uma resposta completamente diferente emergiu: a confirmação de que por trás da fachada de receptividade se esconde um conservadorismo embasado na minimização dos riscos; e também o silêncio por parte de um entrevistado.

Como afirma Pollak (1989, p. 6), “o silêncio tem razões bastante complexas” e, se interpretado, pode nos fornecer muitas respostas. A negação em responder ao questionamento, assim como sua entonação de voz e o breve tempo em que avalia as consequências de sua resposta nos dizem muito sobre a estrutura política da empresa. Há uma forma de coerção velada pela burocracia interna e por uma imagem positiva repassada aos novatos. Certas aparências vendidas como verdades parecem ter prazo de validade, já que, após algum

tempo como funcionário da empresa, começam a ruir, expondo o que se escondia até então.

O modelo gerencial estabelecido pela empresa parece ter um forte apelo emocional aos contratados, pois a área ganha cada vez mais espaço e reconhecimento dentro da cadeia de produção industrial existente, contando com uma equipe que cresceu significativamente nos últimos cinco anos – os entrevistados relatam que, se somados, os setores relativos ao *design* quase triplicaram seu quadro de funcionários no período. Em sua maioria, o setor é composto por funcionários relativamente jovens, com contratos recentes e com uma paixão pelo trabalho realizado e pela empresa. Quanto às lideranças, era esperado que respondessem todas as perguntas relativas à empresa seguindo as doutrinas internas, pois são os encarregados de alimentar o imaginário de seus subordinados com perspectivas positivas e que permitam exercer suas funções com a dedicação necessária.

ÓCIO CRIATIVO

A concepção de ócio criativo é sedutora, pois tem como premissa fatos do cotidiano: não é possível controlar em que momento as ideias ou soluções para os problemas que nos afligem serão formuladas, “as ideias nos acodem quando não as esperamos e não quando, sentados à nossa mesa de trabalho, fatigamos o cérebro a procurá-las” (Weber, 2004, p. 26).

E não faltam textos que vangloriem a capacidade humana para a inovação e soluções inesperadas – como os já citados –, valorizando a incorporação do ócio criativo dentro do modelo de trabalho, e até prevendo assim uma melhora significativa tanto na produção dos trabalhos imateriais quanto na qualidade de vida dos profissionais. O que há de comum entre os autores que analisam a questão da criatividade é uma crítica ao “culto ao trabalho”, notório no ocidente pós-revolução industrial, ou seja, a apologia do trabalho como uma vocação humana por excelência. Nessa perspectiva, a devoção ao trabalho levaria à alienação do ser humano e ao desperdício de suas vidas, pois o tra-

balho e a acumulação são vistos como fim último de toda produção econômica, ao invés do lazer e do consumo. Sendo assim, deveríamos trabalhar menos e aproveitar melhor nosso tempo livre, já que as inspirações viriam desses momentos.

O problema por trás do discurso do ócio criativo é que ele torna cada vez mais maleável a barreira entre trabalho e lazer, justamente por não confinar a produção ao horário regido pela jornada de trabalho.

Apesar da permanência de alguns dos velhos ritos empresariais de separação entre a vida e o trabalho – os portões, as portarias, os relógios de ponto com os seus cartões, os vigias e os horários de entrada e saída estipulados por contrato –, a vida penetrou na empresa e o trabalho difundiu-se pela vida afora. Todo aquele que trabalha com ideias carrega consigo os problemas relacionados ao próprio trabalho vinte e quatro horas por dia, em qualquer lugar que esteja, o que quer esteja fazendo. Não mais se trata de expansão do horário de trabalho. Mas de uma mistura inextricável entre o trabalho e a vida (De Masi, 2001, p. 26).

Entre aqueles entrevistados durante a pesquisa, ócio e produção são intimamente atrelados, como uma necessidade para a realização de seu trabalho. Citam por vezes os momentos de lazer, trajeto casa-trabalho, ou mesmo viagens longas como situações propícias onde conseguem organizar suas ideias.

Liderança 01: Eu pego a estrada toda sexta-feira pra Florianópolis e volto toda segunda-feira. Esse momento entre Joinville e Florianópolis, para mim, tanto de ida como de volta, é importantíssimo. É onde eu começo a botar as coisas no lugar e saber como eu vou fazer. Na sexta-feira eu vou finalizando minha semana, vou pensando: caramba, eu fiz isso, tá. E na segunda-feira eu vou iniciando minha semana, completamente “out” do mundo corporativo, no meu momento ali, e sem uma pressão do dia a dia. Porque esse tempo é um momento meu, onde eu estou relaxado, sem pressão nenhuma e vem aquilo ali.

O tempo de trabalho *in loco* desse coordenador de equipe – ou liderança, como é chamado dentro da estrutura empresarial –, é voltado mais ao convencimento de seus pares sobre a viabilidade de suas ideias e à modelagem daquilo que já havia previamente concebido em sua mente durante seu tempo ocioso.

Durante a elaboração das entrevistas com as “lideranças”, um elemento decisivo para a seleção de candidatos para vagas disponíveis revelou-se muito interessante e intrigante. Era de se esperar que diplomas, cursos, currículos e portfólios emergissem como alguns dos elementos fundamentais, o que de fato aconteceu, mas um conceito foi inesperado: as experiências vividas pelos candidatos – viagens realizadas, *hobbies* e outros fatores provenientes de seu tempo ocioso também entraram em cena como elementos de seus currículos.

Felipe: Na hora que você vai contratar um profissional para a sua equipe, o que você valoriza?

Liderança 01: [...] Eu avalio o todo da pessoa, eu avalio desde a faculdade que ele fez, os trabalhos que ele fez na faculdade, a vivência profissional dele e também gosto muito de avaliar a vivência pessoal dele. Eu valorizo muito a vivência pessoal desse cara, acho que, mais uma vez falando do repertório, a vivência pessoal traz um repertório para esse cara, uma boa criatividade, um bom leque de soluções que o dia a dia vai exigir dele [...].

A valorização de critérios altamente pessoais na vida profissional tem consequências na própria formação do profissional criativo, assim como no estilo de vida adotado por ele. Contudo, tal qual Bourdieu (2007) descreve sobre a necessidade de diferenciação pelo consumo de bens, estilos de vida e preferências culturais, isso também pode acarretar em uma jornada por experiências padronizadas dentro de uma normatividade, gerando um consumo não apenas de produtos, mas de vivências.

Quando o lazer torna-se parte integrante de seu trabalho, não existe mais a possibilidade do ócio ocorrer: da mesma forma que Castel (2008) refere-se ao fato do proletário francês desejar “trabalhar

suas férias” para ser melhor que o burguês, os profissionais criativos também o fazem, muitas vezes sem perceber. Isso se dá através do consumo de estilos de vida, que são acompanhados por bens materiais, conhecimentos e experiências.

Viagens não são mais apenas por diversão e lazer, também são para “absorver culturas”, conhecer elementos novos que podem ser readaptados em um trabalho próximo. A curiosidade e a procura pelo que é interessante para o indivíduo se transforma em uma obrigação. Suas “paixões” acabam se tornando previsíveis dentro do cardápio de possibilidades aptas a encaixarem-se dentro do estilo de vida almejado. A fotografia, por exemplo, externalizada pela compra de uma câmera russa com lente “olho de peixe” da década de 1970, é utilizada para demonstrar momentos de “pura” alegria, na maioria das vezes com os mesmos efeitos de dupla exposição do filme – em composições de uma exposição focada no céu e posteriormente na pessoa, ou em outras, da mesma pessoa em momentos diferentes – ou por filtros digitais que simulem câmeras antigas. Soma-se isso, em alguns casos, à aquisição de câmeras semiprofissionais de marcas renomadas e de conjuntos de lentes de 50 mm e 100 mm para fotos de qualidade, por mais que raramente tenham produzido uma imagem para fins outros além da autopromoção em redes sociais.

O interesse por bebidas artesanais e um entendimento generalizado sobre o consumo e a produção de cervejas, vinhos, cachaças – alguns até mesmo produzindo-as em suas próprias casas com equipamentos comprados pela internet para esse fim – realçam o clichê boêmio. Frequentam locais especializados para o consumo desses produtos, como *pubs* e demais rótulos importados de outras culturas, ou então em releituras de “botecos” tradicionais com a intenção de reafirmar sua distinção para os bares usuais.

Esse desejo por experiências vai muito além do consumo como relatado: ela afeta também os próprios corpos daqueles que com a criatividade trabalham. Através de tatuagens, ícones culturais ou grafismos de sua preferência são estampados em seus corpos como símbolo de que o indivíduo faz parte de um grupo de pessoas diferentes da maioria. Seus corpos também tornam-se vitrines de seu estilo de vida através da

moda: roupas, acessórios, cortes de cabelo e barba (no caso masculino) são característicos dentro desse grupo de indivíduos (Zoladz, 2011).

[...] em função da mobilidade econômica e do empreendedorismo, as pessoas criativas passam um bom tempo se “produzindo” para seus empregadores, parceiros e clientes.

A ideia do sujeito como obra de arte tem longa tradição entre as pessoas criativas. Quando uma nova classe de escritores e artistas boêmios surgiu em Paris na primeira metade do século XIX, muitos observadores da época notaram a enorme atenção que esses indivíduos dedicavam à boa aparência e ao visual extravagante e criativo (Florida, 2011, p. 179).

É um estilo de vida que muitas vezes renega certas tecnologias contemporâneas em prol de outras obsoletas, como a releitura do boêmio romântico europeu do começo do século XIX lutando contra a industrialização. Como disse, certas tecnologias, não todas: a grande maioria dos entrevistados possuía celulares, *tablets* e computadores pessoais da mesma empresa.

Mas existe um risco por trás dessa jornada desenfreada por experiências: toda grande demanda tende a gerar ofertas padronizadas. Essas vivências “únicas”, às quais procuram em demasia, transformam-se em clichês e padrões. Seu estilo de vida torna-se requerimento para seu trabalho, não havendo mais espaço para o ócio e o relaxamento, sendo tudo trabalho.

Felipe: Você conseguiria descrever para mim esse estereótipo do pessoal da criação?

Engenheira 01: É aquele que você pode reparar que está sempre com o celular [na mão], tem normalmente um iPhone dos mais modernos, um tênis mais bacana, mais descolado, xadrez! Usa muito xadrez! Aqui não tem um dia no qual algum deles não está de xadrez. Acho que se permite usar mais cores. Mais acessórios, tipo chapéus, lenços, [cortes e pinturas de] cabelos diferentes, barbas, muitos usam barbas! Diferente dos engenheiros né? Que geralmente é camisa social, calça social jeans pra dentro da calça, bem arrumadi-

nho. Já percebe a diferença, e o pessoal de marketing a gente brinca, mas existe até certo nivelamento social, normalmente eles ficam em São Paulo, então existe uma tendência de serem pessoas um pouco mais... pelo menos os que trabalham aqui na empresa, não vou generalizar, falam melhor, se vestem como alguém de uma classe social mais alta.

Felipe: Pode explicar um pouco melhor, não consegui entender.

Engenheira 01: Ah, grifes mais caras, parece que estão sempre prontos pra foto!

A procura desenfreada pelo criativo acabou por tornar-se um elemento de propaganda de serviços e lugares, tornou-se uma demanda a ser saciada. Diversos investimentos e empreendimentos orbitam ao seu redor a fim de extrair o lucro desse proeminente nicho de mercado, como pontos de um “turismo criativo”, que fornece diversos tipos de experiências preconcebidas à disposição do público.

O consumo de bens e experiências emerge como característica marcante de uma profissão que não possui uma identidade estabelecida, em que o estético suplanta o científico, e as experiências momentâneas, o dia a dia. Chega-se ao ponto daqueles que não seguem os mesmos padrões serem mal vistos pelos demais, como no caso de uma das lideranças entrevistadas que relatou ter escutado dois de seus funcionários argumentando entre si a indignação dele estar no cargo de comando, pois nem ao menos tinha um iPhone.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sem um consenso teórico sobre o que seria a criatividade, isso não impediu que ela fosse, até certo ponto, domesticada pelo capitalismo, posta de forma utilitária dentro da cadeia de produção de mais valia. Em textos direcionados aos profissionais criativos, é amplamente difundida a perspectiva de que não é necessário se compreender o que é para que o sucesso seja atingido. Precisa-se apenas saber como extrair seu potencial máximo através de técnicas e modelos. “Todos

são criativos, só precisa exercitar” aparece como um mantra repetido à exaustão nessas obras.

Essa abordagem corrobora com um elemento central do capitalismo pós-fordista: a competência. Quando dizemos que todos são criativos e que é preciso alimentar essa criatividade, estamos desencantando o argumento, jogando nos ombros de cada um de nós a responsabilidade por sermos criativos e, no caso dos profissionais pesquisados, de serem aptos a permanecerem ativos economicamente.

A análise apresentada nas páginas anteriores permite destacar três possíveis conclusões, não necessariamente excludentes, baseadas na confrontação entre a teoria sociológica relativa aos mundos do trabalho e a prática discursiva vinda dos entrevistados: **a)** o mercado para esses profissionais é tão precário que até mesmo uma estrutura que em nada fomenta a segurança de uma carreira, mas que lhes permite o mínimo de autonomia e liberdade, se apresenta como um sonho, um porto seguro para suas realizações profissionais; **b)** estamos diante do retrato de uma geração marcada pela efemeridade, pelo desejo do risco, pela chance de sucesso, que tem uma convicção dogmática no mérito, apostando sua carreira na certeza de sua competência ser grande o suficiente para bancar a aposta; **c)** o *design* surge como a primeira voz a criticar o modelo industrial fordista, fazendo-a décadas antes das demais, no auge do capitalismo industrial, e não em sua crise – por basear-se na interação entre conhecimentos diversos. Tem o potencial de conciliar e entender tanto as críticas estéticas quanto as críticas sociais. “Para colocar a questão de maneira mais provocativa, eu diria que *design* é um dos termos que substituiu a palavra ‘revolução!’” (Latour, 2014, p. 4), mas parece que até ela foi domesticada.

REFERÊNCIAS

- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. 704 p.
- BONSIEPE, Gui. **Design, cultura e sociedade**. São Paulo: Blücher, 2011. 270 p.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 560p.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. 264p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2008. 611 p.

DE MASI, Domenico. **Criatividade e grupos criativos**. Rio de Janeiro: Sextante, c2002, 2003. 795 p.

DE MASI, Domenico; PALIERI, Maria Serena. **O ócio criativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000, 336 p.

DE MASI, Domenico; RUSSELL, Bertrand; LAFARGUE, Paul. **A economia do ócio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, 183 p.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa: e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano**. Porto Alegre: L&PM Edições, 2011. 434 p.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005. 106p.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Claridade, 2003. 93 p.

LATOUR, Bruno. Um Prometeu cauteloso?: alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk). **Agitprop: Revista Brasileira de Design**, São Paulo, v. 6, n. 58, jul./ago. 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital**. v. 2. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 571 p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.

ROSENFELD, Cinara. Autonomia no trabalho informacional: liberdade ou controle?. In: PICCININI, Valmiria. **O mosaico do**

trabalho na sociedade contemporânea: persistência e inovações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 359p.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio ao ócio.** 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. 183 p.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 204 p.

_____. **A cultura do novo capitalismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 189 p.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self:** a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997. 670 p.

WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, Charles Wright. **Ensaio de sociologia.** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. 325 p.

_____. **Ciência e política:** duas vocações. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. 124 p.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 2. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 187p.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave:** um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. 460 p.

ZOLADZ, Rosza W. Vel. **Profissão artista.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011. 160 p.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRABALHO DECENTE

*Elaine Lima**

No decorrer do século XX, consolidou-se, especialmente na Europa, o que Castel (1998) denomina sociedade salarial. Nesse percurso, o trabalho significa mais que o próprio trabalho e o não trabalho, mais que o desemprego (Castel, 1998). A posição ocupada na condição de assalariado reflete na definição da identidade social do sujeito. A escala social é composta por uma graduação em que se fundamenta a identidade dos assalariados, sublinhando as diferenças entre os estratos variados (Castel, 1998).

Contudo, as mudanças na configuração do trabalho ao final do século acarretaram uma crise da identidade pelo trabalho (Castel, 1998), com a desfiliação de indivíduos dos processos econômicos de produção em decorrência da precarização das relações do trabalho e a consequente vulnerabilização da condição salarial (Brandão, 2002).

Embora Castel (1997; 1998; 2013) reflita sobre a realidade francesa, as discussões realizadas pelo autor podem ser estendidas à realidade brasileira, se conservadas suas peculiaridades. Pesquisadores como Graça Druck (2011), José Ricardo Ramalho (2008), Marcia de Paula Leite (2012) e Ricardo Antunes (2005), entre outros, chamam atenção para a precarização do trabalho na realidade nacional e para a vulnerabilidade nesse contexto.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: elainethaiss@yahoo.com.br.

No campo da deficiência, foco deste estudo, a despeito dos direitos conquistados nos últimos anos, menos de 1%¹ dos vínculos empregatícios declarados em 2013 no Brasil correspondia a ocupações de pessoas com deficiência² (RAIS, 2013). Contribui para a disparidade no mercado de trabalho o entendimento sobre a deficiência, que na literatura está ancorada em dois modelos distintos: o modelo médico e o modelo social. Enquanto no modelo médico, predominante em diversas instituições e estruturas sociais, a deficiência é vista como uma restrição, sendo necessário o ajustamento do indivíduo à sociedade, no modelo social a deficiência faz parte da diversidade humana e os ambientes devem ser acessíveis, de modo que a diversidade não se torne um obstáculo.

O modelo social da deficiência surgiu com os movimentos sociais e políticos na década de 1970 e, desde então, vem conquistando adeptos em diferentes espaços, inclusive no campo de políticas públicas. Um importante reflexo dessa perspectiva na formulação de um tratado internacional ocorreu por meio da participação de pessoas com deficiência integrantes do movimento na elaboração da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgado em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No campo do trabalho, o Brasil ratificou diferentes convenções promulgadas pela ONU e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de assegurar o direito de pessoas com deficiência ao trabalho. Ainda, o país está inserido no programa de trabalho decente difundido pela OIT. Com a instituição da Agenda de Trabalho Decente em 1999, a OIT fortalece suas ações na disseminação dos princípios do trabalho decente.

Embora o Brasil tenha assumido compromisso para a promoção

¹ Conforme a RAIS 2013, nesse ano foram declarados 357,8 mil vínculos como pessoas com deficiência, o que corresponde a 0,73% do total dos vínculos empregatícios, sinalizando uma relativa estabilidade em comparação com o resultado registrado em 2012 (0,70%).

² Predomina neste estudo o uso do termo “pessoa com deficiência”, consagrado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. No entanto, destaca-se que muitos teóricos dos estudos sobre deficiência optam pelo termo “deficiente” – terminologia também presente neste trabalho na seção que trata do referido campo de estudos.

do trabalho decente em 2003, os grupos vulneráveis que contaram com subcomitês no processo de formulação da Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD) não contemplaram, diretamente, as pessoas com deficiência. Somente em 2013 foi formalizado o Subcomitê de Promoção de Trabalho Decente para Pessoas com Deficiência, envolvendo diferentes setores governamentais.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo, primeiro, compreender a relação entre trabalho e coesão social na perspectiva de Robert Castel (1997; 1998; 2013). Segundo, são identificadas algumas contribuições dos *disability studies* para a compreensão da deficiência a partir das relações entre indivíduo e sociedade – além dos reflexos que o movimento político atrelado a esse campo de estudo acarretou às políticas no campo do trabalho. Terceiro, destaca-se a atuação de organizações internacionais como ONU e OIT na conquista de direitos humanos e direitos voltados ao trabalho. Por fim, este estudo contextualiza a criação do Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente para Pessoas com Deficiência no Brasil e as ações por ele encampadas.

ROBERT CASTEL: DA EXCLUSÃO À DESFILIAÇÃO NO MUNDO DE TRABALHO

Ao longo do século XX, o trabalho se caracterizou como o centro da organização social, fundamentando a integração política, a coesão social, a normalidade cultural e a qualidade de vida de cada um (Ribeiro, 2011). O desenvolvimento da sociedade salarial decorreu de duas condições: o crescimento econômico e o desenvolvimento do Estado social³. Se, por um lado, a concorrência e a busca da distinção são condições essenciais ao desenvolvimento de uma sociedade salarial, por outro, seu equilíbrio depende de uma instância central de regulação (Castel, 1998).

³ Destaca-se que Castel (1998) concentra suas análises na sociedade salarial francesa. Embora a realidade brasileira tenha características distintas, as condições citadas pelo autor também podem ser verificadas no Brasil.

Embora tenham surgido avanços no campo do direito do trabalho nesse período, esse formato societal não alcançou sua plena realização, entrando em crise no final do século XX (Castel, 1998; Brandão, 2002). A heterogeneização e a fragmentação do trabalho resultaram em novas configurações da atividade laborativa, que para Castel (1998) deixaram grande parte da população em situação de vulnerabilidade, quando não no extremo da desfiliação.

Para o autor, o indivíduo desfiliado não pode ser caracterizado como um excluído, uma vez que não há ausência completa de vínculos, mas uma distância do centro de coesão da sociedade. Nesse contexto, tratar de exclusão seria deter-se aos efeitos mais visíveis da crise, decorrente do processo de desestabilização da condição salarial. Seria deslocar a problemática do centro à periferia, reduzindo a essência da questão social.

Dentre a heterogeneidade de práticas que, na visão de Castel (2013), caracterizam a exclusão, são destacados três subconjuntos. O primeiro compreende práticas que suprimem o indivíduo da comunidade, seja pela expulsão ou condenação. Outro grupo consiste no isolamento em espaços fechados ou em comunidades específicas. O terceiro grupo compreende categorias da população que coexistem em determinadas comunidades, porém com a privação de certos direitos e da participação em atividades sociais. As diferentes modalidades de exclusão resultam, assim, de procedimentos oficiais e representam um *status*, uma forma de discriminação negativa.

Embora o uso do termo exclusão exija controle, atualmente sua aplicação tem caracterizado situações distintas, mascarando as especificidades de cada uma. Para Castel (2013), o uso descomedido do termo leva à autonomização de situações limites que só fariam sentido quando integradas a um processo.

As situações limites se inscrevem em um *continuum* de diferentes *zonas*⁴ de coesão social, definidas conforme a estabilidade obtida nas relações de trabalho e nas redes de sociabilidade. Em uma trajetória de rupturas de equilíbrio entre situações estáveis e instáveis, o

⁴ Grifo utilizado pelo autor para identificar metáfora.

excluído é na verdade um *desfiliado*, que conjuga perda de trabalho e isolamento relacional (Castel, 1997; 2013).

Os indivíduos podem ser situados em três diferentes zonas de coesão social, a partir de diferentes gradações dos eixos de integração pelo trabalho e inserção relacional (trabalho estável, trabalho precário, não trabalho, inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social): *zona de integração* (trabalho estável e forte inserção relacional), *zona de vulnerabilidade* (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e *zona de desfiliação* (ausência de trabalho e isolamento relacional) (Castel, 1997).

Embora as inconsistências teóricas acerca da noção de exclusão estejam latentes para Castel (2013), o autor assinala que o consenso em torno dela deve-se a um tipo clássico de focalização da ação.

As medidas tomadas para lutar contra a exclusão *tomam o lugar* das políticas sociais mais gerais, com finalidades preventivas e não somente reparadoras, que teriam por objetivo controlar *sobretudo* os fatores de dissociação social. Essa tentação de deslocar o tratamento social para as margens não é nova. Corresponde a uma espécie de princípio de economia no qual se podem encontrar justificativas: parece mais fácil e mais realista intervir sobre os efeitos de um disfuncionamento social que controlar os processos que o acionam, porque a tomada de responsabilidade desses efeitos pode se efetuar sobre um modo técnico, enquanto que o controle do processo exige um tratamento *político* (Castel, 2013, p. 42, grifo do autor).

Esse é o caso das políticas brasileiras para pessoas com deficiência no campo do trabalho, em que a transversalidade se faz necessária para que a política adquira um *status* integrador. Para Santos e Almeida (2013), o combate à desigualdade exige das políticas um caráter de transformação social, a remoção de barreiras entre o cidadão e os agentes da administração. É necessário ultrapassar a ideia de fatalismo social, desvendando possibilidades e limites contidos na relação entre Estado e cidadão.

ESTUDOS SOBRE DEFICIÊNCIA

Os estudos sobre deficiência, ou *disability studies*, surgiram nos anos 1970 como reflexo de lutas políticas empreendidas nos anos 1960 e 1970 pelas pessoas com deficiência nos Estados Unidos (Independent Living Movement), na Inglaterra (Union of the Physically Impaired Against Segregation) e nos países nórdicos (Self-Advocacy Movement, na Suécia), inicialmente com uma perspectiva histórico-materialista, acrescida depois dos anos 1990 da epistemologia feminista (Mello; Nuernberg, 2012, p. 637). Até então, o modelo médico ou individual de deficiência não era contestado; as decisões sobre a vida das pessoas com deficiência estavam nas mãos dos profissionais de saúde (Martins et al., 2012).

O objetivo do modelo social não é renegar a importância do tratamento médico, mas politizar a deficiência, colocando em pauta as condições a que pessoas com deficiência são expostas para atingir padrões convencionados como “normais” (Barnes, 2003). O entendimento da deficiência enquanto doença a ser curada, medicalizada em todas as suas instâncias para a normalização do corpo, é o foco de contestação do modelo social.

Na perspectiva do modelo social, Abberley (2008, p. 126, tradução livre nossa) argumenta que

historicamente, deficiência pode ser entendida como uma experiência social dinâmica construída a partir das formas de organização das atividades fundamentais da sociedade como trabalho, transporte, lazer, educação e vida doméstica; e sua relação com o indivíduo com impedimentos corporais. Dessa forma, o conceito de deficiência difere tanto entre diferentes eras históricas como, também, entre eras e sociedades.

O conceito de deficiência passa a ser entendido pelo modelo social como relacional – uma desvantagem decorrente das relações entre corpo, lesões e sociedade (Diniz, 2003). Esse entendimento pode resultar no que Santos, Diniz e Pereira (2010) identificam como

o alargamento do conceito de deficiência, em um movimento para além do catálogo biomédico, que delimita a fronteira entre doenças e deficiência⁵.

Embora os teóricos do modelo social tenham em comum a rejeição da primazia pelo olhar reparador sobre a deficiência, esse crescente campo de estudos tem muitas facetas e diferentes estilos, incluindo abordagens fundamentadas no marxismo, no feminismo, em estudos pós-modernos e no pós-estruturalismo (Williams, 2001).

Os precursores do modelo social tiveram papel fundamental na consolidação do movimento político promovido pela Union of the Physically Impaired Against Segregation (UPIAS), promovendo uma redefinição política dos termos lesão e deficiência, na qual o primeiro referia-se a um dado corporal e o segundo ao resultado da interação entre um corpo com lesão e uma sociedade discriminatória (Diniz, 2012).

Os primeiros teóricos, ancorados pela literatura marxista, buscavam a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho e no sistema educacional. No entanto, seus argumentos não promoveram uma reformulação ampla dos princípios produtivos e morais que regem a vida coletiva em torno do trabalho.

Nessa perspectiva, a capacidade e a potencialidade produtiva dos deficientes poderiam ser verificadas com a eliminação das barreiras impostas pela sociedade. Esse ideal foi criticado pela vertente feminista, uma vez que muitos deficientes não poderiam alcançá-lo, independentemente das mudanças estruturais que fossem realizadas.

Temas como a importância do cuidado, a experiência do corpo doente, os gravemente deficientes e o papel das cuidadoras foram incorporadas ao campo, a partir das críticas feministas. Até hoje, o debate entre diferentes vertentes teóricas gera conflitos no campo. Diniz (2003) relata a tensão entre teóricas feministas e os precursores do

⁵ Em “Deficiência e Perícia Médica: os contornos do corpo”, os autores investigam, por meio de um estudo empírico realizado em uma agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os procedimentos para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Entre as deficiências que tornaram os indivíduos elegíveis aos benefícios apareceram doenças em estágios avançados, sendo esse aparecimento um indicativo para os autores do alargamento do conceito de deficiência.

modelo social sobre o conceito de interdependência. O conceito introduzido por um grupo de feministas, a partir do pressuposto de que todos são dependentes em algum momento da vida, no entendimento de precursores do campo pode ser associado à ética caritativa.

Contribuem também para o campo críticas pós-estruturalistas que identificam nos estudos precursores do modelo social da deficiência uma visão cartesiana de impedimento, que relaciona corpo e mente como ontologias separadas, na qual o corpo é tratado pela sua essência biológica, um fenômeno imutável. Ao relacionar estudos de gênero com estudos no campo da deficiência, as feministas pós-estruturalistas estão proporcionando a exploração da subjetividade, pouco expressiva nos estudos da deficiência (Goodley; Roets, 2008).

As diferentes tensões que permeiam os estudos sobre deficiência muito contribuem para gerar uma nova compreensão sobre o tema. E a mobilização política gerada nesse campo tem repercutido diretamente na ampliação dos espaços de participação das pessoas com deficiência e na conquista de direitos, tema que será discutido a seguir na perspectiva das organizações internacionais.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O DIREITO AO TRABALHO DECENTE

Nos últimos anos, o movimento político das pessoas com deficiência tem repercutido em avanços no campo do trabalho. Em âmbito internacional, é expressiva a atuação de organizações como a ONU e a OIT na conquista de direitos humanos e direitos voltados ao trabalho.

A ONU foi criada oficialmente em 24 de outubro de 1945, tendo representação fixa no Brasil desde 1947, por meio de agências especializadas, fundos e programas. Já em 1948, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual é reconhecido o direito sem discriminação ao trabalho, no Artigo 23:

Artigo 23

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à

proteção contra o desemprego.

2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Todo ser humano que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Nos anos 1970, a ONU proclamou duas declarações no campo da deficiência: a Declaração de Direitos do Deficiente Mental (1971), que concedia direitos à atenção médica e ao tratamento físico, à educação, à capacitação profissional, à reabilitação, à segurança econômica e a um nível de vida condigno; e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), que em seu Artigo 7º, reforça o acesso e a permanência no mercado de trabalho.

Com o objetivo de mobilizar os governantes e a sociedade, em que pesem as próprias pessoas com deficiência, pela garantia de direitos, a ONU instituiu o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), sob o tema “Participação Plena e Igualdade” (Resolução 31/123).

No Brasil, o AIPD, juntamente com o processo de redemocratização do país, atuou como catalisador no movimento político das pessoas com deficiência que, mais tarde, participaram ativamente na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), garantindo que o tema deficiência fosse diluído em todo o texto constitucional em vez de estar segregado sob o tópico “Tutelas Especiais”, como previsto em seu texto inicial (Brasil/SDH⁶, 2010).

Segundo Gutestam (1991), o resultado do AIPD na ONU foi a elaboração do Programa de Ação Mundial relacionado à deficiência, adotado na Assembleia de 1982, contendo estratégias globais para a prevenção de deficiências e para promover a participação de pesso-

⁶ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

as com deficiência na vida social. Uma vez que as recomendações do Programa levariam tempo para sua implementação, a Assembleia proclamou a década de 1983-1992 como a Década das Pessoas Deficientes. No final da década, o dia 3 de dezembro foi consagrado como o Dia Internacional das Pessoas Deficientes (Resolução 43/3).

Em 2006, foi promulgado o primeiro documento de direitos humanos do século XXI e o oitavo da ONU, que além de atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência, revigora os direitos humanos hoje ameaçados por guerras e pelo avanço do mercado global (Brasil/MTE/SIT⁷, 2007). A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008, foi marcada pela participação ativa de pessoas com deficiência na formulação do tratado, por meio de organizações não governamentais.

O acesso e a permanência no trabalho são reforçados pelo Artigo 27, que incorpora questões como acessibilidade, inserção no serviço público e privado e adaptações razoáveis.

Artigo 27

Trabalho e emprego

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação no mercado laboral, em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes salvaguardarão e promoverão a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, com o fim de, entre outros:

a) Proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho;

⁷ Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

- b) Proteger os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, às condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo iguais oportunidades e igual remuneração por trabalho de igual valor, condições seguras e salubres de trabalho, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho;
- c) Assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos trabalhistas e sindicais, em condições de igualdade com as demais pessoas;
- d) Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;
- e) Promover oportunidades de emprego e ascensão profissional para pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como assistência na procura, obtenção e manutenção do emprego e no retorno ao emprego;
- f) Promover oportunidades de trabalho autônomo, empreendedorismo, desenvolvimento de cooperativas e estabelecimento de negócio próprio;
- g) Empregar pessoas com deficiência no setor público;
- h) Promover o emprego de pessoas com deficiência no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que poderão incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas;
- i) Assegurar que adaptações razoáveis sejam feitas para pessoas com deficiência no local de trabalho;
- j) Promover a aquisição de experiência de trabalho por pessoas com deficiência no mercado aberto de trabalho;
- k) Promover reabilitação profissional, manutenção do emprego e programas de retorno ao trabalho para pessoas com deficiência.

2. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência não serão mantidas em escravidão ou servidão e que serão protegidas, em igualdade de condições com as demais pessoas, contra o trabalho forçado ou compulsório.

Um grande avanço da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi o entendimento da deficiência a partir do modelo

social, em que o fator limitador é o meio e não a deficiência em si (Brasil/SDH, 2014). O termo “pessoas com deficiência”, atualmente utilizado para designar esse grupo social, foi consagrado pela Convenção, embora muitos teóricos do campo dos estudos do modelo social da deficiência optem pelo termo “deficiente”.

Outra organização internacional de atuação reconhecida no campo de trabalho é a OIT. Criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, a OIT é a única das agências do Sistema das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, composta de representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores (OIT, 2014).

Segundo O’Reilly (2007), um dos mais importantes instrumentos internacionais em relação ao direito ao trabalho das pessoas com deficiência foi a Recomendação n. 99 adotada pela OIT em 1955. Até a promulgação da Convenção n. 159, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, e a emissão da Recomendação n. 168, quase trinta anos depois, a Recomendação n. 99 serviu como base para a legislação e prática relacionada ao trabalho.

A Convenção n. 159 e a Recomendação n. 168 foram aprovadas pela OIT em 20 de junho de 1983, sendo a Convenção ratificada pelo Brasil em 1990, por meio do Decreto n. 129, de 22 de maio de 1991. O tratado estabelece princípios fundamentais para as políticas no campo do trabalho, como a igualdade efetiva de oportunidades e tratamento, medidas para permanência no emprego, cooperação com entidades representativas, entre outras. Já a Recomendação n. 168 define medidas de acessibilidade, oportunidades de emprego, formação profissional, entre outras.

Desde sua criação, a OIT dissemina princípios e práticas de trabalho coerentes aos princípios de trabalho decente. Mas foi no ano de 1999 que a organização instituiu a Agenda de Trabalho Decente, intensificando seus esforços nesse campo. O trabalho decente é difundido como aquele que é “adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna” (Brasil, 2010).

A OIT (2006) fundamenta a noção de trabalho decente em quatro objetivos estratégicos:

- 1) promover e cumprir as normas e os princípios e direitos fundamentais no trabalho;
- 2) criar maiores oportunidades para mulheres e homens para que disponham de remuneração e empregos decentes;
- 3) realçar a abrangência e a eficácia da proteção social para todos e
- 4) fortalecer o tripartismo e o diálogo social.

Nas Américas, o fortalecimento das ações voltadas ao trabalho decente se evidencia após 2003, refletindo nas conclusões de reuniões como a Conferência Regional de Emprego do Mercosul (Buenos Aires, abril de 2004), a XIII e a XIV Conferências Interamericanas de Ministros do Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA) – Salvador, setembro de 2003, e Cidade do México, setembro de 2005 –, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) – Nova York, setembro de 2005 – e a IV Cúpula das Américas – Mar del Plata, novembro de 2005 (OIT, 2006; Brasil, 2006).

O TRABALHO DECENTE NO BRASIL

No Brasil, a promoção do trabalho decente foi um compromisso assumido em 2003 entre o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o diretor-geral da OIT Juan Somavia, por meio da assinatura do Memorando de Entendimento que prevê o estabelecimento de um Programa Especial de Cooperação Técnica para a Promoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), em consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores.

Constam no Memorando de Entendimento, como políticas e programas nacionais apoiados, aqueles com foco em:

- a) Geração de emprego, microfinanças e capacitação de recursos humanos, com ênfase na empregabilidade dos jovens;
- b) Viabilização e ampliação do sistema de seguridade

social; c) Fortalecimento do tripartismo e do diálogo social; d) Combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes; ao trabalho forçado; e à discriminação no emprego e na ocupação (Brasil/MTE, 2003).

Ainda, conforme o documento, cabe a um Comitê Executivo a responsabilidade de formular projetos nas áreas prioritárias de cooperação, bem como a tarefa de mobilizar recursos técnicos e financeiros necessários para a implementação, o monitoramento e a avaliação dos projetos.

Em 2012, essa instância de gestão, formalmente designada Comitê Executivo Interministerial da Agenda Nacional de Trabalho Decente, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criou o Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente⁸ para Pessoas com Deficiência, acatando a proposição da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SDH). Segundo a sra. Maria do Rosário, ministra da pasta na ocasião, o tema esteve presente no processo da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente – I CNETD (8 a 11 de agosto de 2012) por analogia, uma vez que o subeixo relativo à “Igualdade de oportunidade e de tratamento, especialmente para jovens, mulheres e população negra” não fez menção específica às pessoas com deficiência como grupo vulnerável (Brasil/MTE 2012).

O Subcomitê de Promoção de Trabalho Decente para Pessoas com Deficiência foi formalizado pela Portaria n. 858, de 17 de junho de 2013, realizando quatro encontros⁹ desde sua criação. A partir da consolidação das propostas discutidas na I CNETD e na III Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o Subcomitê identificou dez frentes (Quadro 1) que integram a agenda de trabalho para o biênio 2013-2014.

⁸ Composto por um membro titular e um membro suplente de cada um dos seguintes setores: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

⁹ Reuniões em 13/08/2013, 20/09/2013, 29/11/2013 e 25/02/2014, conforme relatórios de reuniões disponibilizados pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) em 05/11/2014.

Quadro 1 – Frentes de trabalho do Subcomitê de Promoção de Trabalho Decente para Pessoas com Deficiência (biênio 2013-2014)

Frente de Trabalho	Encaminhamento	Responsável
Formação e Qualificação Profissional	Elaborar proposta de formação e qualificação profissional envolvendo o Sistema Nacional de Emprego (Sine), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os programas de qualificação, tendo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) como ferramenta transversal.	Ministério do Trabalho e Emprego
Concurso Público – Reserva de vagas no setor público	Apontar reflexões e desafios diante do tema, considerando o recorte da cota, a acessibilidade na inscrição e realização do concurso, o apoio para realização das provas, a avaliação da deficiência e a aptidão/compatibilidade com o cargo.	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Lei de Cotas – Reserva de vagas no setor privado	Discutir o cumprimento da reserva de vagas no setor privado.	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Adaptação razoável do local de trabalho e Inovação dos Recursos Humanos	Apresentar reflexões sobre a sensibilização e o acolhimento das pessoas com deficiência nos ambientes de trabalho.	Ministério do Trabalho e Emprego
Intermediação de mão de obra	Debater intermediação com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.	Ministério do Trabalho e Emprego
Reabilitação Profissional	Avaliar o contato/diálogo permanente entre os Centros Especializados em Reabilitação (CER) do Ministério da Saúde e a área de reabilitação da Previdência. Identificar fluxos de encaminhamentos.	Ministério da Previdência Social; Ministério da Saúde
Revisão da Legislação	<i>Item será discutido a posteriori</i>	
Jovem Aprendiz	Discutir sobre o incentivo do FAT e a possibilidade de aquisição de maquinário mais adequado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.	Ministério do Trabalho e Emprego

Benefício de Prestação Continuada – BPC Trabalho	Avaliar a possibilidade de acúmulo do benefício, para além da condição de aprendiz.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Implementação e Monitoramento de Política Pública	Avaliar as possibilidades apresentadas e as articulações necessárias.	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos (SDH).¹⁰

Considerando sua criação posterior à I CNETD, os esforços do Subcomitê de Promoção de Trabalho Decente para Pessoas com Deficiência concentram-se na manutenção de um espaço para que os diferentes setores governamentais desenvolvam ações conjuntas na agenda proposta. No entanto, sua criação denota um olhar diferenciado para a deficiência nas ANTDS futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenham ocorrido avanços no campo de direitos do trabalho no percurso da sociedade salarial, as novas configurações do trabalho resultaram no que Castel (1998) entende como a crise da identidade do trabalho e a consequente vulnerabilização, ou no seu extremo, a desfiliação, de parte dos trabalhadores. No entanto, entender esse quadro enquanto um contexto de exclusão seria simplificar os processos da vida social, encobrendo as especificidades de diferentes situações.

O deslocamento do tratamento social do centro à periferia favorece a abordagem técnica de políticas públicas, enquanto o tratamento dos processos que resultam em um disfuncionamento social exige uma abordagem transversal, por meio do tratamento político.

¹⁰ Adaptado dos relatórios de reunião do Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente para Pessoas com Deficiência: reuniões de 13/08/2013, 20/09/2013, 29/11/2013 e 25/02/2014 (relatórios disponibilizados pela SDH em 05/11/2014).

Nesse sentido, no campo da deficiência, contribuem para o tratamento do tema em uma abordagem transversal os estudos sobre deficiência, em que a concepção da deficiência é relacional às complexas interações entre corpo, impedimentos e sociedade. Esse campo, no entanto, não é homogêneo; diferentes abordagens teóricas, entre as quais o marxismo, o feminismo, o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, contribuíram para tornar o campo fecundo.

O modelo social de deficiência ultrapassou a esfera acadêmica e, por meio dos movimentos sociais em que teve origem, chegou às políticas públicas, influenciando convenções internacionais e resoluções que orientam o campo do trabalho. Embora o acesso ao trabalho decente seja direito garantido às pessoas com deficiência, verifica-se que ainda há um longo caminho a ser trilhado.

A criação do Subcomitê de Promoção de Trabalho Decente para Pessoas com Deficiência pode ser um passo decisivo nesse sentido, ao proporcionar um espaço para que os diferentes setores governamentais desenvolvam ações integradas à ANTĐ.

REFERÊNCIAS

ABBERLEY, Paul. Work, Disability, Disable People and European Social Theory. In: BARNES, Colin; BARTON, Len; OLIVER, Mike. **Disability Studies Today**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha** – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARNES, Colin. Rehabilitation for Disabled People: a “sick” joke? **Scandinavian Journal of Disability Research**, v. 5, n. 1, p. 7-24, 2003.

BRANDÃO, André Augusto. Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil. **Emancipação**, v. 2, n. 1, p. 141-157, 2002.

BRASIL. **Agenda Nacional de Trabalho Decente**. Brasília, DF: MTE, 2006.

_____. **Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente**: gerar emprego e trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais. Brasília, DF: MTE, OIT, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Memorando de Entendimento Brasil – OIT**. Genebra, 2003. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A419E9E34014276115556723A/Memorando%20de%20Entendimento%20Brasil%20-%20OIT.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. **Memória da 3ª Reunião do Comitê Executivo Interministerial da ANTD**. Brasília, 31 de julho de 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080814295F16D0142FD1CC8C052C1/III%20Reuni%C3%A3o%20do%20CEI%2031%20julho%202012.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Brasília, DF: MTE/SIT, 2007.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

_____. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília, DF: SDH, 2010.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação. **Caderno Centro de Recursos Humanos**, v. 27, n. 1, 1997.

_____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia Maria M.; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Desigualdades e a questão social**. São Paulo: Educ, 2013.

DINIZ, Débora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003.

_____. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 35-55, 2011.

GOODLEY, Dan; ROETS, Griet. The (be)comings and goings of “developmental disabilities”: the cultural politics of “impairment”. **Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 29, n. 2, p. 239-255, jun. 2008.

GUTESTAM, Monica. International Year of Disabled Persons: Seeking self-reliance. **United Nations Chronicle**, v. 28, n. 2, jun. 1991.

LEITE, Marcia de Paula. A sociologia do trabalho na América Latina: seus temas e problemas (re)visitados. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 103-127, 2012.

MARTINS, Bruno Sena et al. A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 98, p. 45-64, set. 2012.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Rev. Estud. Fem.**, v. 20, n. 3, p. 635-655, dez. 2012.

O'REILLY, Arthur. **The Right to Decent Work of Persons with Disabilities**. International Labor Organization. Geneva, 2007.

OIT. **História**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

_____. Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015. **XVI Reunião Regional Americana Brasília**, maio de 2006. Disponível em: <http://www.oit.org.br/agenda_trabalho_decente>. Acesso em: 20 fev. 2015.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais – 2013**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

RAMALHO, José Ricardo. Novas fronteiras de pesquisa na sociologia do trabalho. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13, p. 229-250, 2008.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Juventude e trabalho: Construindo a carreira em situação de vulnerabilidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 58-70, 2011.

SANTOS, Clara Cruz; ALMEIDA, Helena Neves. Desfiliação, políticas públicas e intervenção social. **Ciências Sociais Aplicadas**, v. 21, n. 2, p. 141-149, 2013.

SANTOS, Wederson; DINIZ, Débora; PEREIRA, Natália. Deficiência e perícia médica: os contornos do corpo. In: DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia. (Org.) **Deficiência e igualdade**. Brasília: Letras Livres/Editora Universidade de Brasília, 2010.

WILLIAMS, Gareth. Theorizing disability. In: ALBRECHT, Gary L.; SEELMAN, Katherine D.; BURY, Michael (Org.). **Handbook of Disability Studies**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2001.

A CULTURA *PUNK* E O MUNDO DO TRABALHO

POSSÍVEIS INTERFACES ENTRE O *PUNK ROCK* E O NOVO SINDICALISMO DE 1977 A 1988

*Josnei Di Carlo Vilas Boas**

*Renata Costa Silvério***

O trabalho nos constitui enquanto seres sociais, dotados de sentido. Gorz (2007) vai além e afirma que é através do trabalho remunerado que pertencemos à esfera pública e adquirimos uma identidade social.

É nesse sentido que buscamos analisar as relações entre o novo sindicalismo dos anos 1970-1980 no Brasil e o movimento *punk* nascido nesta mesma época, em São Paulo e no ABC paulista. O *punk rock* é entendido aqui como movimento cultural e artístico que retratava a condição do proletariado da região. Além disso, por ter surgido durante a ditadura, tornou-se também um movimento de protesto e contestação dessa realidade.

O movimento *punk* nasce na Inglaterra, com a economia britânica em decadência na segunda metade da década de 1970 e consequente aumento do desemprego. Caracterizou-se por retratar a realidade da periferia londrina e questionar o *status quo*, através de sua

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: josneidicarlo@hotmail.com.br.

** Mestranda em Administração Universitária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: renata.silverio@ufsc.br.

música e visual agressivos. No Brasil, esse movimento chega alguns anos depois, quando jovens de São Paulo e do ABC paulista começam a montar as primeiras bandas de *punk rock*. Os primeiros grupos de *punk rock* brasileiros são formados, na maior parte, por jovens filhos de operários em um contexto marcado pelo novo sindicalismo. Por ter surgido durante as lutas sindicais que denunciavam a ditadura militar, este trabalho tem como problema se o *punk rock* denuncia as condições de vida do trabalhador. A hipótese é que o *punk rock*, destacadamente o do ABC paulista, recorrentemente denunciou a condição de vida do operário em suas músicas. Assim, a proposta deste trabalho é apreender o mundo do trabalho representado nas letras de *punk rock*.

Inicialmente recorremos a Thompson (1987) e Williams (1969) para considerar o movimento *punk* como uma cultura comum ao novo sindicalismo. Posteriormente, tratamos do novo sindicalismo e do movimento *punk*, para então analisarmos quatro letras de músicas emblemáticas do *punk rock* brasileiro que tem como temática o mundo do trabalho.

PUNK ROCK E A REALIDADE DO TRABALHADOR URBANO

A cultura é um complexo social, desta forma compreende-se que uma temática política emerge na arte dado o contexto histórico em que ela se manifesta. A arte tem sua história, suas particularidades não negam a relação com a sociedade, assim como a realidade social não fornece todos os subsídios para explicar o fenômeno artístico. Podemos apreender uma manifestação artística levando em conta seu processo interno e/ou externo. O *punk rock* pode ser compreendido através do desenvolvimento da música popular no século XX e apreendido em sua relação com o contexto histórico imediato. O ideal seria articular os dois processos, mas optamos por compreender a representação do mundo do trabalho no *punk rock* ao partimos da hipótese da convergência entre ele e as denúncias realizadas pelo novo sindicalismo durante a transição democrática acerca das condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores desde o Golpe de 1964. Partimos dos autores Edward P. Thompson e Raymond Williams porque a forma como eles

desenvolvem o conceito de cultura nos ajuda a entender a temática do trabalho no *punk rock* entre 1977, quando a cultura *punk* é incorporada por jovens de origem proletária, e 1988, quando a greve é incorporada à Constituição como um direito social. Mas, ao se verificar a deficiência das fontes, em razão de não ter sido possível coletar dados satisfatórios sobre a origem social dos membros dos grupos de *punk rock* e do contexto da composição das músicas selecionadas no material disponível, este tópico não passa de notas baseadas em *A formação da classe operária inglesa*, de Thompson (1987), e *Cultura e sociedade*, de Williams (1969). Mesmo assim, elas são instrumentais, delimitam o conceito de cultura para atender ao propósito deste trabalho.

Em *A formação da classe operária inglesa*, Thompson (1987) deixa claro que sua análise parte das experiências das pessoas comuns. Seu princípio analítico coloca dois problemas a serem resolvidos pelo pesquisador. O primeiro é metodológico, ao reconstruirmos as experiências das pessoas comuns nos deparamos com fontes provenientes dos arquivos das classes dominantes. Como reconstruir a história de uma classe com arquivos de outra classe? O segundo é epistemológico, ao reconstruirmos a história das pessoas comuns buscamos compreender o passado à luz de suas experiências e suas reações frente a elas. O giro de Thompson na análise histórica ajuda a reconfigurar os estudos da cultura, ao problematizar as fontes e o ponto de vista do observador ao reconstruir a história. Evidencia o caráter narrativo desta sem cair no beco sem saída do pós-modernismo, em função da narrativa ser construída a partir das fontes consultadas pelo pesquisador. Se o observador não problematizar suas fontes, não problematiza seu ponto de vista e o caráter de classe de sua narrativa. Assim, podemos dizer que para Thompson não há neutralidade científica, em razão de as fontes serem alimentadas por arquivos a reproduzirem as experiências dos agentes. Diante dos problemas evidenciados por Thompson, o pesquisador não tem como ignorar de onde reconstrói a história, se o fizer, ao não problematizar suas fontes, está traduzindo as experiências de determinados agentes. Se afirmar sua neutralidade científica, ao confrontarmos sua narrativa com suas fontes, saberemos a experiência de qual agente ele está traduzindo.

A partir dessa perspectiva observa-se que o *punk rock* é uma música que representa o mundo do trabalho de 1977 a 1988 por ser produto de jovens cujas experiências eram compartilhadas com os trabalhadores urbanos por causa da mesma origem de classe. Entretanto, usando os termos de Williams (1969, p. 326, grifos nossos), “uma *cultura comum* não é, em nenhum nível, uma *cultura igual*. Mas pressupõe, sempre, a igualdade de ser, sem a qual a experiência comum não pode ser valorizada”.

Sendo o *punk rock* nosso objeto de pesquisa para apreendermos como o mundo do trabalho foi representado em uma manifestação artística, nos deteremos sobre o conceito de cultura para esboçar em que medida o *punk rock* traduz a experiência dos trabalhadores urbanos do contexto do novo sindicalismo. Preocupado em compreender o processo de constituição da consciência de classe, Thompson (1987) levou em consideração em sua análise a subjetividade, a formação e a constituição das classes, assim como a relação entre elas. A classe social é processual, na medida em que o autor a considera constituída em uma formação tanto econômica quanto cultural. Assim, a dimensão histórica da classe operária é dada pela experiência vivida pelos operários. A experiência traduz as condutas, os comportamentos, os costumes e os valores das práticas operárias. Por ser processual, a formação da classe operária inglesa é compreendida por Thompson através de um longo arco de tempo. Desta forma, a cultura é um complexo social. Apropriando-se do conceito de cultura do autor com certa liberdade, indica-se que uma manifestação artística é produto de um agente, e a consciência de classe deste se constitui no conflito entre as classes sociais. Em função de o *punk rock* ter sido uma manifestação de jovens de origem proletária, produziram uma cultura comum em relação ao trabalhador urbano, representando o mundo do trabalho na música.

O NOVO SINDICALISMO

O fim do sistema de produção em domicílio e a consolidação do modo de produção fabril fez nascer efetivamente uma classe proletária. O trabalhador torna-se, então, um acessório da máquina (Gorz, 2007).

No Brasil, esta classe surge com o fim da escravidão, no final do século XIX inicialmente nos grandes centros, São Paulo e Rio de Janeiro.

Inicialmente surgiram, como formas de organização operária, Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, com o intuito de auxiliar financeiramente operários que estivessem passando por dificuldades econômicas, sendo que a primeira greve registrada na história do Brasil data de 1858, no Rio de Janeiro, quando tipógrafos se rebelaram contra injustiças patronais e os baixos salários. Mas esse era apenas o começo de um movimento que acabou se expandindo para outras categorias. Dentro desse contexto nasceram os sindicatos no Brasil (Antunes, 1980).

O movimento sindical brasileiro passou por diferentes fases, com destaque para o novo sindicalismo dos anos 1970-1980, marcado pela transição democrática e abertura política, momento crucial para a instauração de uma nova democracia no país.

Maio de 1978: esta é a data que marca a retomada do movimento sindical no Brasil, quando a classe operária do principal complexo industrial do país, o ABC paulista, entra em greve.

As greves dos metalúrgicos do ABC paulista serviram de referência política para a série de movimentos grevistas no Brasil daquela época, envolvendo toda a classe trabalhadora, pois o movimento social atinge dos operários industriais a funcionários públicos. [...] Exige-se democracia política e social, denuncia-se o modelo de desenvolvimento capitalista no país, a superexploração da força de trabalho, a imposição de pacotes econômicos, que implementam, principalmente a partir da crise da dívida em 1981, o receituário de ajuste ortodoxo do FMI, a capitulação ao capitalismo financeiro internacional que exige o pagamento da dívida externa (Alves, 2000, p. 112).

A década de 1980 marca o ressurgimento das greves gerais, movimento enfraquecido desde o golpe militar de 1964. Antunes (1980) ressalta que, apesar de ser um movimento diversificado e com particularidades presentes em cada greve (por categoria ou por empresa,

mais defensiva ou mais ofensiva), essas lutas tiveram como principal eixo o combate à superexploração do trabalho e crescente degradação salarial. No caso dos operários, estes lutavam também contra o modo de produção taylorista e o despotismo nas fábricas.

No ano de 1983 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada, durante o primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Milhares de trabalhadores e suas centrais sindicais, insatisfeitos com o “sindicalismo corporativo” que pouco ou nada os representava, consolidam o chamado “novo sindicalismo”, através da criação de uma entidade única de representação dos trabalhadores.

O nascimento da CUT como organização sindical brasileira representa mais do que um instrumento de luta e de representação real da classe trabalhadora, um desafio de dar um caráter permanente à presença organizada de trabalhadores e trabalhadoras na política nacional (CUT, 2014).

Vale a pena destacar alguns episódios deste período, como as greves com ocupação de fábricas, nas quais houve grande conflito resultando até mesmo em mortes. Talvez o caso mais emblemático seja o da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada em Volta Redonda. Em novembro de 1988 os metalúrgicos desta companhia entram em greve e como as negociações com o governo fracassaram, decidem invadir a CSN, impedindo seu funcionamento. O *website* “ABC de Luta! Memórias dos Metalúrgicos do ABC”, vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, relata o fato:

O Exército, a mando do governo federal, acompanhado de um batalhão da Polícia Militar, invade a empresa. Ocorrem choques violentos e as tropas atiram nos grevistas, matando 3 deles e deixando outros 9 com ferimentos graves. Há grande comoção pública com o episódio. Lideranças oposicionistas criticam duramente a decisão do governo Sarney de autorizar a invasão. Candidatos ao pleito municipal de novembro próximo incorporam o tema a seus discursos. A mídia dá grande repercussão ao fato.

Além deste houve também a invasão da Ford em São Bernardo do Campo, em novembro de 1981, como resposta à demissão de 12 operários. Ainda, a ocupação da GM de São José dos Campos, em maio de 1985, com duração de 28 dias, ambos com grande repressão policial.

Isso demonstra que as greves dos anos 1980 eram uma resistência de classe, adotando uma estratégia de confrontação. Confrontavam-se principalmente as políticas governamentais, com ênfase em mobilização de massas e greves. Para Alves (2000, p. 116), “[...] O cenário hiperinflacionário, de crise estrutural do Estado capitalista no Brasil, no contexto da redemocratização política, contribuiu para o predomínio do sindicalismo classista, de massas, de confronto”.

Fica claro que o movimento exigia mais do que aumento salarial e benefícios aos trabalhadores. Era uma luta política e ideológica, em um momento de crise econômica e desgaste político, com a população cansada da ditadura que assolava o país desde o Golpe de 64. “Era o reemergir do trabalho na cena social e política” (Antunes, 1995, p. 12).

O MOVIMENTO PUNK

Nascido na Inglaterra, mais especificamente nos subúrbios de Londres, surgiu o *punk rock* como forma de protesto contra uma sociedade uniformizada e conservadora, em termos estéticos (moda, música), e também político (condição suburbana). O lema principal do *punk* “faça você mesmo” (*Do it yourself*) mostra que qualquer pessoa é capaz de compor e tocar música, feita com três acordes básicos e vocais sem muita preocupação com melodia e harmonia. Um grito dos excluídos contra a sociedade que os oprime.

Segundo Friedlander (2013, p. 354), há duas teorias para o surgimento e a natureza da música *punk* na Inglaterra nos anos 1970:

Uma das teorias cita a economia britânica em declínio como o principal impulso do *punk*. Neste cenário, surgiu um crescente segmento de jovens de classes menos favorecidas que se mostravam insatisfeitos com a falta de oportunidades

econômica e educacional na Inglaterra. Empregos de salários decentes não estavam disponíveis e o acesso às escolas só era permitido às classes sociais privilegiadas, forçando vários jovens da classe operária a desistir da educação.

Dessa forma, os jovens ingleses se revoltaram contra sua condição, demonstrando essa revolta na música, com letras agressivas e de natureza antiautoritária. Era uma prática inovadora de resistência.

Para Souza (2003, p. 38), este seria um

alerta crítico desses agentes sociais, que desiludidos com os rumos seguidos pela sociedade, ocupam os espaços públicos e gritam, de maneira ameaçadora: “não há futuro nem pra mim nem pra você”. Essa intervenção escatológica traduz uma nova maneira de pensar dos jovens, que não acreditam mais em utopias salvacionistas, nem querem projetar para um futuro incerto a felicidade que podem viver hoje – o que eles desejam é o presente, o agora, pois é na urgência das ruas que eles vivem.

No Brasil esse movimento chega alguns anos mais tarde e ganha força entre os jovens de São Paulo, mais precisamente do ABC Paulista. Foi por volta de 1977, em plena ditadura militar, que o *punk rock* se estabeleceu em São Paulo. As primeiras bandas surgiram na periferia, mais especificamente na Vila Carolina, sendo que a primeira banda nascida neste movimento se chamava Restos de Nada. Além desta havia Condutores de Cadáver, AI-5, NAI e Cólera, com seus membros, em sua maioria, oriundos de famílias de proletários.

Ariel, ex-integrante da banda Restos de Nada, relata a história do surgimento do movimento *punk* em São Paulo para o *website* Portal Rock Press:

Uma vila *punk* chamada Carolina. Encravada entre o Bairro do Limão e a Freguesia do Ó, na periferia da cidade de São Paulo, com muitas fábricas e comércio ao seu redor, a vila é basicamente proletária. Seus moradores, trabalhadores braçais, que por estarem do lado errado do rio, nunca conhece-

ram o luxo e nem desfrutaram da vida, apenas pagavam suas contas, administrando suas misérias.

Através do relato do artista é possível perceber que o movimento *punk* era também um movimento de massas. Pois, na medida em que retratava a insatisfação de jovens de centros urbanos, seja com a arte ou com a sociedade, estava formando novas práticas de sociabilidade que desviavam do tradicional, das vias “normais” de integração social. Esse desvio pode ser entendido como uma forma de resistência e protesto às regras da sociedade vigente e as injustiças sociais por ela reforçadas.

***PUNK ROCK* E SUAS REPRESENTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO**

A partir de agora será feita uma análise das músicas compostas por alguns representantes do movimento *punk* brasileiro. O recorte utilizado será de 1977 a 1988, quando o movimento *punk* se inicia naquele ano e neste ano a greve entra como um direito social na Constituição (capítulo II da Constituição, Dos Direitos Sociais).

Nesse contexto há convergência entre política (sindicalismo) e cultura (*punk rock*) e, para entender este, deve-se voltar para as lutas sociais do período, encabeçadas principalmente pelo sindicalismo. Por isso, a proposta deste artigo é ver como as lutas sociais relativas ao mundo do trabalho emergem nas letras de *punk rock*, já que o movimento *punk* surge nas cidades e bairros proletários do ABC Paulista.

A ideia inicial era fazer um levantamento das gravações de *punk rock* entre 1977 e 1988 e identificar aquelas que tinham como temática o mundo do trabalho. No entanto, não foi possível fazer o levantamento exaustivo de toda a produção da época. Sendo assim, foram escolhidas músicas emblemáticas que perpassam o período, mostrando que a temática do mundo do trabalho acompanha o *punk rock* durante anos e que ela não foi ocasional no interior do *punk rock*.

Não foram utilizadas músicas dos anos iniciais porque as primeiras coletâneas de *punk rock* surgem em 1983. As músicas serão analisadas por ordem cronológica, de acordo com o ano de lançamento.

1983 – Sub (Coletânea). Esta é uma das primeiras coletâneas de *punk rock* lançadas na América Latina, e tem canções das bandas Ratos de Porão, Cólera, Psykóse, Fogo Cruzado e Ataque Frontal. Naquela época gravar um disco era muito difícil, principalmente para jovens suburbanos, então, a maneira encontrada por esses grupos para divulgar sua música, foi gravar uma coletânea. Este disco é conhecido internacionalmente e é considerado um marco no movimento *punk rock* brasileiro. A música a ser analisada será *Vida Ruim*, de Ratos de Porão, banda surgida em 1981, durante a explosão do movimento *punk* paulista e que continua na ativa até os dias atuais, tendo como membro mais famoso o vocalista, João Gordo. Este, filho de um guarda civil e uma manicure, antes da fama teve que ganhar a vida trabalhando em recepção de hotéis de São Paulo.

Marcado por letras diretas, o *punk rock* rompe com a tradição composicional da música brasileira anterior, cujas letras eram marcadas, na forma, pela elaboração formal e, no conteúdo, por mensagens enviesadas. *Vida Ruim* tem a mesma temática de *Construção* e *Pedro Pedreiro* de Chico Buarque: o cotidiano do trabalhador urbano. Enquanto Chico Buarque elege um trabalhador relacionado à construção, Ratos do Porão elegem o metalúrgico, chamado popularmente no mundo urbano de “pião” [sic]:

Não dá mais pra aguentar
Essa vida ruim
Essa vida de pião [sic]

O metalúrgico não suporta sua vida em razão de questões existenciais, mas em função de questões econômicas, mais precisamente, em relação ao salário:

Você anda sem nenhum tostão

Mesmo o novo sindicalismo tendo sido um ator político funda-

mental para a redemocratização da sociedade brasileira, em sua denúncia da intervenção autocrática dos militares nos sindicatos e no bloqueio do espaço público para a realização de paralisações grevistas, em geral, a questão salarial foi um dos cerne das greves que aumentaram exponencialmente a partir de 1978¹. O salário mínimo alcançou um de seus valores reais mais altos exatamente um mês antes do golpe de março de 1964. Seu valor em fevereiro daquele ano, corrigido monetariamente para os dias de hoje, era um pouco superior a mil reais. Desde o início da ditadura até o seu fim, a tendência foi de perda do poder de compra do salário (Sicsú, 2014).

Eles pedem dinheiro emprestado
E tiram do pobre coitado
Essa exploração
Vai acabar com a população
Não vai dar
Desse jeito o mundo vai acabar

Nestes versos, a música faz referência aos empréstimos que o governo Figueiredo fez junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI)².

1986 – Pânico em SP (Inocentes). A despeito de não ser reconhecido pelo grande público como Ratos do Porão, por causa da figura pública de seu líder e vocalista João Gordo, o qual foi contratado como apresentador de televisão pela MTV em 1996, a banda Inocentes também é um dos grupos de *punk rock* mais representativos do Brasil. Seu vocalista, Clemente Nascimento, é um dos líderes do movimen-

¹ Sobre as greves no Brasil, Noronha (2009, p. 128) afirma que estas apresentam um comportamento cíclico, de acordo com as conjunturas políticas. O primeiro grande ciclo foi de cerca de 20 anos (1978-1997), e o autor o subdivide em três fases: expansão (1978-1984), explosão das greves (1985-1992) e a última, de resistência e declínio (1993-1997). Em relação a primeira fase, o autor afirma que “caracteriza-se pela recuperação da função de defesa dos salários do sindicato e pela definição e consolidação da estratégia grevista como uma das formas de reconquista da cidadania política”.

² Para melhor um entendimento sobre a política econômica do governo Figueiredo, consultar o site: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109011001560.MD4_0_179.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2015.

to *punk* de São Paulo, respeitado e admirado por muitos, continua se apresentando e compondo músicas de *punk rock* até os dias atuais, assim como o grupo Ratos de Porão. *Rotina*, a segunda letra analisada para ilustrar como o mundo do trabalho foi representado pelo *punk rock* em seu auge no Brasil, é a faixa de abertura de *Pânico em SP*, álbum de estreia de Inocentes, lançado em 1986.

Assim como *Vida Ruim*, *Rotina* também tem como temática o cotidiano do trabalhador urbano. Enquanto a primeira identifica diretamente esse trabalhador como o peão, isto é, o metalúrgico, a segunda o faz indiretamente, já que o relógio de ponto, um dos elementos da narrativa da letra, é identificado com o trabalho fabril, sendo que no contexto da década de 1980 a metalurgia era a fábrica mais significativa:

Acorda cedo para ir trabalhar
O relógio de ponto a lhe observar

Entretanto, o mundo do trabalho em *Rotina* é apresentado de forma mais complexa do que em *Vida Ruim*, em razão de não centrar sua narrativa apenas em questões econômicas, tanto faz se relacionadas à reprodução da força de trabalho (salário) e a relação entre o capital financeiro e o Brasil (empréstimos do Governo Figueiredo junto ao FMI):

No lar esposa e filhos a lhe esperar
Sua cabeça dói, um dia vai estourar, com essa
Rotina (Rotina!)

Ao longo de toda a letra, Inocentes estabelecem uma relação constante entre o local de trabalho, opressivo, por alienar o operário somente a sua função de produtor de mercadoria, isolando-o da vida social:

Sua cabeça dói, não consegue pensar
As quatro paredes a lhe massacrar
Daria tudo pra ver o que acontece lá fora
Mesmo sabendo que não iria suportar essa

Rotina (Rotina!)

Até quando ele vai aguentar?

Com o espaço privado de sua vida familiar:

No lar sua esposa lhe serve o jantar
Seus filhos brincam na sala de estar
Levanta da poltrona e liga a TV
Chegou a hora do programa começar

Ambos os espaços oprimem o operário, colocam-no em uma situação degradante, marcado pela rotina de uma vida restrita a reprodução de sua força do trabalho, na fábrica, marcado pelo relógio de ponto a controlar o seu tempo necessário para o pagamento de salário, em casa, marcado pelas atividades rotineiras, como o jantar e o entretenimento televisivo. A indústria cultural, com a estandarização, passa a ser um elemento de controle da rotina do operário:

O homem da TV lhe diz o que fazer
Lhe diz do que gostar, lhe diz como viver
Está chegando a hora de se desligar
A sua esposa lhe convida para o prazer

O sexo, apesar de estar relacionado à reprodução da vida, passa a ser um elemento da reprodução da força de trabalho, em razão de ser parte da rotina, quando o operário “se desliga” para reproduzir essa mesma rotina no dia seguinte. Retratando de forma mais complexa o mundo do trabalho do que a primeira letra analisada, ao representar a vida do operário em um complexo a envolver seu tempo de trabalho e tempo de lazer, fazendo a denúncia do trabalho para além das questões econômicas, *Rotina*, assim como *Vida Ruim*, enfatiza em seu refrão o caráter destrutivo das condições operárias do período:

Até quando ele vai aguentar?

Enquanto Inocentes perguntam, Ratos do Porão são enfáticos, ao afirmarem no primeiro verso de *Vida Ruim* que “não dá mais para aguentar”.

1987 – *Corredor Polonês (Patife Band)*. Apesar de destacarmos Patife Band, *Vida de Operário* é uma composição do grupo de *punk* Excomungados. Destacamos a versão de Patife Band por ela ter sido representativa na década de 1980. Marcolandio Gurgel Praxedes (Xines), vocalista da banda Excomungados, lembra em entrevista, que eles fizeram shows na Lira Paulistana, teatro que acabou por nomear o movimento musical no qual Patife Band fazia parte, em razão de ser o ponto de encontro de Paulo Barnabé e outros músicos que renovaram a música brasileira incorporando elementos da música erudita ao *punk rock*. O ecletismo e a inventividade da Lira Paulistana estão presentes na versão de Patife Band para *Vida de Operário*. Enquanto nesta se explora a ironia da letra, com o vocal e o ritmo mimetizando a música caipira, a versão de Excomungados é um *punk rock* clássico. Talvez a questão estilística justifique porque a versão de Patife Band se tornou mais representativa, tanto é que a versão de Pato Fu lançada em 1995 está mais próxima da Lira Paulistana do que do *punk rock* clássico, deixando em aberto a proximidade de Excomungados com Patife Band.

Como dito, eles tocaram na Lira Paulistana, tornando compreensível a aproximação em função da cena musical da década de 1980. Mas, como não tivemos oportunidade de entrevistar os músicos dos Excomungados, é apenas uma hipótese que *Vida de Operário* foi tocada em um dos shows que eles realizaram na Lira Paulistana. Contudo, a aproximação entre os dois grupos tem um caráter formativo, ambos são formados por jovens universitários.

Como afirma Xines (2004), na entrevista citada anteriormente:

[...] A banda começou no CRUSP: encontro das pessoas que moravam aqui e também de funcionários do restaurante (dois funcionários que eram *punks* e moravam em Carapicuíba). Isso foi depois do Começo do Fim do Mundo, do Sesc Pompeia. Eu fui ver o show, outro integrante também foi, aí a gente resolveu montar a banda. Fomos escolher o nome e ficou Excomungados porque o CRUSP na época era uma periferia da USP. Era meio abandonado, invadido, o corredor era escuro. Não é igual hoje que tem uma certa assistência da Universidade.

O Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp) abriga estudantes de baixa renda que vem de outras cidades. Assim, o Crusp aproxima estudantes de classes sociais distintas ao vivenciarem os mesmos problemas da moradia estudantil e também aproxima os estudantes dos funcionários. Natural de Londrina, Paulo Barnabé, mentor de Patife Band, foi para São Paulo para estudar. Assim com as duas letras anteriores, a de *Vida de Operário* narra o cotidiano do trabalhador urbano, especificamente o operário:

Fim de expediente cinco e meia,
Cartão de ponto...
Operários saem da fábrica
Cansados da exploração
Oito horas e de pé,
E de pé na fila ônibus lotado
Duas horas em pé ou sentado

Por ser composta por estudantes, ela é mais didática. Após destacar o fim do expediente, onde o operário enfrenta as condições degradantes do transporte coletivo, destaca que ele é explorado na fábrica. Nisso, os próximos versos fazem um paralelismo entre as duas condições degradantes, a do trabalho e a da mobilidade, em razão de ambas deixarem o operário em pé por horas. O didatismo denuncia as condições de trabalho enfrentadas pelo operário, tanto na fábrica quanto em sua locomoção até ela. Tal didatismo é levado adiante na próxima estrofe, mas desloca a narrativa das condições de trabalho para o conflito entre o trabalho e capital:

Braços na máquina operando a situação,
Crescimento da produção,
Semana do patrão e o lucro é do patrão,
Ganância do patrão e o lucro é do patrão...

No conflito, o operário é um acessório da maquinaria, a elevar a produção e o lucro, sem qualquer melhoria nas condições de trabalho. Ao contrário de *Vida Ruim e Rotina*, a narrativa de *Vida de Operário* centra no conflito trabalho/capital, apontando, didaticamente, a superexploração do trabalho e a acumulação do capital.

1993 – *Canções para Ninar (Garotos Podres)*. Apesar da diferença entre elas, as três letras anteriores giram em torno do cotidiano do trabalhador urbano. *Vida Ruim* contrapõe o salário baixo do operário com os empréstimos do Governo Figueiredo junto ao FMI. *Rotina* expõe o dia a dia de trabalho e das atividades do lar que oprimem o trabalhador. *Vida de Operário* fala do conflito capital/trabalho para apontar a superexploração do trabalho e a acumulação do capital. Para tratar das questões indicadas, o cotidiano do operário é usado como pano de fundo por Ratos de Porão, Inocentes e Patife Band/Excomungados. *Aos Fuzilados da CSN*, última letra analisada neste trabalho, é uma elegia a três operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), mortos pela polícia durante uma greve em 1988. Garotos Podres denunciam a violência estatal enfatizando que a revolução é produto do proletariado. Em relação às letras analisadas anteriormente, se estrutura não em cima do cotidiano do trabalhador urbano para representar o mundo do trabalho, mas em um evento histórico para fazer um chamado aos trabalhadores.

Como dito anteriormente, o recorte temporal deste trabalho é de 1977 a 1988. *Aos Fuzilados da CSN* é uma das faixas do álbum de 1993, *Canções de Ninar*. Porém, mesmo sendo lançada em 1993, *Aos Fuzilados da CSN* trata de um evento histórico ocorrido em 1988, ou seja, dentro do recorte deste trabalho, justificando sua inclusão para fechar este tópico. Outrossim, o lançamento de um álbum não demarca o ano de composição de uma música. Um álbum trata-se de reunião de músicas compostas ao longo de um período, geralmente no intervalo entre o álbum precedente e o atual. O álbum que antecedeu *Canções de Ninar* foi lançado em 1988. Certamente, as nove faixas deste foram compostas entre 1988 e 1993. Uma das fontes consultadas para este trabalho tornou possível considerar que a música foi composta por Garotos Podres logo após a morte dos três jovens operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), durante a greve de 1988: trata-se de uma participação da banda no programa de auditório *Matéria Prima*, da TV Cultura. No programa, Mao, o vocalista, diz que tocará uma música nova que faz referência ao que, nas suas palavras, “está ocorrendo agora em Volta Redonda”,

onde está localizada a CSN³. A música nova é *Aos Fuzilados da CSN*.

Mao, no mesmo programa citado, afirma que o Partido dos Trabalhadores (PT) é alternativa ao Governo Fernando Collor. Assim, não é à toa que *Aos Fuzilados da CSN* tem como pano de fundo um evento histórico para desenvolver o tema da união entre os trabalhadores para construir o futuro:

Aos que habitam
Cortiços e favelas
E mesmo que acordados
Pelas sirenes das fábricas
Não deixam de sonhar
De ter esperanças
Pois o futuro vos pertence

Considerando que a música foi composta em um contexto de eleições, compreensível ela denunciar a violência policial desencadeada para desbaratar uma greve para chamar os trabalhadores a se unirem em um objetivo comum, ou seja, a reconstrução do país:

Aos que carregam rosas
Sem temer machucar as mãos
Pois seu sangue não é azul
Nem verde do Dólar
Mas vermelho
Da fúria amordaçada
De um grito de liberdade
Preso na garganta
Fuzilados da CSN
Assassinados no campo
Torturados no DEOPS
Espancados na greve
A cada passo desta marcha
Camponeses e operários
Tombam homens fuzilados

³ Entrevista disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0nZd76aPNDU>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

Mas por mais rosas que os poderosos matem
Nunca conseguirão deter a Primavera!

Enquanto *Vida Ruim*, *Rotina* e *Vida de Operário* não olham para o devir histórico, centrando a narrativa na denúncia acerca da exploração do trabalho por parte do capital, *Aos Fuzilados da CSN* denuncia a violência policial e militar para apontar que o poder pertence aos trabalhadores, por mais que sejam oprimidos pelo capital via Estado. Após as transformações ocorridas ao longo da década de oitenta, a letra de *Aos Fuzilados da CSN* representa um novo momento vivenciado pelos trabalhadores, de conquistas a serem realizadas mesmo após toda violência desencadeada sobre eles ao longo da ditadura militar e governo José Sarney.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos compreender o *punk rock* muito além de uma manifestação de arte internacional. Enfatizamos seu florescimento no Brasil em razão de ter encontrado solo fértil, destacadamente em São Paulo e no ABC paulista, como forma de protesto. Não negamos sua relação com a arte internacional, mas ela não dá conta de compreender seu vigor no período.

Dentro da tradição da música popular brasileira, o *punk rock* é inovador, com suas letras diretas. Ele se desenvolveu em um momento de arrefecimento da ditadura militar, embora os militares usassem a violência estatal e a paraestatal, como no caso do atentado ao Rio Centro⁴, na tentativa de evitar a abertura democrática do país. No interior

⁴ Em 1981 um grupo de militares insatisfeitos com o processo de abertura política e de redemocratização pelo qual vinha passando o Brasil nos últimos anos, organizou um atentado que ficou conhecido como Atentado ao Riocentro, tentando evitar tal processo. No entanto, a investida não teve o efeito esperado e só serviu para intensificar a queda da ditadura militar no país. No dia 30 de abril de 1981 estava acontecendo um evento com show de vários artistas da Música Popular Brasileira no Rio Centro, um centro de convenções no Rio de Janeiro, em comemoração ao Dia do Trabalhador. Alguns militares da ala radical planejaram explodir bombas nos geradores de energia do evento para espalhar pânico e desordem entre o público. Entretanto, uma

da cultura, o *punk rock* se estabeleceu no Brasil com toda sua revolta contra a ditadura militar, a violência policial, a superexploração do trabalho e assim por diante. Ademais, uma manifestação artística evidenciou um elemento novo, o desemprego estrutural a afetar a oportunidade de trabalho digno dos jovens. A cultura *punk* pôs a nu o mundo do trabalho ao ponto de jovens de origem proletária se recusarem a entrar no mercado de trabalho nas mesmas condições degradantes de seus pais, voltando-se contra a superexploração do trabalho. Destarte, compreende-se o porquê da adoção do anarquismo individualista⁵ pelo movimento *punk*, distanciando-se do anarcossindicalismo⁶ dos trabalhadores urbanos brasileiros das primeiras décadas do século XX.

Como a arte de um país não se desenvolve apenas em seu meio social restrito, o *punk rock* brasileiro tem sua gênese em São Paulo e no ABC Paulista em função de jovens consumirem produtos culturais produzidos pela indústria cultural internacional. Entretanto, o *punk rock* tem suas especificidades no Brasil, sua denúncia das condições de trabalho, tornando-se uma cultura comum ao novo sindicalismo, como pode ser visto neste trabalho.

das bombas explodiu antes da hora e resultou no fracasso de tais militares, causando a morte de um deles.

⁵ O anarquismo individualista (ou anarcoindividualismo) é uma tradição filosófica com ênfase no indivíduo e sua vontade, argumentando que cada um é seu próprio mestre, interagindo com os outros através de uma associação voluntária. O anarquismo individualista refere-se a algumas tradições de pensamento dentro do movimento anarquista que priorizam o indivíduo sobre todo tipo de determinação externa, que ele é um fim em si mesmo e não um meio para uma causa, incluindo grupos, “bem-comum”, sociedade, tradições e sistemas ideológicos. O anarquismo individualista não é uma filosofia simples, mas que se refere a um conjunto de filosofias individualistas que estão frequentemente em conflito umas com as outras. As primeiras influências sobre o anarquismo individualista foram os pensamentos de William Godwin, Henry David Thoreau, com a temática do Transcendentalismo, Josiah Warren defendendo a soberania individual, Lysander Spooner, Pierre Joseph Proudhon e Benjamin Tucker, focando no Mutualismo, Herbert Spencer e Max Stirner e seu egoísmo (Acção Popular Libertária, 2013, p. 1).

⁶ Até a década de 1920 o anarquismo influenciou consideravelmente o movimento operário no Brasil, em especial o anarcossindicalismo. Os anarcossindicalistas consideravam os sindicatos instrumentos fundamentais para a luta por melhores condições de vida e a emancipação do proletariado. Pregavam a ação direta, radical, sem intermédio do Estado ou partidos políticos.

REFERÊNCIAS

- ABC DE LUTA! Memórias dos Metalúrgicos do ABC. Linha do tempo. 1988, conjuntura brasileira. **Exército invade a CSN, ocupada por grevistas, e mata três operários**. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=328>. Acesso em: 16 dez. 2014.
- ACÇÃO POPULAR LIBERTÁRIA. **Anarquismo individualista**. 2013. Disponível em: <<https://accaopopularlibertaria.files.wordpress.com/2013/03/anarquismo-individualista.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.
- ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000.
- ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **O que é sindicalismo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. Coleção Primeiros Passos.
- _____. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- ARIEL. **Memórias do invasor**: a história do *punk* no Brasil, maio/2011. Disponível em: <<http://www.portalrockpress.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=4595>>. Acesso em: 18 dez. 2014.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Histórico**. Apresenta o histórico da CUT. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em: 16 dez. 2014.
- FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll**: uma história social. 8. ed. Tradução de A. Costa. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. 2. ed. Tradução Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2007.
- MAO JUNIOR, José Rodrigues. (MAO). **Programa Matéria Prima**. Entrevista concedida em 1989. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0nZd76aPNDU>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- PRAXEDES, Marcolandio Grugel. (XINES). 21 anos da banda Excomungados. **Centro de Mídia Independente Brasil**, São Paulo, 17 de setembro de 2004. Entrevista concedida ao *site*. Disponível em:

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/07/286680.shtml>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009.

SICSÚ, João. Salário-mínimo na ditadura e hoje. **Carta Capital**. Economia. 29 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/salario-minimo-na-ditadura-e-hoje-643.html>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

SOUZA, Rafael Lopes de. Movimento Punk: sociabilidade, conflito e vivência juvenil no espaço público. **Remark – Revista Brasileira de Marketing**, v. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiramarketing.org/ojs2.2.4/index.php/remark/article/view/65/78>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1780-1950**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

TRABALHO PRECÁRIO NO JORNALISMO

UMA AMEAÇA À QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

*Jeferson Bertolini**

As janelas da fábrica foram fechadas com grades, como uma prisão, e o alojamento dos funcionários foi cercado com redes protetoras, como um picadeiro de circo. Mas ali, nas instalações da Foxconn na China, não tinha diversão: havia exploração, sofrimento e morte.

Entre 2009 e 2010, 19 funcionários da fabricante de componentes eletrônicos que atende Apple, Sony, Nitendo e HP se suicidaram por conta das condições de trabalho no local: jornadas superestendidas, pressão na linha de montagem, salários baixos, nenhuma segurança de emprego. O resultado eram trabalhadores desvalorizados, sem alto-estima, isolados da família e dos amigos e sem expectativas profissionais e pessoais. As grades e as redes de proteção eram para evitar novos suicídios.

Na perspectiva de Standing (2014), pode-se dizer que os operários chineses que se mataram durante o expediente experimentaram a face mais perversa do trabalho precário, aquele que, a reboque de políticas neoliberais, vem criando uma nova categoria de trabalhadores explorados pelo mundo: o precariado.

Para o autor, o precariado consiste em profissionais desprovidos

* Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: jefersonbertolini@gmail.com.

de sete garantias: *garantia de mercado de trabalho* (oportunidades dignas), *garantia de vínculo empregatício* (proteção contra dispensa arbitrária), *garantia de segurança no emprego* (oportunidade para manter o emprego e poder progredir em *status* e renda), *garantia de segurança do trabalho* (proteção contra acidentes e doenças), *garantia de reprodução de habilidade* (oportunidade de receber treinamento), *garantia de segurança de renda* (ter renda adequada e estável) e *garantia de representação* (sindicatos independentes).

Neste artigo, observa-se o trabalho precário entre os jornalistas brasileiros, sobretudo os que atuam em redação (lidam com notícia). Trata-se de uma categoria cujo dever é produzir informação de qualidade para que as pessoas sejam livres e se autogovernem (Kovach; Rosenstiel, 2003).

De certo modo, pode-se entender que o trabalho do jornalista é precário desde a regulamentação da profissão, no século XIX. Pois, como observa Traquina (2008), a maioria dos profissionais guia-se mais por ideologias e senso de justiça do que por questões de ordem prática, como contratos trabalhistas.

Entretanto, a partir dos anos 2000 a profissão parece ter entrado em colapso. Em parte, o problema se deve (1) à reconfiguração do mercado de trabalho provocada pelas tecnologias digitais e (2) à reordenação (diversificação) dos negócios das empresas de mídia.

Esses dois fenômenos alavancados pela era digital forçam o profissional a ter (1) *perfil multimídia* (faz trabalhos jornalísticos para mais de um veículo, como jornal e rádio, ao mesmo tempo) e (2) *perfil multitarefa* (se encarrega de tarefas, como redigir textos para jornal e gravar vídeos para site, que antes competiam a profissionais específicos).

O resultado, para citar exemplos básicos, são profissionais com excesso de trabalho por fazer, isolados do convívio familiar, inseguros no emprego, desrespeitados em direitos trabalhistas e enfraquecidos como categoria. A esse cenário somam-se problemas históricos do jornalismo, como o trabalho sob pressão, pressão política e comercial e risco de morte.

Este artigo está baseado em (a) levantamento bibliográfico, bá-

sico ao trabalho científico porque “permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (Fonseca, 2002, p. 32); e (b) observação direta, que possibilita ao pesquisador assistir ao fenômeno estudado e registrar suas impressões onde mais lhe convier (Abramo, 1979). Também leva em conta a experiência profissional do autor deste texto (15 anos de atuação no mercado de trabalho brasileiro, como repórter e editor).

O manuscrito está dividido em quatro partes. A primeira apresenta o trabalho como “categoria fundante do ser social” (Lukács, 1979, p. 8) e como atividade de degradação e de socialização humana. A segunda destaca o trabalho precário na perspectiva de Standing (2014). A terceira aponta situações de trabalho precário no jornalismo. A quarta mostra como o trabalho precário se desenvolveu ao longo da história recente do jornalismo. O texto conclui que, no caso do jornalismo, a precarização não atinge só os jornalistas; afeta também a informação produzida pela categoria e consumida pelo público.

TRABALHO: ATIVIDADE DE DEGRADAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

O trabalho precário é uma característica recente da atividade que o homem exerce desde os primórdios e que frequentemente esteve ligada à punição e torturas¹. Como lembra Antunes (2005, p. 11), “desde o mundo antigo e sua filosofia o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão”.

Arendt (2005, p. 179) define o trabalho como “atividade de penas e fadigas que nunca termina enquanto dura a vida”. E o relaciona à *vida ativa*, historicamente considerada inferior porque sempre foi pensada do ponto de vista da *vida contemplativa*: primeiro pela filosofia; depois pelo cristianismo, que pregava a salvação após o castigo do corpo.

¹ O termo “trabalho” vem de *tripalium*, um instrumento de tortura da Antiguidade. Consistia em três paus fincados no chão em forma de pirâmide. O infrator era pendurado na armação até morrer. Ou era espetado pelo ânus.

O pensamento cristão concebeu o trabalho “como martírio e salvação, atalho certo para o mundo celestial, caminho para o paraíso” (Antunes, 2005, p. 11). E a filosofia de São Tomás de Aquino o classificava como “ato moral digno de honra e respeito”.

Weber também referiu-se ao trabalho pelo viés religioso. Ele percebeu que os protestantes foram induzidos a trabalhar com afinco para conseguir a salvação, a evitar o consumo e, conseqüentemente, a acumular o capital. A partir disso notou o fortalecimento do espírito do capitalismo e o predomínio do negócio (*negar o ócio*) e do lucro.

Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904), Weber destaca trechos do documento “deste espírito capitalista”, escrito por Benjamin Franklin (1706-1790), afirmando que o texto “contém aquilo que procuramos numa pureza quase clássica e que, ao mesmo tempo, apresenta a vantagem de ser livre de qualquer relação direta com a religião”.

> Lembra-te que tempo é dinheiro. Aquele que pode ganhar dez xelins por dia por seu trabalho e vai passear, ou fica vadiando metade do dia, embora não despenda mais do que seis pence durante seu divertimento ou vadiação, não deve computar só essa despesa; gastou, na realidade, ou melhor, jogou fora, cinco xelins e mais.

> Lembra-te que o dinheiro é de natureza prolífica, procriativa. O dinheiro pode gerar dinheiro e seu produto pode gerar mais, e assim por diante. Cinco xelins em giro são seis; novamente empregados, são sete e três pence, e assim por diante, até atingir cem libras. Quanto mais houver dele, mais ele produz em cada turno, de modo que o lucro aumenta cada vez mais rapidamente.

> As mais insignificantes ações que afetem o crédito de um homem devem ser consideradas. O som de teu martelo às cinco da manhã ou às oito da noite, ouvido por um credor, o fará conceder-te seis meses a mais de crédito; ele procurará, porém, por seu dinheiro no dia seguinte se te vir em uma mesa de bilhar ou escutar tua voz, em uma taverna, quando deverias estar no trabalho (Weber (1904), 2013, p. 32).

Weber entendia que “a emergência do capitalismo supusera a instauração de uma nova relação moral entre os homens e seu trabalho, determinada por uma vocação, de tal forma que cada um, independentemente de seu interesse e qualidades intrínsecas, pudesse dedicar-se a ele com firmeza e regularidade” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 40)².

Marx, por sua vez, colocava o trabalho no centro daquilo que definira como eterna luta de classes³. Suas teorias a partir de conflitos entre mestres e escravos, lordes e servos, empregadores e empregados indicam que, ao longo da história, os antagonismos são constantes. Na sociedade moderna o conflito se reduziu a duas classes em atrito direto: a burguesia, dona do capital, e o proletariado, a quem resta o trabalho. A burguesia, dizia ele, destruiu todas as ligações entre as pessoas, exceto “o desumano pagamento em dinheiro”.

Todos os elos, complexos e variados, que uniam o homem feudal a seu superior, ela os rompeu sem piedade; não deixou outro elo entre o homem e seu próximo além do frio interesse. No lugar da exploração dissimulada das ilusões religiosas e políticas, ela introduziu uma exploração aberta, desavergonhada, direta, árida. Ela rasgou o véu dos sentimentos e das emoções próprios às relações familiares e reduziu-os a simples relações monetárias. Foi ela quem,

² A respeito do que chamam de “novo espírito do capitalismo”, Boltanski e Chiapello (2009, p. 37-38) afirmam: “O capitalismo, sob muitos aspectos, é um sistema absurdo. Os assalariados perderam a propriedade do resultado de seu trabalho e a possibilidade de levar uma vida ativa fora da subordinação [...]. O que importa é que uma parte da população que não possui o capital ou o possui em pequena quantidade, para a qual o sistema não é naturalmente orientado, extrai rendimentos da venda de sua força de trabalho (e não da venda de produtos de seu trabalho), pois não dispõe de meios de produção e, para trabalhar, depende da decisão daqueles que os possuem (pois, em virtude do direito de propriedade, estes últimos podem recusar-lhe o uso de tais meios); enfim, que essa parcela lhes cede, no âmbito da relação salarial e em troca de remuneração, todo o direito de propriedade sobre o resultado de seu esforço, estando certo de que ele reverte totalmente para os donos do capital.”

³ Para Marx o problema da luta de classes seria resolvido, entre outros, se os meios de produção, como terra e matérias-primas, se tornassem propriedade comum para todo membro da sociedade consumir de acordo com sua necessidade.

primeiro, mostrou de que é capaz a ação humana (Marx; Engels, 2002, p. 17).

Para Castel (1998), a luta de classes segue até os dias de hoje, naquilo que ele chama de *sociedade salarial*. Os embates se dão entre *nós* e *eles*. O primeiro grupo carrega a ideia de categoria, de operário. Destaca o autor: “*Nós*, a gente não é zumbi; temos a nossa dignidade, direitos, formas de solidariedade e organização. Que nos respeitem: o operário não é um doméstico, não está sob o domínio da necessidade, nem à mercê da arbitrariedade de um senhor”. O segundo grupo se relaciona ao patrão, à burguesia. “*Eles* têm riqueza, poder, acesso à cultura legítima e à multidão de bens que nunca conheceremos. *Eles* são esnobes, e é necessário desconfiar *deles* mesmo quando pretendem querer nosso bem, porque são astutos e capazes de manhas que nunca poderemos controlar” (Castel, 1998, p. 144).

O autor entende que, apesar de o trabalho ter sido reconfigurado ao longo da história por fenômenos como religião e industrialização, ainda é referência central na vida moderna.

Gorz (2003, p. 21) também vê o trabalho “como o fator mais importante da socialização”. Ele refere-se à atividade como o “cerne de nossa existência individual e social”.

A característica do trabalho que temos, procuramos e oferecemos é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho remunerado (ou trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (uma profissão), inserimo-nos em uma rede de relações e intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos favores (Gorz, 2003, p. 21).

Toledo (2009) acrescenta que o trabalho não é uma atividade que o homem exerce isoladamente. “É uma atividade que implica

certa interação com outros homens e, como resultado dela, o homem gera produtos e ele mesmo se transforma” (Toledo, 2009, p. 117).

Nos dias de hoje, observa Antunes (2005, p. 12), o desafio “é dar sentido ao trabalho, tornando também a vida fora dele dotada de sentido”.

PRECARIADO: NEOLIBERALISMO CRIA NOVA CLASSE TRABALHADORA

O precariado, que Standing (2014) entende como uma nova classe trabalhadora, tem raiz no modelo neoliberal. Idealizado nos anos 1970 e alavancado nas décadas seguintes, o neoliberalismo dizia que o crescimento e o desenvolvimento das economias nacionais dependiam da competitividade do mercado. “Tudo deveria ser feito para maximizar a concorrência e a competitividade e para permitir que os princípios de mercado permeassem todos os aspectos da vida” (Standing, 2014, p. 14).

Tal discurso, que inicialmente conquistou a simpatia de líderes como Margaret Thatcher (1925-2013), na Inglaterra, e Ronald Reagan (1911-2004), nos Estados Unidos, pregava que os países deveriam aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho. E isso passou a significar a transferência de riscos e insegurança aos trabalhadores e suas famílias. “O resultado tem sido a criação de um precariado global, que consiste em muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade” (Standing, 2014, p. 15).

Na década de 1980, uma das reivindicações neoliberais que se consolidou foi a de que os países tinham de perseguir a flexibilidade do mercado de trabalho. Sem a flexibilização, os custos trabalhistas aumentariam e as corporações transfeririam a produção e o capital a outros países, atrás de custos mais baixos.

Na classificação de Standing (2014), a flexibilidade se desenvolveu em quatro frentes: *flexibilidade salarial* (regula o rendimento pela demanda e busca diminuí-lo), *flexibilidade de vínculo empregatício* (diminui a segurança e a proteção do emprego), *flexi-*

bilidade do emprego (move continuamente funcionários dentro da empresa) e *flexibilidade de habilidade* (ajusta as competências dos trabalhadores).

A terceirização, afirmam Druck e Borges (2002, p. 112), é a forma mais visível da flexibilização do trabalho. Ela “permite concretizar o que mais tem sido propagado pelas estratégias empresariais e pelo discurso empresarial: os contratos flexíveis⁴. Leia-se: contratos por tempo determinado, por tempo parcial, por tarefa (por empreita), por prestação de serviço, sem cobertura legal”.

Barbosa (2011, p. 121-128) acrescenta que a terceirização, a precarização e o desprovidimento das garantias de estabilidade de emprego representam um novo paradigma do trabalho. O resultado é “um tipo de indivíduo desvinculado de pertencas coletivas e desprovido de qualquer tipo de proteção social fornecida pelo Estado”.

Para Castel (2003, apud Barbosa, 2011, p. 128), o que se observa nesse cenário “é o surgimento de uma condição de vulnerabilidade tanto nas condições objetivas de vida dos trabalhadores quanto na percepção subjetiva que estes fazem de si mesmos a partir da esfera do trabalho”. Assim, “a sociedade passa a conviver com a fragilidade da relação salarial e a assistir ao desmoronamento dos princípios fundadores de coesão do sistema de vida social”.

Em outra frente, Standing (2014) afirma que se pode observar a precarização do trabalho pela renda (o trabalhador precário ganha menos e de forma irregular) e pela fragilização na noção de emprego (aqueles que fazem parte do precariado não sentem que pertencem a uma comunidade com códigos de ética e normas de comportamento, de reciprocidade e de fraternidade).

⁴ Há uma corrente de autores que vê oportunidade de ganhos com estes contratos flexíveis. Rosenfield (2006, p. 227), para citar um exemplo, afirma que “um contexto de precarização e flexibilização do emprego associado a mudanças na organização do trabalho” força o trabalhador a rever sua condição porque o “trabalho tornou-se mais variado e mais complexo, o conteúdo e a natureza do trabalho tornaram-se mais ricos, visto uma maior demanda de investimento subjetivo e de mobilização da inteligência”. Assim, entende que “é possível supor que este quadro represente ganhos para os trabalhadores, já que o trabalho tornou-se mais interessante e flexível”.

Na atualidade, acrescenta o autor, o precariado se apresenta nos empregos temporários, nos trabalhos de meio período, em trabalhadores autônomos, entre outros:

Não importa como seja definido, o precariado está longe de ser homogêneo. O adolescente que entra e sai o tempo inteiro de um cybercafé enquanto sobrevive de empregos transitórios não é o mesmo que o migrante que usa a inteligência para sobreviver, estabelecendo febrilmente uma rede de contatos enquanto se preocupa com a polícia. Também é semelhante à mãe solteira que se preocupa de onde virá o dinheiro para os alimentos da próxima semana, ou ao homem de 60 anos que aceita empregos eventuais para ajudar a pagar as despesas médicas. Mas todos eles compartilham um sentimento de que seu trabalho é útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) e precário (inseguro) (Standing, 2014, p. 32).

Para Standing (2014), a globalização agravou a questão do trabalho precário por afrouxar as fronteiras da produção. Como acrescenta Munk (2002, p. 13), a globalização é configurada pela desterritorialização (produz-se em todo lugar do mundo porque o capital é mais móvel do que os trabalhadores) e pela brasileiração (sinônimo de mercado informal).

Nesse sentido, Sennett (2008, p. 81) observa que, “na sociedade das capacitações, muitos do que estão enfrentando o desemprego receberam uma educação e uma capacitação, mas o trabalho que buscam migrou para lugares do planeta em que a mão de obra especializada é mais barata”. Para o autor, a oferta global de mão de obra representa a noção contemporânea de inutilidade. Ele também relaciona a noção de inutilidade à automação crescente do processo produtivo⁵.

⁵ Na sociologia do trabalho existe uma larga tradição de determinismo tecnológico que se remonta a Marx, que disse certa vez que “o moinho movido a braço nos dá a sociedade dos senhores feudais. O moinho a vapor, a sociedade dos capitalistas industriais” (Marx, 1976, p. 166, apud Munk, 2002, p. 228).

A PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO DO JORNALISTA BRASILEIRO

Com base na noção de trabalho precário de Standing (2014) é possível afirmar que, no jornalismo, a precarização já mostrou suas garras em outras fases da atividade. Mas, desde os anos 2000, com as tecnologias digitais, está mais perversa. Tais tecnologias impactam no jornalismo porque reconfiguram o perfil e a rotina profissional do jornalista, e redefinem o modelo de negócio das empresas do setor, baseado na pluralidade de atividades.

Nesse contexto, pode-se dizer que, no trabalho jornalístico, a precarização dos dias de hoje se apresenta principalmente nas *jornadas estendidas* (costumavam ocorrer em dias de notícia fora da curva, como enchentes ou desastre aéreo; mas com a produção da notícia no sistema 24/7 viraram rotina até em dias de noticiário fraco) e na *falta de controle da jornada de trabalho* (com as novas demandas, muitas empresas promoveram profissionais a cargos de confiança para, desse modo, abolir o cartão-ponto; assim, além da jornada estendida, não se respeita o descanso semanal e o intervalo de descanso entre uma jornada e outra, de 11 horas).

Também se apresenta na *contratação por Pessoa Jurídica* (uma forma de as empresas se livrarem de encargos sociais e de repassarem ao profissional a instabilidade do mercado, tornando-o um prestador de serviços); nos *contratos temporários* (muitos veículos passaram a contratar por períodos, como as eleições, e por demandas, como a criação de um site para as Olimpíadas); nos *contratos multimídia*⁶ (comuns nos grandes grupos de comunicação, determinam que o profissional atue em mais de um veículo, como rádio e televisão, com um único salário); em *contratos empobrecidos de direitos legais* (como a atividade passou a ser controlada por grupos que administram muitos veículos de comunicação, a categoria perdeu poder de negociação e de

⁶ Contratos comuns entre os chamados jornalistas multimídia. Jornalista multimídia é um termo que surgiu por volta dos anos 2000, com as tecnologias digitais. Refere-se ao profissional *multimídia* (faz trabalhos jornalísticos para mais de uma mídia, como jornal e rádio, ao mesmo tempo) e *multitarefa* (concilia tarefas, como redigir textos e tirar fotos, que antes eram executadas por mais de um profissional).

recolocação no mercado); e no ***trabalho sob pressão*** (já era degradante devido à busca pela precisão da notícia, agora agravou-se por causa da agilidade com que o conteúdo deve ser produzido).

Há que se acrescentar a isso formas “históricas” de precarização no jornalismo, como a ***instabilidade no emprego*** (o erro de uma informação publicada pode ser determinante à demissão de um jornalista); a ***vulnerabilidade do ramo*** (a empresa jornalística depende da publicidade; como esta verba costuma ser cortada pelo anunciante em períodos de crise econômica, a empresa jornalística torna-se vulnerável e frequentemente promove corte de pessoal); a ***pressão política e comercial*** (o produto do trabalho do jornalista pode desagradar a poderosos); o ***risco de processo*** (nada deve ser publicado sem provas); e renda baixa (em Santa Catarina, o piso da categoria em 2015 era de R\$ 2.090,00).

É preciso ainda considerar o ***risco de vida*** (o profissional se expõe a traficantes, coronéis da vida moderna, viagens a lugares desconhecidos); o ***descontrole da vida pessoal*** (por causa da produção contínua da notícia, não há expediente fixo); e o ***controle sobre a produção*** (é comum a matéria não ser publicada por desagradar figuras do poder).

No Brasil, segundo pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁷, as condições precárias de trabalho têm afastado jornalistas do mercado antes de eles completarem cinco anos de profissão. O levantamento aponta que, no fim de 2012, um em cada quatro profissionais da área trabalhava em mais de um emprego; um terço tinha renda menor que três salários mínimos; quase metade trabalhava mais de oito horas por dia; 23% levavam trabalho para casa; e 25% trabalhavam sem qualquer amparo trabalhista (*freelancers*, contratados como pessoas jurídicas ou prestadores de serviço).

O estudo apurou que 75% dos profissionais entrevistados estavam empregados formalmente naquele ano. Para Mick (2012, p.36), o fato de a maioria dos jornalistas do país estar protegida por direitos

⁷ Pesquisa feita pelo Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Colheu, em rede, respostas de 5 mil jornalistas de todos os estados do país entre setembro e novembro de 2012.

sociais trabalhistas não exclui o caráter precário da profissão. “Nesses casos, a precarização se traduz sobretudo por combinação perversa entre salários e jornada, em que a ascensão a todas as faixas de remuneração superiores a quatro salários mínimos é majoritariamente assegurada aos que trabalham mais de oito horas diárias.”

COMO SE DESENVOLVEU O TRABALHO PRECÁRIO NO JORNALISMO

No formato que conhecemos atualmente, o jornalismo⁸ é uma atividade que surgiu no século XVII, com o aparecimento dos primeiros jornais⁹ na Europa, e se expandiu no século seguinte, com a industrialização: os sistemas de impressão melhoraram, permitindo aumentar as tiragens, e a população que começava a chegar às cidades em busca de trabalho formava um público leitor. Até o estágio atual, o jornalismo passou por quatro fases marcantes no mundo (Marcondes, 2000). E todas implicaram no perfil profissional dos jornalistas.

A primeira fase, do *jornalismo literário ou político* (de 1789 a 1830), marca a passagem de um jornalismo incipiente, que não tinha nada de profissional e atendia pequenos grupos econômicos e políticos, a um jornalismo guiado por fins pedagógicos e formação política. Não havia empresas voltadas ao lucro. Havia uma imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz (Marcondes, 2000, p. 12). Nessa época, a atividade jornalística era marginal e mal definida (Ruellan, 2004). Havia basicamente três funções nos jornais: os diretores, que exerciam o papel do faz-tudo; os copistas, figuras polivalentes dos primeiros jornais; e os informantes, que traziam informações ao jornal para serem publicadas.

⁸ Em essência, o jornalismo é uma atividade que existe desde a Grécia Antiga, quando a comunidade se reunia em mercados públicos para ouvir as novidades dos viajantes (Kapuscinski, 2006).

⁹ Há certa divergência sobre o primeiro jornal, sobretudo porque no início do século XVII não se tinha uma definição clara a este respeito. Contudo, nota-se algum consenso acerca do *Aviso de Augsburg*, publicado em 1609, na Alemanha. Na América, o pioneiro foi o *Boston Newsletter*, em 1704 (Briggs; Burke, 2006).

A segunda fase, do *jornalismo de informação* (de 1830 a 1900), foi marcada pelo fim do romantismo jornalístico¹⁰. As empresas cresceram e se aproximaram do capitalismo. A publicação de jornais ganhou espaço por causa das garantias de liberdade de imprensa¹¹, que davam independência aos periódicos, e os recém-formados centros urbanos demonstravam interesse no conteúdo. Com a estruturação das empresas, surgiram as divisões de trabalho nas redações, com a separação entre departamentos de gestão, editorial e reportagem¹². Com mais anunciantes, mais repórteres, a figura mais notória do jornalismo, eram contratados. Ruellan (2004) acrescenta que havia três grupos de profissionais nessa época: os que tinham o jornalismo como segunda atividade (tipógrafos, fotógrafos, professores); os que tinham o jornalismo como primeira e única atividade (diretores, articulistas, repórteres); e os que tinham uma atividade dupla (escritores, advogados).

A terceira fase, a consolidação das empresas (de 1900 a 1960), se caracteriza pelo estabelecimento de grandes grupos que monopolizam o mercado¹³, e pelo desenvolvimento de meios de transmissão de notícias, como o telefone, o telégrafo sem fio, a telecomunicação e o rádio. A profissão se estruturou, e surgiram os primeiros cursos, nos Estados Unidos e na França, para formar novos profissionais.

A quarta fase, a era da tecnologia (a partir de 1960), se caracteriza pela progressiva utilização da tecnologia, pela informação eletrônica e interativa, o aumento da velocidade da transmissão da informação e a crise da imprensa escrita ante a internet. É no extremo dessa fase que se verifica o nascimento do profissional polivalente, que trabalha para mais de um veículo de comunicação (multimídia) e desempenha tarefas que antes eram executadas por profissionais específicos (multitarefa).

¹⁰ É nessa fase que surgiu a chamada objetividade jornalística: separando a opinião (da fase anterior) dos fatos, podia-se buscar o lucro por meio do mercado publicitário.

¹¹ Os Estados Unidos foram o primeiro país a instituir a liberdade de imprensa, em 1791. Na Inglaterra, ocorreu em 1830.

¹² Surge a figura do repórter, que é pago apenas para recolher e relatar notícias (Shudson, 2010). Então, começa-se a usar entrevistas, testemunhas oculares e reportagens descritivas.

¹³ Nos Estados Unidos formou-se o conglomerado *Hearst*. Na Inglaterra, o *Northclyff*. Na Alemanha, o *Ullstein Mosse*.

Desde o início da atividade, o trabalho jornalístico sempre flertou com a noção de sacerdócio e com o ideal de um mundo melhor. Assim, muitos escolhem a profissão por acreditar na possibilidade de mudar o cotidiano de quem está a sua volta; ou por imaginar que terão a oportunidade de desempenhar papel em mudanças sociais (Folquening, 2002). As empresas, de olho no lucro, sabem tirar proveito desse perfil.

Traquina (2008) observa que, historicamente, jornalistas são profissionais comprometidos com os ideais de justiça e democracia, e que por isso demonstram disposição para se expor a longas jornadas de trabalho, a sacrificar suas vidas pessoais e até a correr risco de vida em nome da responsabilidade social. Segundo o autor (2008, p. 23), “para esta comunidade de crentes, um objeto de culto é a própria profissão, que exige dedicação total, porque o jornalismo não é uma ocupação; é mais que um trabalho, porque é uma vida”.

No Brasil, há alguma variação nas quatro fases do jornalismo citadas anteriormente porque os primeiros jornais surgiram em 1808¹⁴. Nos periódicos do país, os primeiros empregados eram jovens eruditos e escritores que buscavam uma renda complementar. Em linhas gerais, os jornais e revistas do século XIX serviam de trampolim para grandes escritores (Sodré, 1999).

A profissionalização começou, oficialmente, em 1969, quando o diploma universitário passou a ser exigido para o exercício da profissão. O Decreto-Lei 972/1969¹⁵ criou a profissão do jornalista e regulamentou seu exercício. Mas em 2009 o Supremo Tribunal Federal (STF) acabou com a exigência do diploma para o trabalho do jornalista no país¹⁶, criando um fosso entre jornalistas que aprenderam

¹⁴ Os primeiros jornais do Brasil foram a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicada a partir de 10 de setembro de 1808, criada pela Coroa Portuguesa; e o *Correio Brasileiro*, a partir de 1º de junho daquele ano. O *Correio*, que agora batiza o quase homônimo *Correio Brasileiro* (com “s” em vez de “z”), era impresso fora do país.

¹⁵ Antes de 1969, o jornalista foi descrito como “trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias” pelo Decreto-Lei 910, de 1938. Em 1944, o Decreto-Lei 7.037 definiu as funções do jornalista e estabeleceu um piso mínimo para a categoria.

¹⁶ Em 2015, o Senado aprovou Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que restabelece a exigência do diploma para jornalista no Brasil. A PEC foi encaminhada para

a profissão no mercado de trabalho e os que a aprenderam nas universidades. A decisão foi tomada durante julgamento de ação judicial movida pelo sindicato das empresas de rádio e televisão de São Paulo.

O relator do processo, ministro do STF Gilmar Mendes, avaliou não ser necessária uma formação específica para o trabalho do jornalista. Na decisão, alegou que “danos a terceiros não são inerentes à profissão de jornalista e não poderiam ser evitados com um diploma”. O magistrado declarou ainda que “as notícias inverídicas são um grave desvio da conduta e problemas éticos que não encontram solução na formação em curso superior do profissional”. E frisou que o decreto de 1969 que regulamenta a profissão “foi instituído durante o regime militar e tinha clara finalidade de afastar do jornalismo intelectuais contrários ao regime”.

A falta de exigência do diploma para jornalistas é, no entender de entidades como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), um elemento que contribui com a precarização do trabalho do jornalista brasileiro. Profissionais diplomados, para citar um exemplo, perdem poder de negociação salarial e trabalhista em um mercado constituído por profissionais sem a mesma formação (muitos aceitam trabalhar por salários menores) e excluídos de organizações representativas (como sindicatos).

Em manifesto em favor do diploma, a Fenaj argumenta ainda que

a sociedade precisa, tem direito à informação de qualidade, ética, democrática. Informação esta que depende, também, de uma prática profissional igualmente qualificada e baseada em preceitos éticos e democráticos. E uma das formas de se preparar, de se formar jornalistas capazes a desenvolver tal prática, é através de um curso superior de graduação em jornalismo¹⁷.

apreciação na Câmara dos Deputados, que desde 2009 busca responder à decisão do STF. Se aprovada, a PEC voltará ao Senado. Depois, será encaminhada para apreciação da Presidência da República.

¹⁷ Íntegra disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/diploma/interesse.htm>>. Acesso em: jun. 2015

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho precário, como sustenta Standing (2014), atinge trabalhadores de todos os segmentos econômicos. Afeta também profissionais de diferentes idades, lugares e trajetórias. Natural, então, que recaia entre os jornalistas.

No caso dessa categoria, as mudanças no mercado de trabalho alteram não só a rotina profissional, refletindo na jornada de trabalho, nos rendimentos, na instabilidade de emprego e nas formas de contratação, como modifica o perfil profissional: o jornalista deve ter, como observa Scolari (2008), três polivalências: *tecnológica* (base do profissional multimídia), *temática* (sai o especialista em um determinado assunto e entra o generalista) e *mediática* (profissional trabalha para vários meios ao mesmo tempo).

Um dos resultados desse processo, como comprovou Mick (2012), é um mercado predominado por jovens formados há menos de cinco anos. Sobram energia e domínio de tecnologias digitais. Mas falta experiência. Consequência disso são notícias cada vez mais ágeis e cheias de *hiperlinks*, porém fracas em conteúdo e relevância social. Predomina, como enfatiza Moretzsohn (2002), o fetiche do imediato.

Nesse contexto, pode-se supor que o efeito mais nefasto do trabalho precário no jornalismo é o impacto que tem em seu produto mais nobre: a informação. E a informação é um bem precioso ao desenvolvimento das sociedades.

A humanidade já passou pela era da agricultura, pela era da industrialização e chegou à era da informação e do conhecimento (Drucker, 1999). Com a internet, já se falou em sociedade em rede (Castells, 2002), em inteligência coletiva (Levy, 1994), em ambientes interativos (Salaverria, 2005) e em ciberespaço (Santaella, 2004). Nesse contexto, cabe perguntar: é aceitável que o profissional encarregado da informação e que o produto de sua atividade sejam enfraquecidos por condições de trabalho precárias?

Por causa dos esquemas fraudulentos que já descobriu, da vigilância permanente do poder (Lippmann, 2010), das mazelas políticas, dos abusos de autoridade, do combate às desigualdade e injustiças a

imprensa já recebeu o apelido de Quarto Poder. Assim, pode-se novamente questionar: quem ganha com a precarização do trabalho do jornalista? Será que, além de questões levantadas por Standing (2024), como a globalização do capital e a flexibilização do trabalho, há alguma outra força (política? econômica?) que se beneficie dessa afronta à atividade jornalística?

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, Sedi. **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo, Queroz Editor, 1979. Disponível em: <<http://migre.me/hFk5B>>. Acesso em: jan. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BARBOSA, Attila Magno e Silva. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 9, n. 38, set. 2011.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2002.

DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, 2002.

DRUCKER, Peter. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo, Thompson Learning, 1999.

FOLQUENING, Vitor. **O humanismo entre os futuros jornalistas**: um estudo das representações de acadêmicos da Comunicação Social. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2001.

FONSECA, João José. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://migre.me/hEwSe>>. Acesso em: jan. 2014.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

KAPUSCINSKI, Ryszard. **Minhas viagens com Heródoto**: entre a história e o jornalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução Jacques Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Fronteira do Pensamento, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MAX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**. Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MORETZSOHN, Sylvy. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MUNK, Ronald. **Globalización y trabajo**: la nueva gran transformación. Barcelona: El viejo topo, 2002.

ROSENFELD, Cinara. Autonomia no trabalho informacional: liberdade ou controle? In: PICCINNINI, Valmiria et al. (Org.) **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

RUELLAN, Denis. Grupos profissionais e mercado de trabalho no Brasil. **Revista Comunicação e Sociedade**, v. 15, dez. 2004.

SALAVERRÍA, Ramón. **Redacción periodística en internet**. Barañáin: Ediciones Universidad de Navarra, 2005.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCOLARI, Carlos. **Hipermediaciones: elementos para una teoría de la comunicación digital interativa**. Barcelona: Gedisa, 2008.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimdo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Hacia un concepto ampliado del trabajo. In: NEFFA, Julio César; TOLEDO, Enrique de la Garza; TERRA, Leticia Muñiz (Compil.) **Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO: CAICYT, 2009. v. 1, 464 p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2008.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2013.

TRAJETÓRIA E IDENTIDADE PROFISSIONAL DO JORNALISTA BRASILEIRO NA MÍDIA DAS FONTES

*Aldo Antonio Schmitz**

M*ídia das fontes* é aquela provida por organização não midiática e dirigida ao público em geral, nos moldes das revistas de bordo de companhias aéreas, jornais como a *Folha Universal*¹, telejornais e radiojornais em emissoras de órgãos públicos, por exemplo, e notícias nas mídias digitais de organizações que não são de mídia.

O propósito deste capítulo é contextualizar a trajetória e a identidade profissional do jornalista brasileiro nesta nova configuração no universo jornalístico, para compreender como o jornalista que atua nesse segmento constrói a sua identidade e do seu grupo social ao utilizar certos capitais e *habitus* para o pertencimento simultâneo ao campo do jornalismo e ao subcampo da mídia das fontes.

Ancorado nas concepções de trajetória e identidade de Claude Dubar (1998, 1999, 2005, 2009) e nos enunciados sobre campo jornalístico, *habitus* profissional, capital social e capital simbólico de Pierre Bourdieu (1994, 2005, 2007, 2013), correlacionados com autores contemporâneos – Bauman (2005), Castel (2002), Fidalgo (2005), Freidson (1996), Giddens (2002), Mick (2013), Sant’Anna (2009), entre outros – este trabalho pretende examinar a trajetória e a construção da identidade profissional nesta nova “ocupação”.

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: aldoschmitz@gmail.com.

¹ Jornal semanal da Igreja Universal do Reino de Deus, com tiragem superior a 2,5 milhões de exemplares (ANJ, 2014).

Porquanto, realizamos uma pesquisa exploratória para garimpar referências e conceitos dos autores supracitados, além de Weber (1964, 2013) e Elias (1994), capazes de fornecer suporte teórico, dados e situações que mostrem a trajetória e a identidade profissional do jornalista brasileiro a serviço das fontes nas mídias editadas por organizações não midiáticas.

TRAJETÓRIA E IDENTIDADE PROFISSIONAL

Na perspectiva sociológica, a identidade está vinculada ao indivíduo e exprime o “sentimento de pertencimento” a certos grupos, em uma sociedade em constante transformação. Hall (2011, p. 13), por exemplo, entende as identidades nas sociedades pós-modernas como “deslocadas ou fragmentadas”, em processo de constante mudança: “o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente”.

Para Bauman (2005, p. 22), a identidade apresenta-se “como alvo de um esforço, ‘um objetivo’, como uma coisa que ainda se precisa construir”. O autor considera esse tema um “dilema sociológico dos mais intrigantes”, além de uma relevante abordagem contemporânea. O crescimento e a difusão do profissionalismo vêm promovendo um processo de reconfiguração do mercado de trabalho, alterando o campo protegido de algumas profissões. O profissionalismo abre-se para outros atores emergentes e promove um processo de transição nas trajetórias ocupacionais.

Dubar (2009) classifica as formas identitárias em dois tipos: as identidades atribuídas pelos outros, que ele chama de “identidade para outrem”, e as identidades reivindicadas para si mesmo, as “identidades para si”. Essas formas são inseparáveis das relações sociais, que ao se diversificarem e se tornarem complexas, entram em crise por fatores econômicos, sociais e de cada indivíduo, principalmente.

Elias (1994, p. 241) propõe a noção de “identidade *nós-eu*” para interpretar o “processo de civilização” (histórico), com “primazia da

identidade do *eu* sobre a identidade do *nós*". Dubar (2009, p. 28-29) questiona essa relação, sob o argumento de que Elias busca superar a oposição entre "indivíduo" e "sociedade", que ele considera indissolúvel. Mas para outros estudiosos, trata-se do contrário: a "identidade *nós-eu*" integra o *habitus*² social e um está interligado ao outro: identidade individual e do grupo.

Dubar (2009) considera a identidade profissional na configuração elisiana de "*nós-eu*", na qual não se descarta a identidade biográfica (trajetória no decorrer da vida no trabalho). Para ele, por meio dessa identidade, os indivíduos se ajustam uns aos outros no trabalho e no emprego. "Trata-se, também, de identidades sociais, exatamente na medida em que, num dado sistema social, a posição social, a riqueza, o *status* ou prestígio dependem do nível de formação, da situação de emprego e das posições no mundo do trabalho" (Dubar, 1998).

Entretanto, Bourdieu (2007, p. 59) diferencia trajetória e biografia, considerando o "estudo da trajetória" uma forma de descrever uma "série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente em estados sucessivos de campo". O autor propõe que se reconstruam os "espaços dos possíveis", considerando os fatores que limitam ou facilitam as tomadas de posições no campo. E reconhece biografia como a descrição da vida de uma pessoa.

PROFISSÃO E OCUPAÇÃO

Segundo Rodrigues (2012, p. 9), distingue-se uma *profissão* pela formação, o conhecimento científico e prático; autonomia sobre o tipo e a forma de realização do trabalho; autorregulação e controle do acesso ao mercado de trabalho e ainda, pela capacidade de resolução de problemas. O conceito de profissão, no sentido geral, distingue amador (autodidata, leigo) e profissional, sendo o último aquele que se apresenta como um trabalhador genuíno em atividade regular com

² Em parte a concepção de *habitus* de Elias (1994) difere do conceito de Bourdieu (2007), especialmente no que se refere ao enfoque elisiano de *habitus* social e o *habitus* individual bourdieusiano.

um valor de troca no mercado e que exerce uma profissão ou ocupação como meio de vida ou pelo ganho.

A maioria dos teóricos das profissões relaciona o conceito de “profissão” à “especialização criteriosa, teoricamente fundamentada”, em especial Freidson (1996), que classifica a atividade profissional em: a) *profissão*, de modo geral reservada ao profissional liberal ou profissão “livre”, especialista, perito, *expert* (médico, advogado, dentista, cientista etc.) como tipo ideal; b) *ocupação*, forma racional simples, determinada pela divisão do trabalho, com limites jurisdicionais negociados entre si, para realizar serviços aos consumidores do livre mercado ou às organizações racionais, onde os profissionais estão sujeitos aos princípios administrativos de hierarquia, cargo, salário, benefícios, carreira vertical etc.

Franzoi (2006, p. 148) também alerta que “profissão não se confunde com a ocupação, uma vez que a primeira tem um caráter de permanência, enquanto a segunda tem maior probabilidade de assumir caráter de provisoriedade”. Nessa perspectiva, a *profissão* tem uma continuidade, efetiva e desejada, enquanto ocupação caracteriza-se pelo transitório. Sendo assim, uma profissão não ocorre na formação, mas na inserção no mercado de trabalho, embora haja a necessidade de uma rede de articulação entre formação e trabalho.

Dubar (1999) amplia as características ao reconhecer uma “profissão” como uma “arte”, pelas qualidades pessoais, consideradas “capacidades profissionais”, requeridas e valorizadas socialmente, bem como as experiências práticas, os saberes e aptidões, os conhecimentos empíricos e estratégicos para situações imprevistas. Enfim, são qualidades relacionais, que independem de formação, regulação e controle institucional.

Por “profissão” Weber (1964, p. 111) compreende como a “especificação peculiar, especialização e coordenação dos serviços prestados por uma pessoa, fundamentais para a sua subsistência ou lucro, de forma duradoura”; enquanto “profissional” entende como o indivíduo que detém qualificações técnicas, conhecimento ou instrução racional e “assume a direção técnica na preparação do procedimento e a

execução dos meios de produção”. Weber (2013) também relaciona “profissão” à “vocação”.

Esse rigor na designação de “profissão”, praticamente restrita aos profissionais liberais, remete à concepção de “fechamento social” em Weber (1964) quando se atribui ao controle rígido do próprio trabalho e ao domínio do “conhecimento profissional” o direito de exercer uma atividade laboral. No Brasil, o termo “profissão” não tem uma percepção tão criteriosa, sua abrangência é mais genérica, e portanto indefinida. Por exemplo, a “profissão” de vaqueiro foi regulamentada por lei³ em 2013.

O fechamento social, a que se refere Weber (1964), está relacionado principalmente ao diploma e ao credenciamento por uma entidade classista e pelo Estado como requisitos para o exercício profissional. Trata-se de um monopólio legal para certos serviços, criando mercados fechados a não profissionais. Tais serviços são garantidos pelo Estado, que regulamenta as profissões e credencia os respectivos profissionais. Assim, esses obtêm privilégios materiais e simbólicos.

À luz do objeto deste ensaio, recorre-se a Ruellan (1993, p. 11), que lembra do “hábito de linguagem” do jornalista em se autodenominar “*jornalista profissional*”. Em contrapartida, “nunca dizemos *professor profissional*, *advogado profissional* ou *agricultor profissional*”. Essa expressão pleonástica revela a dificuldade em delimitar “profissão” no campo jornalístico e enfatiza o caráter autônomo, especializado e exclusivo que se quer dar à atividade, em especial com o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da “profissão” no Brasil a partir de 2009.

Considera-se “jornalista profissional” brasileiro aquele que obtém o registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego. Mesmo após a “queda do diploma”, o órgão continua a consultar os sindicatos de jornalistas de cada estado, que exigem o diploma de graduação em jornalismo para o registro como “jornalista profissional”. Caso contrário, o pretendente recebe um “registro precário”, passível de cassação se for restabelecida a exigência do curso superior em jornalismo para o exercício da profissão.

³ Lei n. 12.870, de 16 out. 2013.

O pesquisador português Joaquim Fidalgo (2005) reconhece a dificuldade em caracterizar consensualmente a identidade profissional dos jornalistas ou mesmo explicar as ambiguidades da sua construção e afirmação:

Que os jornalistas fizeram o caminho da profissionalização, é evidente. Que alcançaram um estatuto muito próprio, não se duvida. Que são olhados, reconhecidos e tratados como “profissionais”, parece claro. Que agem, eles próprios, com esse poder – designadamente o poder de controlo sobre um segmento razoavelmente fechado do mercado de trabalho, nisso incluindo as condições de acesso e permanência, em termos tanto simbólicos como reais –, também parece inquestionável (Fidalgo, 2005, p. 10).

Diante dessas constatações, o autor questiona a estratégia profissional dos jornalistas, por não preencher de forma inquestionável os critérios de “profissão” genuína, sugere a classificação como “semiprofissão” e rejeita a tipificação de “ocupação”, por entender que não atesta as “sinuosidades e motivações do percurso feito pelo grupo profissional”.

IDENTIDADE PROFISSIONAL

Ao acrescentar à profissão a questão da *identidade*, ampliam-se as questões. Neste caso, a identidade está centrada nas relações entre a formação e o mundo do trabalho ou do emprego, bem como aos indivíduos e aos seus grupos sociais, pois “mobilizam, nas interações do trabalho, os capitais que acumulam na trajetória de formação; os embates internos ao campo definem as identidades profissionais, tanto na dimensão biográfica, como na coletiva” (Mick, 2013).

Portanto, os capitais identitários no mundo do trabalho designam as modalidades de atuação. As interações e trajetórias da identidade são classificadas por Dubar (2005) em *nominais ou culturais, estatutárias ou profissionais, reflexivas ou ideológicas e narrativas ou singulares*, que se potencializam em diferentes contextos históricos e

culturais. O autor propõe uma análise das relações entre as crises da modernidade e da identidade, que não conseguem substituir completamente o modelo antigo de identidade.

Pois, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”, observa Hall (2011, p. 7) ao abordar a “crise de identidade” que provoca um “processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.

Strauss (1999, p. 108) traz à discussão a questão do comportamento simbólico sob enfoque da organização social, que exerce influência sobre a ação individual e coletiva na busca de uma identidade, relacionada aos momentos críticos de mudanças, nos quais “um indivíduo tem de valorizar, reavaliar, revisar, rever e rejulgar”, indica o autor, supondo que os incidentes “precipitam a revisão da identidade, sendo igualmente significativos para outras pessoas da mesma geração, profissão e classe social”.

Neste sentido, o crescimento e a difusão do profissionalismo vêm promovendo um processo de reconfiguração, alterando o campo protegido de algumas profissões, abrindo-se para outros grupos emergentes, bem como a criação e desenvolvimento de novos subcampos, a exemplo das mídias das fontes, ocupados por jornalistas formados pela academia para atuar na mídia comercial. Esses jornalistas, ao alterar o percurso natural da sua trajetória, assumem um “perfil de risco” por adotar uma estratégia de opção profissional encarada pela confiança no conhecimento técnico que detêm.

Para compreender essa realidade e a construção da identidade em ambiente de permanente transformação, recorre-se ao conceito de configuração ou reconfiguração em Elias (1994, p. 78), exemplificado por ele como um jogo de cartas, onde há um padrão criado pelos jogadores e no jogo, uma combinação provisória e dinâmica das relações sociais. Para ele, a configuração “se apresenta como uma lei geral do

funcionamento social e se impõe, pois, como um imperativo do qual ninguém poderia fugir”. Dessa maneira, uma configuração forma-se num espaço de síntese, provisório, relacional, interdependente, ambivalente e estruturado.

Essa ambivalência está vinculada à racionalidade. A modernidade, na busca pelo “único”, se deparou com o “múltiplo”, o diverso, constata Bauman (1999, p. 244), ao considerar que a sociedade moderna é uma “sociedade contingente, de uma sociedade entre muitas, a nossa sociedade”. Giddens (2002, p. 14) alerta que “a ‘recapacitação’ – reaquisição de conhecimentos e habilidades –, seja em relação às intimidades da vida pessoal ou profissional, é uma reação difusa aos efeitos expropriadores dos sistemas abstratos”. Isso pode levar à precarização do trabalho. Nesse debate, Castel (2002) considera que as transformações recentes denunciam que a identidade pelo trabalho está se dissipando e, conseqüentemente, ameaçada pela degradação da condição salarial.

Bourdieu (2005) oferece suporte para contextualizar a identidade dos jornalistas no mundo do trabalho, notadamente a partir dos conceitos indissolúveis de *habitus*, capital e campo. Este ensaio se fixa no campo jornalístico, considerado por ele “um campo autônomo muito fraco” e com delimitações imprecisas. Bourdieu (2005, p. 33) alerta que “parte do que é produzido no mundo do jornalismo não pode ser entendida a menos que se conceitue o seu microcosmo, como tal, e se esforce para entender os efeitos que as pessoas envolvidas neste microcosmo exercem uns sobre os outros”.

O *habitus* caracteriza a construção de uma identidade, um “*habitus* profissional”, aquilo que torna possível a realização de uma infinidade de tarefas, por exemplo, em uma nova configuração, na mídia das fontes. Nesse contexto, Bourdieu qualifica *habitus* como um conjunto de conhecimentos práticos incorporados ao longo do tempo e evidenciados no momento da ação, pelas capacidades ativas, criadoras e inventivas de um agente.

Para isso, neste caso, o jornalista necessita de capitais relacionados ao campo jornalístico. Esses capitais estão “no conhecimento

(especializado) do objeto, o conhecimento (prático) que os agentes (os objetos) têm do objeto”, explica Bourdieu (2013, p. 107). Ou seja, trata-se de um “ter” que se transforma em “ser”; adquirido a partir de um conjunto de esforços pessoais e da coletividade, estabelecendo haveres “contábeis da física social”.

TRANSIÇÃO DE TRAJETÓRIA OCUPACIONAL

A trajetória, em momentos de transição profissional, como uma forma de mudança de posição, caracteriza-se, em geral, por novas oportunidades de trabalho e carreira, provisória ou permanente, mas carregada de ações, significados e representações, retratados por objetivos, necessidades e desafios. Isso provoca uma ressignificação à identidade profissional, principalmente pela vulnerabilidade social, desfiliação, precariedade e desemprego.

Assim, a trajetória conecta-se ao plano de vida, ou seja, na adoção estratégica de opção profissional, mesmo em situação de risco. No entendimento de Orchard (2002, p. 73), nesse “curso de vida, os momentos críticos constituem verdadeiros pontos de mutação, onde os conteúdos habituais são postos em foco, gerando simultaneamente ambiguidade e polarização de valores”.

Dubar (1998, 2005) qualifica a trajetória, tanto individual como social, em *objetiva* e *subjetiva*: esta resulta da interpretação da história pessoal socialmente construída e de uma “projeção antecipatória do futuro”, enquanto aquela ocorre na sequência de posições sociais ocupadas durante a vida.

Nisso, o autor busca em Bourdieu a noção de *habitus* – embora mescle críticas a ele –, para explicar as condições das trajetórias e posições sociais, vinculadas às “estruturas objetivas” e à identificação antecipada a um grupo social, do qual incorpora os modos de sentir, pensar e agir. Portanto, a trajetória profissional (objetiva) deriva essencialmente de um grupo social, ou como indica Bourdieu (2013), de um “*habitus* de classe”.

Este *habitus* exprime simultaneamente uma posição (inferior/

superior) e uma trajetória (linear/ascendente) dentro de uma visão econômica e social. A noção de “pertencimento de classe” firma-se no *habitus* incorporado, ou seja, o indivíduo reproduz a classe como grupo que partilha o mesmo *habitus*, caracterizado pela posição e a trajetória do grupo social de origem, bem como a posição do “grupo de pertencimento”.

Esta dupla articulação permite assimilar o *habitus*, segundo Bourdieu (2013), que produz uma identidade social, definida como *identificação de uma posição*, na qual os indivíduos portam capitais sociais e simbólicos, principalmente, para pertencerem ao campo no qual ocorrem os embates de poder.

Nessa perspectiva, Orchard (2002, p. 26) lembra que “as trajetórias devem ser pensadas como construídas no âmbito de diversos *locus* de negociação, envolvendo atores com identidades, discursos, recursos e interesses diversos, os quais possuem capacidades diferenciadas de mobilização e intervenção”.

Ao correlacionar formação e trabalho, com ênfase na construção de trajetórias, Franzoi (2006, p. 149) verifica que a permanência em certa ocupação propicia “o acúmulo de experiências, conhecimento e reconhecimento, favorece prosseguir na construção de uma profissão”, bem como na fixação de uma identidade profissional.

Para Castro, Cardoso e Caruso (1997 p. 13), “as trajetórias ocupacionais efetivamente desenhadas no curso da vida de um dado sujeito são, certamente, o resultado do entrecruzamento de suas próprias estratégias de emprego” e que podem tomar um outro rumo com reflexos para a própria identidade socioprofissional. Portanto, a possibilidade de mudança no trajeto ocupacional está associada ao risco, incerteza, paradoxo, ao conflito; mas também à renovação, reflexão, ponderação, reordenação etc.

Para Cortázar e León (2000), a profissão de jornalista apresenta-se como um estilo de vida próprio, com diversas trajetórias de trabalho. As autoras lembram que as histórias de vida partem de um planejamento “vocacional”, influenciado pelas circunstâncias sociais, familiares e pessoais, que se concretiza ao longo da formação uni-

versitária e culmina como processo prático no exercício da profissão. Percebem ainda uma desigualdade entre homens e mulheres, principalmente nos cargos, na ascensão profissional, diferenças salariais e áreas de trabalho.

Portanto, a transição na trajetória ocupacional tem impacto direto sobre a identidade profissional, pois ela não ocorre apenas na transição entre a formação e o acesso a um emprego, mas em todo o percurso profissional e cada vez com mais frequência. No caso do jornalista nessa nova segmentação do trabalho, a mídia das fontes, essa transição impacta não somente no trabalho, mas na identificação de toda uma carreira, o que coincide como o “drama social do trabalho” apontado por Dubar (2005, p. 149) ao se referir ao célebre artigo “Men and their work”, do americano Everest Hughes, publicado em 1958.

O JORNALISTA NA MÍDIA DAS FONTES

Entenda-se *mídia das fontes* como “meios de comunicação, públicos ou privados [...], mantidos e administrados por atores sociais tradicionalmente vistos como fontes de informações”, conceito formalizado por Sant’Anna (2009, p. 17), ao confirmar que no Brasil há uma diversidade midiática sem paralelos em outros países: de um lado, “uma poderosa imprensa comercial (escrita e audiovisual)”, e de outro, jornais, revistas, estações radiofônicas, canais de televisão (telejornais), portais de notícias na internet e agências noticiosas sob o controle de grupos sociais e organizações não midiáticas.

Isso corrobora para a concepção de Bourdieu (1994) de que o jornalismo, difuso e relativamente autônomo, tem sido uma profissão diversa e fragmentada, cujos limites são imprecisos. No Brasil trata-se, em grande parte, de uma “profissão de passagem”, quando o jornalista por formação e/ou experiência nas redações passa a atuar na assessoria de imprensa e na mídia das fontes, subcampos ocupados por profissionais de formações diversas, mas essencialmente por graduados em jornalismo.

Antes de 1980 há casos pontuais da presença de jornalistas nessa

área. A migração para esse segmento, a partir de meados daquela década, provocou confronto entre as áreas em batalhas pela defesa de reserva de mercado de trabalho e um grande preconceito comum aos que, sendo profissionais na imprensa, optassem por servir às fontes de notícias. Afinal, trata-se de um jornalismo a serviço das fontes e que representa um novo paradigma para o mundo do trabalho do jornalista brasileiro.

A essa desavença social, Bauman (2005, p. 42) chama de “efeito imprevisto”, ou seja, uma progressiva “desintegração do conflito social numa multiplicidade de confrontos intergrupais e numa proliferação de campos de batalha”. Portanto, qualquer campo é um espaço de poder, conflito e competição, enquanto o *habitus* configura-se como um princípio gerador de estratégias que permite aos agentes agirem em situações imprevistas e em contínua mudança, na visão de Bourdieu (1994, 2007).

Pela brecha e oportunidade nessa nova “âncora social”, desencadeou-se um processo de migração em massa dos jornalistas para a área da comunicação nas organizações e, ato contínuo, à mídia das fontes. Schmitz (2011) atribui essa debandada à crise na mídia e o consequente enxugamento das redações, a exemplo da greve da categoria de 1979 em São Paulo, que provocou a demissão de cerca de 200 jornalistas. Outros relacionam a censura à imprensa instaurada no período da ditadura militar, que repeliu os jornalistas às assessorias e à mídia das fontes.

Mas a fixação do jornalista neste subcampo deve-se também a sua competência na produção e edição de conteúdos para qualquer tipo de meio de comunicação. Conforme confirma Sant’Anna (2009, p. 47), para as mídias das fontes isto “garante a transmissão das informações ao espaço público, independentemente de filtragens dos *gatekeepers*⁴ da imprensa tradicional; e, ao mesmo tempo, serve de elemento de pressão sobre a agenda desta mesma imprensa”.

Ao relatar o seu estudo pioneiro sobre a mídia das fontes, Sant’Anna (2009, p. 429) verifica que os processos jornalísticos são idênticos, o que difere são os procedimentos, pois “não permite a ex-

⁴ Teoria do jornalismo, em que o jornalista *gatekeeper* (porteiro) tem o poder de selecionar o que é ou não notícia.

pressão de pontos de vistas ou análises pessoais” e a estrutura de gestão é fortemente hierarquizada e sujeitas às normas rígidas. Ou seja, o processo de produção de conteúdos segue a lógica jornalística, mas nos procedimentos há pouca autonomia.

Segundo o autor, essas características pouco diferem do jornalismo tradicional e comercial, pois independentemente do local de trabalho, geralmente o jornalista é constrangido pela política editorial e por manuais de redação. Embora se credite a esse profissional autonomia na construção de notícias, ele estará sempre regido pelas pressões e restrições.

Ainda conforme Sant’Anna (2009, p. 431), “o jornalismo praticado pelas mídias das fontes contribui para um processo de transparência, uma ação de *accountability*, e é complementar ao modelo investigativo da imprensa tradicional”, pois o jornalista carrega consigo a sua identidade original e disponibiliza o seu *habitus* profissional a serviço das fontes.

Essa capacidade dos jornalistas – em apropriar-se de capitais, entendidos como conhecimentos especializados e práticos, mas também designados como prestígio e reconhecimento –, é decorrente de capitais sociais e simbólicos que portam para o pertencimento simultâneo ao campo jornalístico e ao subcampo da mídia das fontes, conforme as noções de Bourdieu (2007, 2013).

A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (PJB, 2012) revela que 40,3% dos graduados em jornalismo trabalham fora da mídia. Segundo Mick (2013), confirma-se “a ideia, bastante disseminada, de que as trajetórias profissionais de parcela significativa dos jornalistas no Brasil começam dentro da mídia e, com o tempo, deslocam-se” para outros subcampos do jornalismo.

Isso contribui para uma crise da identidade profissional, como apregoa Dubar (2009), pois ao desenvolver suas tarefas nessa nova configuração, na mídia das fontes, o jornalista depara-se com conflitos de conduta, somados ao processo de modernização; às transformações, precariedades e incertezas do trabalho; aos conflitos sociais, relações de classe e nova posição profissional.

Ao atuar na mídia das fontes, os jornalistas potencializam estes conflitos, e se fragilizam as fronteiras no mercado de trabalho, que Ruellan (1993) aponta como imprecisões nos contornos da identidade no trabalho recorrentemente fluida, a que chama de “profissionalismo de borrão”⁵ (*professionalisme du flou*).

Fidalgo (2005) percebe nisso uma busca inacabada de identidade e um “paradigma do poder”, pois “o percurso histórico dos jornalistas na afirmação do seu ofício como uma verdadeira profissão e, de par, na construção (contraditória e ainda inacabada) de uma identidade profissional, em termos tanto individuais como coletivos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do esquema de Pierre Bourdieu, do suporte de Claude Dubar e de outros teóricos contemporâneos do mundo do trabalho e do campo jornalístico, buscou-se cumprir o objetivo inicial de contextualizar a transição na trajetória laboral e a identidade profissional do jornalista brasileiro na mídia das fontes, com o propósito de contribuir para a sociologia do trabalho e das profissões. Ao final ficam evidentes algumas questões, destacadas a seguir.

O mundo do trabalho está em constante transformação e, conseqüentemente, as identidades profissionais tornam-se dinâmicas, deslocadas, fragmentadas, fluídas e vagas, exigindo esforços dos indivíduos e de seus grupos sociais na construção ou reconstrução de suas identidades na trajetória ao longo da vida e do trabalho.

A sociologia das profissões impõe uma rigorosa conceituação de “profissão”, restrita praticamente aos profissionais liberais, o que desloca a maioria das atividades laborais a condição de “ocupação”, embora no Brasil a concepção de “profissão” não seja tão criteriosa.

A identidade profissional está vinculada ao indivíduo e ao coletivo, pelo pertencimento a um grupo ou sistema social, de forma inseparável, a que Elias (1994) denomina de “identidade *nós-eu*”.

⁵ A expressão remete à ideia de rascunho, esboço.

Há uma evidente “crise de identidade”, que na modernidade encontra dificuldades em substituir os modelos identitários antigos, embora em declínio. E, as novas identidades, complexas e ambivalentes, estabelecem um processo irreversível de reconfiguração e constante capacitação em ambientes de riscos.

Essa crise leva às transições na trajetória e posições no mundo do trabalho, associadas aos riscos, incertezas, mobilizações, negociações e embates no campo, mas também oportunidade de renovação e reordenação.

Para o pertencimento a certo grupo social contingente, por exemplo dos jornalistas na mídia das fontes, o indivíduo desenvolve um “*habitus* profissional” na realização de uma infinidade de tarefas de forma criativa e inventiva. Para isso, necessita de capitais sociais e simbólicos para atuar no campo jornalístico, considerado por Bourdieu (1994, 2005) difuso, relativamente autônomo e com limites imprecisos.

Há um “hábito de linguagem” do jornalista, conforme Ruellan (1993), em se autodenomina “*jornalista profissional*”, com o propósito de delinear o caráter autônomo, especializado e exclusivo desta “profissão”.

No Brasil, em geral, o jornalismo é uma “profissão de passagem”, pois ora o jornalista está na redação da mídia comercial, ora na assessoria de imprensa, ora na mídia das fontes e em outras atividades, embora, por formação e registro no Ministério do Trabalho e Emprego, permaneça “jornalista profissional”.

As organizações não midiáticas utilizam as técnicas do jornalismo para validar os seus discursos. Por isso buscam no “jornalista profissional” o aval às informações que transmitem ao seu público. Isso traz impactos à identidade profissional deste jornalista, em especial quanto aos procedimentos, ligados à pouca autonomia, constrangimentos, pressões, restrições, entre outros.

Nessa nova configuração, o jornalista reconstrói a sua identidade ao levar consigo um “*habitus* profissional”, capitais sociais e simbólicos adquiridos anteriormente, para pertencer simultaneamente ao

campo jornalístico geral e ao subcampo da mídia das fontes, onde aumentam os embates e conflitos.

Desse modo, fica evidente que os jornalistas constroem uma identidade, sendo reconhecidos e tratados socialmente como “profissionais”, embora por lei e conceituação teórica exerçam uma “ocupação” ou “semiprofissão”.

Portanto, persistem dúvidas sobre os reais fundamentos e legitimidade que possam caracterizar consensualmente uma *identidade profissional* permanente e consistente dos jornalistas, seja nas mídias tradicionais ou a serviço das fontes.

REFERÊNCIAS

ANJ. **Maiores jornais do Brasil**. Brasília: ANJ, 2014. Disponível em: <anj.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Entrevista concedida a Carlos Alberto Medeiros.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos Estudos**, n. 96, p.105-115, jun. 2013. Disponível em: <goo.gl/c2Sg6f>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. L'emprise du journalisme. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 101, p. 3-9. mar. 1994. Disponível em: <goo.gl/jFFNM8>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CASTRO, Nadya; CARDOSO, Adalberto; CARUSO, Luís Antonio. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? **Contemporaneidade e Educação**, v. 2, n. 1, p. 7-23, maio 1997.

CORTÁZAR, Marisa García; LEÓN, María Antonia García. **Profesionales del periodismo**: hombres y mujeres de los medios de comunicación. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Editora da USP, 2009.

_____. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. A sociologia do trabalho, frente à qualificação e à competência. **Educação & Sociedade**, ano 6, n. 9, p. 87-103, set. 1999. Disponível em: <goo.gl/Nv6G2n>. Acesso em: 5 nov. 2014.

_____. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 62, abr. 1998. Disponível em: <goo.gl/5aEgLN>. Acesso em: 22 jan. 2015.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FIDALGO, Joaquim. Jornalistas na busca inacabada de identidade. In: SOPCOM, 4., 2005, Aveiro. **Anais...** Universidade de Aveiro, p. 1322-1333, 2005. Disponível em: <goo.gl/NhF4hd>. Acesso em: 10 mar. 2013.

FRANZOI, Naira Lisboa. **Entre a formação e o trabalho**: trajetórias e identidades profissionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p.141-155, jun. 1996. Disponível em: <goo.gl/LXrj1N>. Acesso em: 23 jan. 2014.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MICK, Jacques. Unidade possível? A identidade profissional dos jornalistas brasileiros, distribuídos entre mídia e assessorias. In: MEJOR, **Colóquio Internacional de Mudanças Estruturais no Jornalismo**, 2. 2013, Natal.

ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. **Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilidade**: trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro. 2002. 293 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

PJB. **Perfil do Jornalista Brasileiro**, 2012. Disponível em: <perfildojornalista.ufsc.br>. Acesso em: 22 abr. 2013.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Profissões**: lições e ensaios. Coimbra: Almedina, 2012.

RUELLAN, Denis. **Le professionnalisme du flou**: identité et savoir-faire des journalistes français. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1993.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes**: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro. Brasília: Senado Federal, 2009.

SCHMITZ, Aldo A. **Fontes de notícias**: ações e estratégia das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e máscaras**: a busca da identidade. São Paulo: Editora da USP, 1999.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2013.

_____. **Economía y sociedad**: esbozo de sociología comprensiva. México: FCE, 1964.

PROFISSÕES DE SAÚDE

SOCIALIZAÇÃO, HIERARQUIAS SIMBÓLICAS E IDENTIDADES PROFISSIONAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

*Débora Previatti**

O processo de formação de uma dada “profissão” prevê um fechamento dos mercados de trabalho, utilizando-se de mecanismos para proteger ou obter status e privilégios sociais. Na maioria das vezes, tais interesses colocam-se em disputa com interesses de outras profissões e podem pôr em risco o próprio bem-estar público (Rodrigues, 2012). Tal movimento é observado nas profissões que compõem o campo da Saúde Pública, assim como é evidenciado nos mais diversos campos.

A Atenção Primária constitui um subcampo da Saúde Pública no país. Sua criação foi resultante da proposta advinda de um movimento global – o *Primary Care* –, sendo que no Brasil foram desenvolvidas suas próprias especificidades ao longo de seu processo de implementação. Traduzida primeiramente como *Atenção Básica*, esse subcampo foi almejado para ser a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e, com o passar dos anos, pela própria idealização do fluxo de acesso aos serviços, foi se tornando cada vez mais central.

Este trabalho parte inicialmente de algumas indagações. Quais transformações ou reproduções sociais envolveriam a Atenção Primária? O que muda e o que se mantém nas relações sociais

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: deborapreviatti@gmail.com

interprofissionais em comparação a outros modelos assistenciais, outros espaços físicos, outros momentos históricos, outras configurações sociais? A proposta, aqui, é analisar alguns desses aspectos a partir de três categorias analíticas principais: *socialização*, *hierarquias simbólicas* e *identidades profissionais*, tendo como foco as profissões de saúde no subcampo da Atenção Primária.

Para compreender esses elementos, uma análise documental foi realizada a partir de alguns dos principais livros e manuais que norteiam as práticas de profissionais de saúde da Atenção Primária, em todo o território nacional. Entre os materiais utilizados, encontra-se o livro de Barbara Starfield (2002) *Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia*, obra que norteia regras e princípios do subcampo e também as práticas, e que é amplamente disseminada entre os profissionais da área. Foram também consultados manuais elaborados pelo Ministério da Saúde – principalmente a coletânea *Cadernos de Atenção Básica* (Brasil, 2009; 2011; 2014), além de *sites* e *fan pages* produzidos e mantidos por grupos profissionais pertencentes à Atenção Primária.

A investigação incluiu observação participante, realizada pelo período de dois anos em uma Unidade de Atenção Primária da Região Sul do Brasil, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Tal unidade apresentava no momento da pesquisa um modelo assistencial considerado de destaque no país. Denomino aqui essa unidade, de forma fictícia, de “Morro da Ilha”. Entre os aspectos analisados a partir da unidade de saúde Morro da Ilha encontram-se as formas de socialização, além de manifestações das disputas simbólicas e hierarquias sociais no cotidiano, nas práticas dos agentes e nos usos dos espaços físicos.

Para Elias (2000), utilizar uma pequena unidade social para estudar problemas que são encontráveis em diversas unidades sociais possibilita explorar minuciosamente esses problemas. Além disso, considera-se que a comunidade mantém com a sociedade uma relação metonímica e, por isso, torna-se relevante para a compreensão da sociedade ou da cultura, embora o conhecimento produzido a partir da mesma seja considerado incompleto (Durham, 1986). Por esse

motivo, múltiplas fontes e métodos foram utilizados, combinando-se assim uma análise de documentos oficiais nacionais, análise de *sites* e *fan pages*, além do estudo *in loco* do cotidiano de uma unidade de saúde específica.

A inserção de um leque de novas profissões na Atenção Primária na sua implementação no Brasil desencadeou uma mudança na configuração social anterior, a qual contava basicamente com médicos, enfermeiras¹ e técnicas de enfermagem. Foram incorporadas até mesmo profissões que nem sequer eram consideradas profissões de saúde, como é o caso do serviço social e da educação física. Com essa inserção, que se desenvolveu de forma mais intensa na última década, desencadeou-se uma cascata de ativações de mecanismos de controle e de autoproteção de alguns grupos que pertenciam previamente ao subcampo no país e dos que estavam se inserindo. Especialmente após a estruturação da Estratégia Saúde da Família (ESF) no Brasil, a área Saúde Coletiva foi se tornando um campo promissor, em termos de mercado de trabalho, para as profissões “não médicas”, entre estas a nutrição, a farmácia, a educação física, a psicologia, a terapia ocupacional, a fisioterapia e a fonoaudiologia. Assim como também houve, nessa reformulação no campo da Saúde Pública, mecanismos que partiram da profissão médica, como a afirmação da área Medicina de Família e Comunidade (MFC) e a delimitação com maior afincio de certos espaços e atividades profissionais.

Considero na análise aqui empreendida o conceito sociológico convencional de “profissão”. Essa concepção pode ser útil para analisar o subcampo em questão na medida em que reúne “corpos de conhecimento, discurso, disciplinas e campos aos meios sociais, econômicos e políticos por meio dos quais seus expoentes humanos podem ganhar poder e exercê-lo” (Friedson, 1996, p. 141). Dessa maneira, auxilia na compreensão de como se articulam conhecimento, discurso e disciplina na formação de instituições que são distintas e influentes, e de como o poder é exercido por tais instituições (Friedson, 1996).

¹ Foi utilizada a flexão de gênero feminino ao longo do texto, devido ao fato de a profissão da enfermagem permanecer em sua maioria exercida por mulheres.

Chamo agora a atenção para as ações estratégicas, no subcampo em questão, realizadas por determinados grupos profissionais com a intenção de ganho ou manutenção de posições sociais, que são verificadas tanto no cotidiano de trabalho como nos livros, manuais, *sites* e *fan pages*. Uma primeira estratégia identificada trata-se da alegação da existência de “interdisciplinaridade” entre as profissões de saúde na Atenção Primária, que carrega com sua concepção um pressuposto de que hierarquias sociais e desigualdades de poder, de certa forma, não existem no subcampo. Outra ação seria a afirmação ou reafirmação das identidades profissionais, considerando abrangências, limites e possibilidades de atuação de cada profissão dentro do subcampo. Um último fator a se destacar está relacionado ao fato de que, com a incorporação da multiplicidade de profissionais na Atenção Primária, ocorreu uma renovação das hierarquias simbólicas. Um exemplo disso é a criação e disseminação da divisão “médicos e não médicos” em determinados espaços de enunciação. Essa divisão entra em contradição com a concepção de “interdisciplinaridade” que é declarada em outros espaços dentro do mesmo subcampo.

O discurso da “interdisciplinaridade” foi evidenciado tanto no processo de análise de alguns documentos como também no cotidiano dos profissionais na Unidade de Atenção Primária Morro da Ilha. Como já havia demonstrado Dubar (2005), a divisão de tarefas trata-se, na realidade, de um dos mecanismos para a abertura e o fechamento de certas profissões. Estendendo para o contexto estudado, a divisão de tarefas surge com a inserção da multiplicidade de profissionais e a consequente disseminação da noção de “trabalho em equipe”, assim como a da própria “interdisciplinaridade” no subcampo da Atenção Primária. Percebe-se que esse discurso é utilizado como uma grande ferramenta, a qual permite a manutenção ou a conquista de posições sociais no subcampo, materializando a busca ou a conservação do *status* e do prestígio de determinados grupos profissionais.

Enquanto em alguns materiais emprega-se o conceito de “interdisciplinaridade” na Atenção Primária, em outros, como os que

circulam internamente nos espaços próprios a cada profissão de saúde, é feita uma clara distinção de funções, de papéis e de elementos que caracterizam certas identidades profissionais. Por vezes, manifestam-se claramente segregações: é o caso do uso da nomenclatura “não médicos” a fim de designar todas as profissões de saúde que não a médica, difundida em diversos manuais e livros que circulam no meio médico.

No cotidiano, a socialização cumpre um papel importante para a estruturação e a manifestação dessas estratégias de ganho ou a manutenção de posições sociais. Uma Unidade de Atenção Primária abarca uma série de regras e funções que direcionam os discursos e os comportamentos dos indivíduos que transitam ou permanecem nesses espaços. Existem normas para circulação, de vestuário, de atitudes, de linguagem. Como espaços públicos, constituem locais onde as relações sociais apresentam características específicas, como a transitoriedade e a instabilidade (Arantes, 2000). Criam-se convenções sociais, por meio das quais os sujeitos se mantêm em negociação permanente, abrindo mão de parte dos seus direitos individuais em prol de um contrato, para que haja o convívio social (Arantes, 2000).

Dubar (2005), em seu estudo com enfoque em uma “sociologia das profissões”, destacou a questão das identidades profissionais e lançou reflexões sobre a socialização no trabalho. Segundo o autor, Robert Merton, ao analisar a formação médica, identificou que a profissão passa de uma “profissão aberta” aos que sentem vocação para um ideal de serviço para se tornar uma “organização fechada”, provocando um “efeito perverso” de segregação social. Passa, dessa forma, a se preocupar apenas com sua própria reprodução e a legitimar o poder interno à profissão por “cursos e diplomas de elite reservados a categorias específicas encarregadas da manutenção da ‘ordem simbólica da profissão’” (Friedson apud Dubar, 2005). Esse mecanismo com foco na formação e na carreira é complementado por outro utilizado pelos grupos profissionais, o de multiplicar as regulamentações e privilégios para os seus membros (Dubar, 2005).

De acordo com Dubar (2005), a profissão médica vale-se de três mecanismos para sustentar-se como uma organização fechada.

O primeiro deles é a própria divisão de tarefas. As tarefas são compartilhadas com outras profissões de saúde e, alicerçando-se em “relações relativamente estáveis”, todas as tarefas em torno do processo de cura são não só coordenadas, como também controladas pelos médicos. Outro mecanismo empregado é a designação de porta-vozes oficiais da profissão, com o objetivo de “ampliar vantagens jurídicas e estratégicas por meio de negociações com a autoridade soberana” (Dubar, 2005, p. 196) e de persuadir o Estado e convencer a opinião pública de que a profissão merece ser mantida e deve se autorregular. Além disso, um terceiro mecanismo diz respeito à criação e à manutenção de redes de relações informais. Esse tipo de relações estrutura e hierarquiza a profissão médica, a partir dos seus segmentos da clientela (Dubar, 2005).

A noção de “identidades profissionais” da qual parto aqui se inspira na de Dubar (2009), que por sua vez se aproxima do conceito de “identidades no trabalho” de Sainsaulieu, no sentido de “modelos culturais” ou de “lógicas de atores em organização”. De acordo com essa concepção, as identidades profissionais se constituem em “maneiras socialmente reconhecidas para os indivíduos se identificarem uns aos outros, no campo do trabalho e do emprego” (Dubar, 2009, p. 85).

Na atual configuração social de Atenção Primária no Brasil, não mais atuam apenas médicos e enfermeiras, mas uma série de profissões passaram a fazer parte desse subcampo da Saúde Pública no país. Nesse novo contexto, houve uma remodelação das identidades profissionais precedentes, assim como foram alteradas, em certa medida, suas esferas de atuação. O que antes ficava apenas ao encargo de médicos, enfermeiras e técnicas de enfermagem, posteriormente passou a ser dividido com todos os demais profissionais incorporados ao subcampo. Devido à mudança de foco na atuação nessa esfera – passando da exclusividade da recuperação de estados de saúde para a priorização da promoção à saúde e prevenção de doenças –, profissionais como educadores físicos, psicólogos, assistentes sociais e nutricionistas foram agregados à Atenção Primária. Além disso, também são parte desse novo quadro os agentes comunitários de saúde, desde a instituição e regulamentação do Programa de Agentes Comunitários de

Saúde (PACS) em 1997. O PACS constituiu uma estratégia transitória de reorientação do modelo assistencial, que visava, entre outras finalidades, a assistência domiciliar. Posteriormente, foi substituído pelo Programa Saúde da Família (PSF) (Brasil, 2001). O PSF deixou de ser apenas um programa e se tornou uma estratégia política de Estado para consolidação da Atenção Primária no país, tendo sua nomenclatura modificada posteriormente para Estratégia Saúde da Família (ESF).

Como já mencionado, a adoção da multiplicidade de profissões de saúde “não médicas” na Atenção Primária é uma particularidade da adaptação brasileira da proposta global de Primary Care. A multiprofissionalidade na Atenção Primária se consolidou principalmente após a disseminação pelo país de Residências Multiprofissionais em Saúde Coletiva e em Saúde da Família, em meados de 2005. Até aquele momento, a única residência conhecida era a médica, que consistia na formação habitual em especialidades médicas, cursada pelos concluintes dos cursos de Medicina. As residências multiprofissionais surgiram pouco depois da criação das Residências em Medicina de Família e Comunidade (MFC) no Brasil, na medida em que esse ramo da profissão passou a ser reconhecido como uma das especialidades médicas e não mais como uma “Medicina Geral”.

Nesse novo contexto, que é multiprofissional, os mecanismos de adaptação envolvem as estratégias para manutenção ou fortalecimento de posições sociais de cada profissão, tanto da médica como das “não médicas”. Essa divisão – “médicos e não médicos” – viabiliza a compreensão de muitas das desigualdades de poder que persistem, assim como da reprodução de certas hierarquias sociais. As hierarquias na Atenção Primária, porém, se transformaram: se antes eram explícitas, o que caracterizava anteriormente o trabalho no ambiente hospitalar, agora aparecem por meio de hierarquias simbólicas, como explicarei adiante.

A divisão “médicos e não médicos” é evidenciada em muitos materiais escritos: naqueles que circulam internamente nos espaços próprios a cada profissão de saúde, em documentos elaborados por associações profissionais ou mesmo em materiais encontrados nos diferentes setores da Unidade de Atenção Primária Morro da Ilha. A hierarquia simbólica

“médicos e não médicos” também é encontrada no próprio processo de socialização e de transformação das identidades profissionais no cotidiano de trabalho da Unidade de Atenção Primária Morro da Ilha.

Nesse sentido, Carapinheiro (1993) argumenta sobre como o cotidiano de trabalho no hospital surge enquanto um “lugar simbólico e de aprendizagem dos comportamentos para *saber estar* no hospital” e como a socialização e o próprio espaço são marcados pela divisão hierárquica do trabalho:

[...] no desenrolar da prestação de cuidados médicos, nas visitas dos médicos às enfermarias, nas distâncias físicas que são mantidas, na linguagem, nas relações que se estabelecem entre as hierarquias médicas e as hierarquias de enfermagem, nas reuniões clínicas dos serviços, os rituais, os discursos, a ocupação do espaço, a ordem das intervenções, os silêncios, as presenças e as ausências, revelam e alimentam estruturas hierárquicas e relações de subordinação previamente definidas (Carapinheiro, 1993, p. 111).

Elias (1970) afirma que, para compreendermos a problemática sociológica, é necessário ver os indivíduos como interdependentes. Os indivíduos compõem teias simbólicas de interdependência ou configurações de muitos tipos. Dessa forma, o autor propôs a noção de *figuration* de seres humanos. Para ele, as relações não devem ser interpretadas como abstrações, mas como parte concreta essencial para a explicação da sociedade.

Elias (1970) explica que o indivíduo tem sua liberdade limitada às redes de interdependência das quais faz parte, que é o que o conecta a outros indivíduos. Essas redes determinam até onde os indivíduos podem ir, o que podem ou não fazer. Além disso, cada ação de um indivíduo reflete e, ao mesmo tempo, depende de uma série de outras ações. Uma comparação empregada pelo próprio autor e que auxilia a compreender essa concepção é a do jogo de xadrez (Elias, 2001, p. 158). Assim como ocorre nessa modalidade de jogo, cada ação individual, por mais que pareça ser independente de outras pessoas ou constitua uma aparente escolha individual, terá diversas repercussões

nos movimentos seguintes. A ação ocorre em meio a um contexto de relações e de regras que norteiam o jogo, seja o de xadrez ou, transcendendo para as relações humanas, o jogo social (Elias, 2001).

A *figuration*, portanto, trata-se de uma forma social na qual os indivíduos estão relacionados por meio de dependências recíprocas (Elias, 2001). Podemos falar de *figuration* de um pequeno grupo de jogadores de dominó ou de grupos em grandes escalas, como de uma cidade ou até mesmo de um país. A sociedade, por conseguinte, é explicada por meio da formação, manutenção, dissolução e repercussão dessas configurações na trama social.

Desmistificar esse jogo social no subcampo no cotidiano da Unidade de Atenção Primária Morro da Ilha permite compreender como os grupos sociais nessa esfera fazem a mediação entre, de um lado, a defesa da especialização, inserção e manutenção de algumas profissões e, de outro, o discurso da “interdisciplinaridade” e da inexistência de desigualdades de poder e hierarquias. Nesse sentido, aspectos como a fofoca, quadros de greve, a disposição e o uso dos espaços físicos, assim como os manuais de diferentes profissões de saúde ajudam a desvelar esses discursos, mostrando que, em muitos casos, são reflexos das hierarquias e disputas simbólicas no subcampo.

No antigo modelo assistencial de saúde, no qual os atendimentos à população eram concentrados nos hospitais, os papéis e as hierarquias dos profissionais de saúde eram mais bem definidos (Carapineiro, 1993). Tanto para quem olha de fora como para os próprios profissionais. O trabalho das enfermeiras e técnicas era claramente dependente e subordinado à atuação dos médicos. As primeiras ficavam responsáveis principalmente por aspectos como a limpeza e a manutenção da ordem nos ambientes hospitalares, além do cuidado com o “paciente”, porém acatavam ordens dos médicos, pois era sempre deles a decisão final. Faziam parte da configuração social essencialmente médicos e enfermeiras, além de auxiliares e técnicas de enfermagem. Os “doentes” se deslocavam até os hospitais quando já estavam tomados por alguma enfermidade. O foco, portanto, era tratar as doenças, amenizar sintomas clínicos ou, ainda, prolongar o tempo de sobrevivência dos indivíduos.

Na Atenção Primária, parece ter ocorrido uma redistribuição dos papéis e funções com a inserção dos novos profissionais, mas há uma reprodução social das desigualdades que já existiam em outras configurações sociais ao longo da história da Saúde Pública. Um claro exemplo disso é a permanência de grande quantidade de mulheres em profissões “não médicas”, principalmente nas relacionadas ao “cuidado”, como a enfermagem, o serviço social e a psicologia.

Portanto, ainda persistem questões que alguns grupos profissionais nessa nova configuração da Saúde Pública alegam estar superadas. Acredita-se aqui, nesse sentido, que as desigualdades de poder na Atenção Primária são apenas ocultadas por meio de concepções como a de interdisciplinaridade e de trabalho em equipe, e a inserção de uma variedade de profissionais nessa esfera, com a criação de “equipes multiprofissionais”, não garantiu a horizontalidade que era proposta.

Inicialmente, na criação das residências multiprofissionais a intenção das profissões “não médicas” parecia ser de que nelas fossem recrutados igualmente todos os profissionais de saúde que atuassem na Atenção Primária. A reforma sanitária vinha acontecendo desde a 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, evento que foi considerado pelos agentes do campo um marco histórico das políticas públicas de saúde no Brasil (CNS, 2014). Abria-se cada vez mais espaços para profissionais “não médicos”, através do Programa Saúde da Família, cuja concepção previa a atuação de “equipes multiprofissionais” na Atenção Primária. Para os “não médicos”, interessava a ampliação do mercado nesse subcampo da Saúde Pública, assim como a busca por melhores posições sociais no campo. Após a disseminação das residências multiprofissionais por todo o país, várias iniciativas foram tomadas pela profissão médica com vistas à manutenção da reserva de mercado e das posições sociais já conquistadas.

A imagem da Figura 1 foi publicada numa *fan page* do Facebook chamada Academia Médica (2013), dirigida a médicos e estudantes de Medicina, com o lema “O que a faculdade esqueceu de te contar”. A placa de madeira, com um estetoscópio no canto superior direito e os dizeres “Nós temos que ser inteligentes. Zelar pelo que é da gente. Tomar atitude”, faz referência à urgência de os médicos

manterem uma liderança no mercado de trabalho. Essa liderança está sendo ameaçada e, se eles não forem “inteligentes” e não “tomarem atitude”, podem perdê-la. Por isso a “necessidade” de se afirmar a Medicina de Família e Comunidade como uma especialidade médica e, principalmente, de *resguardar e reafirmar o papel central do médico também nessa nova configuração da Saúde Pública global*.

Figura 1 – “O que a faculdade esqueceu de te contar”



Fonte: Academia Médica (2013).

A imagem da *fan page* reproduzida aqui vinha acompanhada da seguinte pergunta, como legenda: “Você sabe quais são as 11 principais características do Médico de Família e Comunidade?” (Academia Médica, 2013). A seguir destaco um trecho da resposta apresentada, retirada da *World Organization of Family Doctors* (WONCA), sobre “Médico de Família e Comunidade” e os requisitos que seriam necessários para o profissional:

A WONCA, em 1997, estabeleceu a seguinte definição para o Médico de Família e Comunidade: “*É o profissional responsável de proporcionar atenção integral e continuada a todo indivíduo que solicite assistência médica, podendo mobilizar para isto outros profissionais da saúde, que prestarão seus serviços quando for necessário. Aceita qualquer*

pessoa que solicite atenção, ao contrário de outros profissionais ou especialistas, que limitam a acessibilidade de seus serviços pela idade, sexo e/ou diagnóstico dos pacientes. Atende o indivíduo no contexto da família e a família no contexto da comunidade de que faz parte. É competente clinicamente para proporcionar a maior parte da atenção que necessita o indivíduo, considerando sua situação cultural, socioeconômica e psicológica” (Arias-Castillo et al., 2010, p. 2, grifos meu).

A própria definição do “Médico de Família e Comunidade” demonstra que o modelo pretende continuar sendo médico-centrado na Atenção Primária, sendo que o médico *pode ou não “mobilizar para isto outros profissionais da saúde” quando (e se) achar necessário* (Arias-Castillo et al., 2010, p. 2) Portanto, a incorporação da multiplicidade de profissionais no subcampo não significou que o modelo se tornou horizontal. Em diversos exemplos encontramos um desvelamento do discurso da concepção de “interdisciplinaridade” e de ausência de hierarquias, de forma que por trás de atos aparentemente desinteressados, encontram-se defesas de posições sociais e a preocupação com a reserva de mercado, que partem tanto da profissão médica como das “não médicas”.

Um bom exemplo disso é verificado no cotidiano, na forma como se organiza uma das atividades centrais da Unidade de Atenção Primária Morro da Ilha, mas que também é habitual em outras unidades de saúde do país: o chamado “acolhimento” ou “triagem”. Desde a implantação da Atenção Primária no Brasil foram instituídos diferentes fluxos de atendimento e de acesso aos serviços de saúde, e o mais empregado atualmente tem seu foco nessa atividade. O “acolhimento” hoje tem papel central, já que desencadeia praticamente todo o funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Em termos gerais, o “acolhimento” constitui uma espécie de “filtro”, realizado por profissionais de saúde da Atenção Primária – principalmente por enfermeiras e técnicas de enfermagem –, no qual é feita uma seleção dos casos que serão encaminhados aos médicos. Nesse modelo, a enfermeira tem um papel semelhante ao de um *maître*

d'hôtel, pois assim como esse profissional, ela também “coordena diferentes atividades visando à provisão do acolhimento da clientela” (CIDJ, 2015) e é responsável pela limpeza e o bem-estar no ambiente, assim como pela supervisão dos demais funcionários (agentes comunitários de saúde – ACSs, auxiliares administrativos e técnicas de enfermagem).

As unidades de saúde que funcionam com o “acolhimento” como atividade central, segundo os agentes que ditam as regras do subcampo, obtêm o que se chama de uma maior “resolutividade” dos serviços prestados. Na visão dos gestores e de alguns grupos profissionais, essa seria uma forma de otimizar as consultas médicas, já que chegariam até o médico somente os casos considerados necessários. No “acolhimento”, é feita uma seleção por “risco”: são selecionados os casos menos complicados para serem “agilizados” por meio de outros profissionais – enfermeiras, técnicas de enfermagem ou mesmo ACSs. Isso é feito com o objetivo de evitar que o tempo das consultas médicas agendadas seja utilizado “desnecessariamente”.

Nessa atividade, ocorre um atendimento de forma mais objetivada, utilizando-se do que se conhece no subcampo como uma “ferramenta” chamada “comunicação clínica” (Carvalho et al., 2010). Esta seria pragmaticamente útil para se realizar uma escuta “qualificada” e “técnica”, possibilitando ao profissional se comunicar de maneira dirigida ao “usuário” de forma a coletar as informações consideradas “relevantes” (Carvalho et al., 2010). O foco é direcionado para a queixa principal do “usuário” no momento do atendimento, visando uma maior “resolutividade”, de modo que o profissional que ouve “filtra” as “subjetividades” ou outras informações consideradas como “não relevantes” para a “resolução” da queixa (Carvalho et al., 2010).

As habilidades requeridas dentro da Atenção Primária enquanto instituição são semelhantes àquelas já apontadas por Sennett (2009) como sendo próprias da “nova cultura do capitalismo”. A “resolutividade” apenas seria alcançada graças a um perfil diferenciado dos funcionários do centro de saúde, que devem conter como características individuais a flexibilidade, a agilidade

e a proatividade, entre outras, desprendendo-se assim das garras rígidas da burocracia (Sennett, 2009).

Essas “habilidades” são sempre lembradas em diversos espaços, tanto nas reuniões gerais mensais ou nas reuniões semanais das equipes, como nos materiais escritos distribuídos internamente no centro de saúde Morro da Ilha e nos documentos e produções que circulam no subcampo. E são ressaltadas quando se deseja fazer elogios individuais ou a um determinado grupo. Nesse sentido é que se emprega o discurso da urgência do uso de novas tecnologias para comunicar-se, como *Google Talk*, *WhatsApp* e *e-mails* na Atenção Primária. Esses fatores são vistos, pelos grupos profissionais envolvidos, como a garantia da flexibilidade, agilidade e proatividade necessárias para diluir certos aspectos como “rigidez” e “lentidão” do fluxo habitual de funcionamento do Sistema Único de Saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a discutir elementos das relações interprofissionais no subcampo da Saúde Pública intitulado Atenção Primária, tendo como categorias norteadoras a socialização, as identidades profissionais e as hierarquias simbólicas. A inserção de uma multiplicidade de novos profissionais na Atenção Primária veio, em grande medida, em resposta a demandas de reserva de mercado, com o fechamento e abertura de profissões, além de objetivar a manutenção ou conquista de posições sociais e de ganho de *status* e de prestígio. A concepção de “interdisciplinaridade” e de ausência de hierarquias sociais na Atenção Primária, desse modo, permanecem como uma meta no horizonte. Persistem no subcampo desigualdades de direitos, de salários, de poder. A coordenação do cuidado prestado ao “usuário” é ainda considerada por todos, médicos e “não médicos”, como de responsabilidade da profissão médica.

A categoria “não médicos”, gerada e disseminada no meio médico, permite o discernimento de como ocorrem as relações na Atenção Primária, considerando que existem diferentes posições ocupadas pelas profissões no campo. Por um lado, há uma busca por

reconhecimento e valorização do trabalho dessas profissões “não médicas” na Atenção Primária em espaços institucionais internos a cada categoria e também dentro da área da Saúde Coletiva. Entretanto, todos os profissionais, com exceção dos médicos, são tratados no subcampo como “não médicos”, nos mais diversos espaços. Nos manuais médicos e nas produções acadêmicas voltadas aos médicos, o termo “não médicos” é usado com frequência e de forma explícita: a relevância disso se encontra no fato de que desses manuais nascem as regras sociais de todo o subcampo, que são disseminadas posteriormente para as demais profissões de saúde.

Foi destacado ao longo deste trabalho que determinadas mudanças no campo da Saúde Pública nas últimas décadas, que inclui o processo de implantação da Atenção Primária, resultaram em novos fluxos de acesso aos serviços, em novos formatos de atendimento à população e em novas características das profissões de saúde. Tais mudanças repercutiram em novos elementos que definem a socialização, as identidades profissionais e as hierarquias simbólicas. Outrossim, existem ainda transformações relacionadas ao perfil esperado dos profissionais de saúde na Atenção Primária. Verificou-se na unidade de saúde Morro da Ilha que certas “habilidades” são esperadas, como aquelas já apontadas por Sennett (2006), que de modo mais amplo são inerentes à “cultura do novo capitalismo”: como a agilidade, a flexibilidade e a proatividade. Dessa maneira, os indivíduos das diferentes profissões procuram se adequar a essas novas regras, características desse novo modo de produção “flexível” e que define o novo perfil do trabalhador do século XXI.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA MÉDICA. **O que a faculdade esqueceu de te contar.** Disponível em: <www.academiamedica.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- ARANTES, Antônio Augusto. **A guerra dos lugares.** Mapeando zonas de turbulência. In: _____. Paisagens paulistanas. Transformações do espaço público. Campinas: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.

ARIAS-CASTILLO, Liliana et al. **Perfil do médico de família e comunidade**: definição Iberoamericana. Wonca. Santiago do Cali, Colômbia, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família. **Cadernos de Atenção Básica**, Brasília, n. 27, 2009.

_____. Acolhimento à demanda espontânea. **Cadernos de Atenção Básica**, Brasília, n. 28, v. 1, 2011.

_____. Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Volume 1. Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. **Cadernos de Atenção Básica**, Brasília, n. 39, 2014.

_____. **Programa de agentes comunitários de saúde (PACS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CARAPINHEIRO, Graça. **Saberes e poderes no hospital**: uma sociologia dos serviços hospitalares. Porto: Afrontamento, 1993.

CARVALHO, Irene P. et al. O ensino da comunicação na relação médico-paciente, uma proposta em prática. **Acta Med Port**, v. 23, n. 3, p. 527-532, maio/jun. 2010.

CIDJ. **Maître d’hôtel**. Disponível em: <<http://www.cidj.com/article-metier/maitre-d-hotel>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

CNS. **Relatório final da 8a Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, 1986. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/relatorio_8.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Editora da USP, 2009.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (Org.) **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

_____. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 141-145, 1996.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Profissões:** lições e ensaios. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

SENNETT, R. **A nova cultura do capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **A corrosão do caráter.** 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

STARFIELD, Barbara. **Atenção Primária:** equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: Unesco/Ministério da Saúde, 2002.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA INTERSEÇÃO ENTRE INDÚSTRIA E SERVIÇOS

MECÂNICOS E A CADEIA DA REPARAÇÃO AUTOMOTIVA

*Laura Senna Ferreira**

*Maria Soledad Etcheverry Orchard***

A tendência dominante nas sociedades contemporâneas é a concentração de uma maior parte da força de trabalho no setor de serviços. Com o progresso técnico e o recente aumento da produtividade verifica-se a criação de novos bens e serviços, o que tem provocado uma alteração significativa nas formas de gestão das empresas e na organização do trabalho.

Para uma definição sumária da noção de serviço, pode-se entendê-lo como atividade interativa que envolve vínculo entre prestadores e usuários. Nos serviços, o resultado é desconhecido *a priori*, existindo forte incerteza. É frequente a manutenção de alta margem de capacidade ociosa, decorrente da oscilação da demanda, e as preferências dos consumidores trazem forte impacto nesse mercado (Meirelles, 2006).

Na tradição da sociologia brasileira, o setor foi definido da seguinte maneira:

* Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: laurasenna-fe@hotmail.com.

** Prof^a. Dra. no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: maria.soledad@terra.com.br.

o terciário é o setor dos serviços, uma classe de produção incorpórea, é nele que se concentram todas as atividades não produtivas *stricto sensu*; isto não quer dizer que boa parte dos serviços não seja produtiva [...] o terciário engloba as atividades que estão nas esferas da circulação, da distribuição e do consumo (Oliveira, 1979, p. 144).

Oliveira (1979) questiona a “teoria da marginalidade” e as demais abordagens que associam o terciário à cloaca do desemprego. E defende a importância de se perceber os serviços no processo de acumulação geral de capital, além de argumentar acerca da importância de se fazer um exame das relações intersetoriais e da composição interna de cada setor.

Na sociologia recente, o setor de serviços tem sido de sumo interesse e os autores têm destacado as novas relações de trabalho e de negócios estabelecidas nessa esfera.

Gorz (2003) indica que, ao longo dos anos 1970 e 1980, surgiu uma sociedade de serviços. Esse passou a ser o segmento que mais se desenvolveu e mais criou emprego nos últimos anos. O autor argumenta que caminhamos para uma sociedade dual, em que convivem, ao mesmo tempo: 1) um setor racionalizado e de produtividade elevada; 2) um setor de serviços personalizados e diretos, cujas características são pouca racionalização e baixa produtividade, posto que o segmento não se presta a ser mensurável nem normatizável, tendendo a assumir um caráter mais comunitário.

Offe (1985, p. 181) faz a seguinte afirmação quando se refere ao setor de serviços:

[é] isento da disciplina imediata de uma racionalidade consumista e de suas respectivas limitações de realização e de produtividade. Como um agente da sintetização consciente dos sistemas e processos sociais, o trabalhador da “nova classe” de serviços desafia e questiona a sociedade do trabalho e seus critérios de racionalidade (realização, produtividade, crescimento) em nome dos critérios de valor substantivos, qualitativos e “humanos”.

A última citação de Offe (1985) e a afirmação de Gorz (2003) indicam o teor que assumiu o debate sobre a ascensão do setor de serviços e a noção de descentralização do trabalho. Todavia, a tese da “descentralização” será contestada por outros autores que, como Harvey (1992), questionam o argumento assinalando que o segmento dos serviços, a despeito de suas particularidades, possui uma série de semelhanças com os demais setores, dado o caráter de ser igualmente produtor de mercadoria.

O texto que segue considera esse debate a partir do caso dos mecânicos no setor de serviços automotivos, com destaque para o contexto de Porto Alegre (RS).

A reconversão produtiva do complexo automobilístico, que ocorreu no Brasil basicamente a partir dos anos 1990, trouxe impactos para o setor de serviços, que se reestrutura de modo a acompanhar a modernização dessa indústria.

As reformas implementadas no setor da reparação, com o propósito de torná-lo mais produtivo, envolvem novas formas de organização do trabalho e gestão mais eficiente dos negócios. O trabalho será o elemento-chave nesse processo de reestruturação. Altera-se, assim, o perfil dos mecânicos, que é tencionado pelas novas exigências do mercado automotivo.

O debate dos temas mencionados será desenvolvido em três momentos: 1) apresentação do referencial teórico; 2) as características do setor de serviço automotivo; 3) a reestruturação dos serviços automotivos e a nova identidade do mecânico. Antes, procede-se a um breve esclarecimento acerca da metodologia em que se fundamenta a pesquisa.

METODOLOGIA

O estudo considera o setor de manutenção e reparação automotiva, com destaque para o caso de Porto Alegre (RS). A pesquisa ocorreu entre os anos de 2010 e 2013, com base em investigação documental, inserção etnográfica e entrevistas com membros de enti-

dades representativas, instituições de ensino, proprietários de oficina e/ou mecânicos.

No período de um ano, de julho de 2011 a junho de 2012, investigaram-se as informações e representações sobre a indústria da reparação contidas no *Jornal Oficina Brasil (JOB)*, que é um veículo de comunicação de distribuição gratuita e ampla circulação nas mecânicas.

A experiência etnográfica ocorreu, principalmente, nas oficinas independentes (que não têm ligações contratuais com as montadoras), pois nas oficinas concessionárias (que possuem vínculos com as fábricas de veículos) houve restrições das empresas quanto ao contato com os mecânicos.

Foram realizadas 56 entrevistas, conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado em eixos temáticos. Parte desses eixos teve finalidade informativa e outra parte se propôs a trazer questões para serem abordadas em profundidade, tendo em vista, para além das informações, as percepções dos sujeitos.

No percurso da pesquisa, as opções metodológicas estiveram permeadas por uma determinada compreensão da realidade social, em um esforço por transformar fatos e discursos da vida real em problemas de investigação sociológica.

SOBRE O SETOR DE SERVIÇOS E A CENTRALIDADE DO TRABALHO

As transformações decorrentes da reestruturação produtiva reposicionam e atribuem maior importância ao setor de serviços. No plano sociológico, em um primeiro instante, a ênfase no ramo deu-se no sentido de considerar o seu crescimento como um exemplo concreto da tese da “descentralização do trabalho” (Offe, 1985) para, a seguir, passada a euforia da ideia do “fim da sociedade do trabalho”, considerar as especificidades do terciário e as diferentes composições possíveis envolvendo o mundo do trabalho no setor (Sorj, 2000).

A tese do fim da centralidade do trabalho apoiou-se no fato do crescimento recente do setor de serviços. Com base nessa suposição,

Offe afirmou que não é mais possível falar de um único tipo de racionalidade organizando e regendo todo trabalho. No setor de serviços, conforme o autor argumenta, falta homogeneidade e normatização, estando parcialmente liberado de uma disciplina rígida e de controles de rendimento e produtividade.

Para os autores da linhagem de Offe, que investigam a chamada “crise da sociedade do trabalho”, a questão central do debate reside no fato de que a produção econômica de bens e serviços está crescendo, enquanto a capacidade de absorção do mercado de trabalho torna-se proporcionalmente reduzida. Ao mesmo tempo, afirma-se, o trabalho remunerado formal vem perdendo sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades e dos valores morais. Simultaneamente, os direitos garantidos pelo Estado de bem-estar social, que tinham por base uma sociedade de trabalhadores ativos e contribuintes, não podem ser efetivados.

No debate sobre o fato de as referidas transformações justificarem ou não a tese do fim da centralidade do trabalho, os críticos de Offe argumentam que o essencial é definir o que é trabalho. Considera-se que a categoria não pode ser designada como um conjunto de atividades específicas, sob pena de se esbarrar numa concepção substancialista. Ao contrário, esta deve ser pensada a partir das relações sociais, pois são essas que delimitam o que é ou não trabalho.

De acordo com a definição clássica de Marx (1998), o trabalho é uma relação metabólica dos homens com a natureza, que visa à reprodução material da existência, e nesse nível ontológico conceitual, não existe sociedade sem trabalho.

Conforme Lessa (2002), a crise do trabalho não é ontológica. O problema da centralidade está relacionado a uma forma laborativa particular – o assalariamento –, inventada pela modernidade. O trabalho como mercadoria é um modo específico, criado pelo capitalismo, e não diz respeito ao seu significado ontológico e antropológico.

Tanto da parte dos defensores da tese do fim da centralidade do trabalho como da perspectiva dos seus críticos, o debate, que tomou como referência o crescimento do setor de serviços, teve como coro-

lário o reconhecimento das especificidades do trabalho nessa esfera.

Apesar de autores, tais como Braverman (1987), entenderem que o setor de serviços em nada difere da indústria, porque a introdução de novas tecnologias faz com que venha a ter as mesmas normas de rotinização, fragmentação, assalariamento e desqualificação do trabalho, o setor de serviços possui particularidades que merecem atenção especial, com relação ao padrão de empresa e de trabalho.

Almeida (2005, p. 50) considera que, se o terciário não é em tudo distinto da indústria, guarda uma série de peculiaridades:

1) a produção de bens diversificados está na essência da relação de serviço; 2) participação ativa do cliente na prestação do serviço; 3) adaptação e respostas rápidas às necessidades dos clientes; 4) a organização é variável e dinâmica; 5) a organização de serviço exige recursos humanos com capacidades personalizadas (de iniciativa, de adaptação a circunstâncias, definição e organização do próprio trabalho) numa lógica de “coprodução” com o cliente.

Conforme o autor, a “lógica do serviço” tem se estendido, dando origem à “transversalidade do conceito de serviço a um número crescente de atividades de trabalho” (Almeida, 2005, p. 62).

Em sentido semelhante, Nunes (2009, p. 14) considera que, em oposição à frieza burocrática das organizações da produção, nos serviços “a lógica da ‘soberania do cliente’ torna-se modelar”, exigindo, de trabalhadores e empresários, uma “competência” envolvendo habilidades, sobretudo, relacionais.

Sorj (2000) considera que a ampliação do setor é um dos traços das mudanças mais recentes no mundo do trabalho. A autora reconhece no terciário uma série de especificidades decorrentes do contato direto entre servidor e cliente, quando características como aparência, idade, educação, gênero e raça influenciam a relação. Conforme Zarifian (2001), nesse setor, mais do que em qualquer outro, espera-se um trabalhador com iniciativa, conhecimento prático, capacidade comunicativa na relação intersubjetiva com os colegas e clientes e outras competências sociais.

De acordo com Harvey (1992), a necessidade de acelerar o tempo de giro no consumo, a partir da década de 1970, aumentou o emprego no setor de serviços, quando o capital tornou mais efêmeros os processos de trabalho, ideias, estilos de vida, produtos e práticas estabelecidas. Na visão do autor, isso acentua a lógica de uma “sociedade do descarte”, de coisas e relações transitórias. Características essas que vão ao encontro, essencialmente, dos traços que compõem os produtos e relações de serviços.

A partir dessa discussão, faz-se importante considerar tanto as relações produtivas de modo geral como as particularidades que envolvem o setor de serviços. Assim, se o capitalismo é o mesmo, também é verdade que assume diferentes configurações, dependendo, entre outros, do setor da economia ao qual se refere.

A REDE QUE COMPÕE O TERCIÁRIO DA REPARAÇÃO: OFICINAS MECÂNICAS, AUTOPEÇAS, CONCESSIONÁRIAS E MONTADORAS

Desde as primeiras décadas do século XX, a indústria automotiva busca determinar de que maneira devem ser efetuados os reparos do seu produto. No caso norte-americano, as montadoras referiam-se ao chamado “*problem of service*” (Borg, 2007), que dizia respeito às dificuldades de controlar a qualidade dos serviços de manutenção e reparação executados nos automóveis das suas respectivas marcas.

Essa também foi uma preocupação das montadoras no Brasil. A reparação de veículos tem estado no foco das fábricas e concessionárias, de modo que as empresas assumem que a fidelização do cliente à marca passa pela prestação de bons serviços de pós-venda. Busca-se, assim, “a valorização da marca na mente do cliente” (Costa, 2001, p. 121).

A relação das montadoras com as oficinas mecânicas tem estado no foco das instituições representativas e entidades interessadas na indústria da reparação. Com o propósito de entender melhor essa relação a Central de Inteligência Automotiva (CINAU) desenvolveu o índice de Recomendação da Oficina (RO).

As pesquisas do índice de RO informam que o mercado independente da reparação gera impacto nas vendas das montadoras, posto que a maioria dos clientes frequenta as oficinas independentes¹. A pesquisa afirma, ainda, que a preferência do dono do carro pela “oficina de confiança” “gera naturalmente uma influência do profissional da reparação sobre o proprietário do veículo em todos os assuntos relativos à manutenção do carro, [...] essas são forças atuantes no nosso mercado e que influenciam o desempenho comercial das montadoras”, bem como o valor da revenda do carro usado². Com o índice de RO elevado, as montadoras “ganham importantíssimos aliados em milhares de oficinas independentes em todo o Brasil, compondo um verdadeiro exército de vendedores destes produtos”³.

Algumas companhias envolvem-se mais com as oficinas independentes do que outras, ofertando, por exemplo: cadernos de dicas técnicas⁴; portal de atendimento direcionado para venda de peças e assistência⁵; palestras e visitas à fábrica⁶; acesso a vídeos com orientação de treinamento⁷; distribuição de revistas etc.

Nesses canais de contato, a montadora vincula informativos sobre os automóveis e dicas técnicas, mas, mais do que isso, atrela certa imagem do “reparador” desejado, como observa-se, por exemplo, na revista *Notícias da Oficina* (da Volkswagen), distribuída gratuitamente, na qual publicam-se artigos que destacam a importância de

¹ Fonte: *JOB*, mar. 2012.

² Fonte: *JOB*, fev. 2012.

³ Fonte: *JOB*, mar. 2012.

⁴ Um exemplo é o caso do caderno Dica Fiat no *Jornal Oficina Brasil*. Esse caderno disponibiliza detalhes dos veículos e dicas técnicas de como consertá-los. A Fiat também desenvolveu um portal na internet exclusivamente para as oficinas: o *Reparador Fiat*. Disponível em: <www.reparadorfiat.com.br>. Acesso em: maio 2015.

⁵ A BMW, por exemplo, tem o chamado portal Parceiros na Qualidade, direcionado para oficinas, no qual a concessionária responde a questões referentes às peças e serviços. Fonte: *JOB*, Jul. 2011.

⁶ Um grupo de mecânicos, por exemplo, participou do Ciclo 2011 das palestras “Reparador Top”, realizado pela Fiat, e ganhou uma visita de dois dias à linha de produção de Betim (MG). Fonte: *JOB*, maio 2012.

⁷ Para exemplos desses vídeos, consultar TV Notícias da Oficina, da Volkswagen. Disponível em: <<http://www.noticiasdaoficina.com.br/v2/videos/>>. Acesso em: maio 2015.

adaptar a oficina e os conhecimentos aos novos tempos⁸.

De maneira mais ou menos efetiva, as montadoras têm mantido ao longo dos anos um canal de comunicação com os mecânicos. Nesse percurso, ao mesmo tempo que fornecem informações técnicas, ensaiam formas de regulação da atividade, determinando o que os mecânicos devem saber, as ferramentas e equipamentos de diagnóstico que precisam adquirir e de que forma têm de proceder na manutenção e reparação em suas respectivas marcas de automóveis.

No que tange à relação com as oficinas concessionárias, as montadoras demandam que essas adaptem métodos da organização científica do trabalho⁹. Contudo, a racionalização das oficinas tem se mostrado um projeto muito mais difícil do que a racionalização das fábricas.

Com o objetivo de qualificar e padronizar o mercado de pós-venda, parte das montadoras criou a figura do “cliente oculto”, que geralmente é um engenheiro mecânico da fábrica que leva um carro com determinados problemas para checar se os procedimentos dos mecânicos estão adequados. Caso a oficina recomende serviços desnecessários, a concessionária é multada e recebe pontos negativos, que a rebaixam no ranking das autorizadas da marca, o que significa receber menos da montadora pelo serviço da garantia e o risco de perda da concessão:

A fábrica tem fiscais que passam sem avisar dentro da concessionária para ver se estão sendo cumpridas aquelas regras estabelecidas de manutenção. Se está de acordo com a segurança... As quatro grandes, Fiat, Volkswagen, Chevrolet e Ford, estas quatro lutam para conquistar posição e nunca vão deixar um carro delas sair mal. Então há todo um critério a ser observado. Desde a administração até a mecânica (gerente executivo, Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos – Sincodiv-RS, 2011).

⁸ Cf. Revista da Volkswagen *Notícias da Oficina*, jan. 2011.

⁹ Em algumas concessionárias, com o objetivo de padronizar os procedimentos de reparação, as montadoras fornecem materiais e vídeos exemplificando como devem ser feitos os reparos. A ideia é que qualquer mecânico, mesmo sem experiência, tenha condições de efetuar o serviço (considerações com base no relato do proprietário de uma oficina autorizada terceirizada, 2011).

Embora a atuação das montadoras dirijam-se sobretudo às oficinas concessionárias, o setor independente também tem figurado nas suas políticas de pós-venda, a partir da constatação de que os clientes procuram essas oficinas de qualquer maneira.

No setor da reparação há uma forte rivalidade entre oficinas independentes e concessionárias. As disputas, que contêm fortes elementos simbólicos, expressam-se especialmente como batalha entre competências: “E quando eles [as concessionárias] levam na oficina independente porque eles não conseguiram consertar? Mas eles não vão dizer isso” (presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios – Sindirepa-RS, 2011).

Com o propósito de afirmar que a oficina concessionária tem uma posição favorável em termos de qualidade, considera-se o fato de que elas têm acesso a dicas de serviços encaminhadas pela fábrica, bem como a um canal de comunicação gratuito (um número 0800), *chat* na internet e contato permanente com engenheiros fabris.

A garantia estendida tem sido uma das estratégias das concessionárias para atrair o cliente. Esse tipo de política tem gerado discussões no sentido de interpelar as montadoras para que estabeleçam convênios com oficinas paralelas, de modo que essas possam fazer a reparação dos automóveis no período da garantia¹⁰, permitindo aos clientes escolher, a seu critério, a qual oficina levar o carro.

Com o propósito de avaliar a qualidade dos serviços autorizados, as montadoras criaram o Índice de Satisfação do Cliente (ISC). A partir desse índice, se “a concessionária baixa no *ranking*, o valor que a fábrica paga pela hora vai sendo menor” (T.G., 2010)¹¹, exceto quando se trata de *recall*. Nesse último caso, a montadora assume a responsabilidade.

¹⁰ A esse respeito, as entidades do setor reportam que, em 2007, na Europa, teve início um movimento chamado *Right to Repair*, que culminou, em alguns países, em leis que permitem ao consumidor escolher aonde levar o veículo para fazer a revisão, mesmo no período da garantia. Assim, as oficinas independentes podem fazer manutenção em veículos que ainda estão com a garantia da montadora. Fonte: *Informativo Sincopeças-RS*, Porto Alegre, ago. 2010.

¹¹ Ao longo deste artigo serão indicadas entre parênteses as iniciais dos nomes dos mecânicos e das oficinas.

Outro braço fundamental que compõe a rede dos serviços de reparação automotiva é o setor de autopeças. Neste, o aspecto fundamental diz respeito ao uso das peças originais e/ou “piratas”. Associam-se às originais a geração de emprego e o cuidado com o meio ambiente, e às pirateadas e paralelas, a baixa qualidade, o descaso em relação às questões ambientais e, inclusive, o furto de automóveis: “Comercialização de peças automotivas ilegais: maior motivador de furto e roubo de veículos” (**JOB**, maio 2012, p. 28).

No setor, o Grupo de Manutenção Automotiva (GMA)¹² tem buscado trabalhar junto ao Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) na tentativa de coibir a pirataria por meio do estímulo à compra das peças reconhecidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO). Em campanha vinculada à mídia, o coordenador do GMA¹³ afirma que a “pirata” é uma peça de baixo custo que não atende a nenhuma especificação, comprometendo a segurança do motorista. A peça sofre um desgaste prematuro e provoca efeito em cascata, prejudicando outras partes do veículo. Ele argumenta que a pirataria reduz empregos, e faz o seguinte apelo: “Amigo comerciante e amigo mecânico, não façam parte dessa rede criminosa que coloca em risco a segurança das pessoas. Não comercialize nem aplique peças piratas. Ajude a salvar vidas oferecendo apenas peças de reposição com qualidade e procedência comprovadas” (coordenador, GMA, 2012)¹⁴.

As montadoras e as fábricas de autopeças têm investido em campanhas pelo uso das peças genuínas e originais. No Rio Grande do Sul, o Sindicato do Comércio Varejista de Veículos e de Peças e Acessórios para Veículos (Sincopeças-RS) lidera uma intensa campanha contra peças pirateadas e prestadores de serviços clandestinos. Na cidade de Porto Alegre, a entidade tem apelado aos órgãos de segurança pelo

¹² O GMA é um fórum de discussão sobre a cadeia de reposição automotiva criado em 1995 por entidades do *aftermarket*.

¹³ Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=L5Sz2ibOCgk>>. Acesso em: maio 2015.

¹⁴ Vídeo disponível em: <<http://www.carro100.com.br/index.php/imprensa/videos>>. Acesso em: maio 2015.

controle da prática do comércio de peças e serviços clandestinos que acontecem na conhecida Avenida da Azenha. De acordo com sindicato patronal da reposição, na Azenha, um grupo aborda clientes oferecendo produtos de procedência indefinida, sem garantia nem documentos fiscais. Trabalhadores apresentam-se como funcionários das lojas, sem o serem efetivamente, e fazem os consertos na rua¹⁵.

Conforme o artigo 179 do Código de Trânsito Brasileiro, “fazer ou deixar que se faça reparo em veículos em via pública” resulta em multa ao motorista e na remoção do veículo. A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) de Porto Alegre fixou placas alertando sobre a proibição de consertos na rua; a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC) e a Brigada Militar têm fiscalizado a prática e, em caso de flagrante, as ferramentas do trabalhador são retidas.

Conforme observação direta (Porto Alegre, janeiro, 2011), apesar das proibições, os trabalhadores continuam ofertando esses serviços. Eles andam com uma caixa de ferramentas de um lado para outro e vestem um jaleco de identificação (“Auto Falcão”, por exemplo), oferecendo serviços rápidos e troca de peças. Em conversa com alguns deles, afirmaram que eram funcionários das lojas ou apenas “autônomos”.

Na Avenida da Azenha vendem-se e fazem-se todos os serviços nos automóveis. Há muitas oficinas, lojas de autopeças, pneus e acessórios, uma do lado da outra. O diferencial do lugar, que atrai muitos clientes, é que ali as lojas oferecem “serviços de colocação” das peças compradas, algumas delas mais baratas porque são oriundas do mercado paralelo.

No setor, além do combate à pirataria, têm sido intensificadas as campanhas em favor das trocas de peças (em vez do conserto) e da manutenção preventiva. Sob a coordenação do GMA, a campanha nacional denominada “Carro 100%”¹⁶, tem recebido apoio do *JOB*,

¹⁵ Fonte: *Informativo Sincopeças-RS*, ago. 2010.

¹⁶ Consultar *website* oficial da campanha: <<http://www.carro100.com.br/>>. Acesso em: maio 2015.

do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), do Ministério das Cidades¹⁷, entre outros.

O argumento da campanha a favor da manutenção preventiva afirma que a prevenção garante a segurança no trânsito, a economia de combustível, redução dos custos com reparos emergenciais, diminuição de emissões de poluentes e aumento do preço de revenda¹⁸. A campanha busca mudar o foco do corretivo para o preventivo. Conforme estudo do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Ambiental (GIPA), grupo internacional de consultoria na área do pós-venda, a manutenção preventiva não é um hábito do brasileiro: 75% dos proprietários de veículos levam o carro para reparação somente quando ocorrem falhas, e o índice de manutenção preventiva cai ainda mais com o aumento da idade do veículo¹⁹.

O GMA, no âmbito da campanha Carro 100%, estabeleceu um convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) com a finalidade de oferecer treinamento sobre o assunto para mecânicos em todo o Brasil²⁰, posto que esses profissionais são considerados os principais responsáveis por convencer os clientes da importância da manutenção preventiva.

Os coordenadores da campanha e as entidades da cadeia de reposição automotiva têm trabalhado junto a parlamentares pela aprovação da lei da inspeção veicular nacional²¹, seguindo o exemplo de São Paulo (SP), onde a legislação está em vigor desde janeiro de 2010. A Resolução nº 84 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) – artigo 104 do Código de Trânsito Brasileiro, conforme Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – prevê a implantação da Inspeção Técnica Veicular no país. Contudo, a regulamentação ainda não foi implementada. Em 2001 houve outra tentativa de legislação referente à inspeção, com a

¹⁷ Fonte: Documento oficial da campanha institucional. *Inspeção Técnica Veicular. Carro 100%*, 2011.

¹⁸ Fonte: *Informativo Sincopesas-RS*, ago. 2010.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.gipa.eu/home.html>>. Acesso em: fev. 2011.

²⁰ Fonte: *JOB*, ago. 2011.

²¹ A inspeção veicular é prevista no Código Brasileiro de Trânsito desde 1997 e um projeto de lei está tramitando para transformar a inspeção em lei.

apresentação à Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 5.979, de 18 de dezembro de 2001, que ainda aguarda o parecer do Congresso.

Todo o debate envolvendo a questão da pirataria de autopeças e da manutenção preventiva coloca em relevo a dinâmica do segmento de serviços de reparação automotiva e, ainda, indica a interdependência entre os diferentes setores da economia quando se tem em vista uma abordagem em termos de cadeia.

O TRABALHO NO CONTEXTO DAS NOVAS DINÂMICAS ASSOCIADAS AOS SERVIÇOS E COMÉRCIO NO ÂMBITO DA OFICINA

Apesar da campanha pela manutenção preventiva e das imposições referentes à troca das peças, quando os valores são altos, muitos dos mecânicos independentes procuram, se possível, proceder ao conserto de peças e componentes. Na concessionária, contudo, não existe a possibilidade de negociar conserto: “Tem o interesse da revenda em vender peça. Ele olha pra tua peça e ‘Ah, não, essa aqui tem que ir nova’” (G.G., 2011). A justificativa para isso, no argumento dos concessionários, é a segurança do cliente: “À menor falha de uma peça, a revenda troca ela, bota uma nova, coisa que às vezes os caras reaproveitam, mas reaproveitam e pode te matar” (gerente executivo do Sincodiv-RS, 2011). Na concessionária, conforme um dos mecânicos, “lá tudo troca, nada se conserta... Às vezes até tu consegue consertar, mas não pode” (N.S., 2011). E, afirma-se, isso é “vantagem tanto pra concessionária quanto pro técnico hoje em dia” (W.J., 2011), especialmente quando o último recebe comissão na venda das peças. Sobre essa dinâmica, um dos proprietários de oficina autorizada que presta serviço para concessionária considera que:

A fábrica não nos permite fazer reparo. Tem que trocar a peça inteira. Porque o reparo leva mais tempo, tem mais custo e o resultado às vezes não é bom... O fornecedor da peça pra fábrica é que vai pagar. Paga a mão de obra, paga o frete e ele ainda tem uma multa contratual se o índice de de-

feito for muito alto. Se for muito alto, ele é descredenciado. Então pra montadora é muito mais conveniente ela trocar a peça e vir pro fornecedor do que mandar reparar (proprietário de oficina terceirizada, 2011).

O relato a seguir explica parte do funcionamento do mercado de autopeças e, ao mesmo tempo, revela aspectos importantes acerca das diferenças entre os chamados mecânicos “trocadores de peça” e os “mecânicos com vício” (o vício de consertar):

Tem muito mecânico de concessionária que não vai procurar o defeito, ele não vai perder tempo pra procurar o defeito, ele vai trocar... pro patrão, o interessante pra ele é que tu troque as três peças e dê o lucro pra ele. Pros mecânicos, profissionais que a gente é, não, a gente quer descobrir o defeito... eu tenho que achar o defeito pra mim poder trocar a peça... Eu tenho colegas, que vai acontecer sempre, que troca as três, porque ele tá ganhando comissão e é uma forma de ganhar dinheiro. Eu já não penso tanto em ganhar dinheiro porque eu já aprendi a trabalhar dessa forma, de achar o defeito e corrigir (J.S., 2011).

Apesar da tendência de crescimento da lógica comercial, as oficinas independentes ainda recuperam peças, barateando, assim, o custo do serviço. A independente é mais flexível, e torna-se possível proceder aos reparos quando as peças não são blindadas, o que hoje em dia é exceção – “Na época do carburado tu consertava mais que trocava as peças, hoje tu não consegue arrumar” (P.S., 2011). Ainda assim, em algumas oficinas há o setor de retífica e tornearia, utilizado para manufatura e recuperação de peças. Em determinadas situações fica-se com a peça desgastada e repara-se para vender a outros clientes como recondicionada.

O estudo do setor de serviços demonstra que este não é independente de outros eixos da cadeia automotiva, a exemplo da sua vinculação com a indústria de autopeças. Além disso, a dinâmica do terciário da reparação indica que o setor é mediado, basicamente, pela mesma lógica de rendimento, eficiência e produtividade que serve de base para os demais setores.

A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS

O mercado da reparação tem passado por um momento de reestruturação, que envolve a incorporação da eletrônica aos automóveis e ferramentas e a demanda por uma outra formação dos trabalhadores.

No que tange às mudanças tecnológicas, o momento é de maior complexidade referente aos conhecimentos. Sobre a questão, indica-se:

Naquele tempo o cara tinha que ser bom de ouvido para ser mecânico. Porque para regular ele não tinha o que tem hoje. Hoje tu bota lá o computador, bota o *notebook* ali, aciona o motor e dá tudo certo. Naquele tempo não, naquele tempo o cara tinha que ouvir o motor... Hoje não precisa, hoje tem os aparelhos (L.M., 2011).

Aponta-se o componente mais intelectualizado e abstrato que passou a constituir a ocupação: “Tu aprende mais com a cabeça do que com a própria mão... tu não abre a parte eletrônica pra consertar, tu tem que saber fazer a leitura dela pra saber se ela tá com defeito, e a leitura tu vai fazendo através de literatura e aparelho de medição” (J.S., 2011). Ainda sobre o tema, considera-se: “Tem aumentado mais não é nem o esforço físico, mas o mental. Quanto mais o carro incorpora elétrica e eletrônica, o sistema de injeção eletrônica, os defeitos aumentam e a nossa capacidade de pensamento tem que aumentar” (A.B., 2011).

Frente ao processo de reestruturação do setor, entidades influentes se mobilizam para que a atividade se renove em termos de *status*, seja mais reconhecida e respeitada. Para tanto, considera-se fundamental um processo de mudança da “linguagem de oficina”, quer dizer, no jargão das gírias e apelidos que os mecânicos costumam utilizar, bem como na aparência “rude” que tem marcado a categoria, o que requer um processo de reclassificação:

É a “batatinha do óleo”, é o “cebolão da temperatura”, isso tem que acabar. Batatinha, cebolão, isso tá virando uma salada. A questão é que o nome da peça é interruptor do óleo, sensor da temperatura, vocês têm que mudar o vocabulário!

Eu passo a ideia para os alunos de mudar não só o vocabulário, mas também a imagem. Imagina um cara de boné – nada contra, mas – brinquinho na orelha, de bermuda, de chinelo de dedo, às vezes sem uma camiseta ou um guarda-pó diferenciando quem na oficina é cliente e quem é funcionário, não precisa ter um crachá, mas pelo menos quando eu entro no ambiente eu sei quem é que trabalha naquele estabelecimento. Então eu canso de dizer, às vezes eu vou nas oficinas ou até no curso, mandem fazer um uniformezinho.... fazer cartão de visita, panfleto, uma camiseta, um chaveiro (instrutor, ITEC, 2011)²².

Da mesma maneira que as instituições propõem outro sistema de classificação, aqueles que têm buscado intensificar o empresariamento da atividade incluem no processo a importância de uma outra forma de relação entre empregados e empregadores. Supõe-se que, de modo a se comportarem como empresários, os donos de oficina devem estabelecer uma relação mais objetiva com os funcionários. Cabe aqui citar o trabalho de conclusão do curso de Administração apresentado pela filha do proprietário de uma das oficinas, no qual ela afirma que a oficina da família enfrenta os seguintes problemas com os mecânicos:

- o grau de mobilização dos colaboradores, pois estes possuem um bom relacionamento com os sócios, já que muitos estão na empresa a [sic] mais de 10 anos. Porém este relacionamento, às vezes, se confunde com os interesses da empresa, tornando alguns colaboradores menos mobilizados e mais acomodados com a situação;
- a autonomia dos colaboradores, pois os atuais proprietários e gerentes da empresa não possuem poder de liderança sobre os colaboradores, fazendo com que estes tenham um poder de decisão muito maior do que deveriam ter e em alguns casos desrespeitando ordens dos superiores (Schoerndie, 2009, p. 63-64).

²² O Instituto Profissionalizante Automotivo de Porto Alegre (ITEC), fundado em 1987, é uma das mais importantes escolas de cursos profissionalizantes de Porto Alegre.

Supõe-se, assim, que os “colaboradores” devem ser tratados de forma estritamente contratual, o que não passa pelas relações de camaradagem entre patrões e empregados, mas simplesmente por hierarquias contratuais.

Integra esse pacote de mudanças a ideia de que é preciso uma nova imagem do mecânico, um rosto mais moderno, de modo a mostrar que “hoje [mecânico] não é simplesmente um graxeiro, hoje é profissional” (mecânico instrutor, proprietário de escola de treinamento, 2011).

A representação do “novo rosto” do mecânico busca traduzir o momento de reestruturação do setor, que passa pela “higienização” das aparências (andar limpo, barbeado, uniformizado etc.) e das práticas (evitar pirataria, por exemplo). Trata-se de um período de maior racionalização de um eixo da cadeia automotiva que, até recentemente, quando comparado com as demais instâncias do complexo automobilístico, esteve pouco submetido à instrumentalização de resultados.

A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE OS SETORES NO CASO DOS SERVIÇOS AUTOMOTIVOS

O fato de a decisão referente à peça de reposição estar, principalmente, nas mãos dos mecânicos coloca-os no centro das atenções das fabricantes de autopeças e lojistas no mercado de reposição. A cadeia de autopeças – que começa na produção, ramifica-se para os distribuidores e lojas de autopeças e chega à oficina independente e ao consumidor final – identifica no mecânico um dos elos decisivos no momento da escolha da marca.

Apesar do papel do cliente na decisão de onde comprar as peças, uma pesquisa recente revelou que, efetivamente, quem decide sobre a compra são os mecânicos²³. A CINAU analisa, desde 2008, o que chama de Índice Gerador de Demanda (IGD)²⁴. Para a entidade, o me-

²³ Pesquisa realizada pela CINAU. A entidade pertence ao Grupo Germinal, responsável pela publicação do *JOB*.

²⁴ O IGD é a síntese do comportamento da demanda de serviços. Quanto mais elevado o IGD, maior a demanda de serviços na oficina. Fonte: *JOB*, set. 2011.

cânico é o maior gerador de demanda de peças e é quem forma opinião entre os clientes quando o assunto é marca. A pesquisa conclui que as oficinas dominam o segmento e são a linha de frente do mercado independente de reposição²⁵.

Todavia, a pulverização dos estabelecimentos e a autonomia dos reparadores tornam difícil o controle do que se passa no cotidiano da oficina, seja pelas montadoras, pelos fabricantes de autopeças ou pelo varejo, entre outros agentes. A fragilidade do controle externo contribui para uma maior independência das oficinas, o que interfere diretamente no cotidiano de trabalho, viabilizando, por exemplo, a prática do conserto de peças e componentes do veículo.

De fato, atualmente a grande maioria das peças é blindada e praticamente descartável, o que impede a negociação com o cliente sobre a possibilidade de conserto. Essas peças não foram confeccionadas para ser reparadas. Os sistemas tipo “*black boxing*” (Dant, 2002) não podem ser abertos para conserto. Além disso, “tais fatores ocorrem em um contexto no qual o preço do trabalho de reparação torna-se relativamente elevado quando comparado com o custo de fabricação das peças de reposição” (Dant, 2002, p. 3, tradução nossa). Algumas vezes o reparo é possível, mas frequentemente é mais barato e conveniente trocar a peça, o que vai ao encontro das aspirações da indústria. O estilo do “*throwaway society*” (Dant, 2002, p. 4) condena as coisas/mercadorias a desaparecerem cada vez mais rapidamente. Embora esse modelo coloque a troca no lugar do conserto, no caso do automóvel a tendência precisa ser relativizada:

Entre os objetos mundanos da nossa cultura material contemporânea [...] o automóvel está entre os objetos que continuam sendo regularmente e rotineiramente reparados [...] dificilmente é tratado como um item descartável [...] O trabalho de reparação continua ocorrendo em qualquer país onde há pessoas e carros (Dant, 2002, p. 4, tradução nossa).

No terciário da reparação automotiva, a participação ativa do

²⁵ Fonte: *JOB*, nov. 2011.

cliente faz com que os profissionais adaptem e deem respostas particulares aos diferentes casos (Almeida, 2005). Nos “serviços” fica difícil aos prestadores recusarem certas demandas, uma vez que há uma “co-produção (contratador e prestador intervêm) ajustada aos ‘problemas’ dos clientes” (Almeida, 2005).

Essas demandas passam pelo conserto das peças e, até mesmo, pelo uso das piratas, de modo a baratear o preço do serviço, especialmente quando se trata de clientes de baixa renda. Na oficina independente há mais chance de se negociarem os termos da reparação, como a extensão do tempo de vida das peças e mesmo a opção por aquelas do mercado de reposição paralelo.

Além disso, não raro os mecânicos preferem fazer o conserto, posto que esse, mais do que a troca, é concebido como objeto de orgulho e status entre eles. Considerado por alguns estudiosos um setor que ocupa uma posição ambígua entre a produção e o consumo (“*middle ground*”, em Borg, 2007), no qual os trabalhadores mantêm artefatos que eles nem criaram nem possuem, os serviços de manutenção e reparação são o *locus* onde se situam aqueles que salvaguardam o funcionamento dos nossos sistemas tecnológicos (os “*Homo fixer*”, em Borg, 2007). O processo de consertar pode ser o lugar em que parte da criação acontece: “Quando as coisas quebram, novas soluções podem ser inventadas [...] reparação e manutenção tornam-se não apenas secundárias e derivadas, mas fundamentais” (Graham; Thrift, 2007, p. 5, tradução nossa). Isso significa que a “manutenção e a reparação podem ser em si mesmas uma fonte vital de variação, improvisação e inovação. Reparação e manutenção não realizam uma exata restauração” (Graham; Thrift, 2007, p. 6, tradução nossa).

Entre os mecânicos existe uma cultura do conserto que tem sido combatida pelas montadoras. Como exemplo disso, verifica-se que elas evitam a contratação de mecânicos até mesmo nas fábricas:

[Os mecânicos] não se adaptam à política de qualidade que caracteriza o modo de produção industrial. Os egressos das oficinas estão habituados a uma criativa prática de “dar um jeito”, enquanto na indústria a manutenção de altos padrões

de qualidade exige um comportamento estereotipado, de mera repetição de movimentos predeterminados, com a recusa sumária de materiais defeituosos, mesmo que estes possam ser consertados (Kuenzer, 2011, p. 75)26.

O saber sobre o trabalho e a possibilidade de criação e decisão são mais restritos nas montadoras do que nas oficinas. Nas primeiras, dado o caráter automatizado da tarefa, os trabalhadores são impedidos de resolver determinadas questões. Quando há um problema com uma peça, eles não devem solucionar, mas simplesmente rejeitá-la.

Sobre este aspecto concentram-se muitas das queixas dos supervisores com relação a montadores que foram mecânicos de oficina; eles, que detêm saber sobre o veículo em sua totalidade, estão acostumados a usar a sua criatividade para resolver os problemas que aparecem, enquanto o processo industrial exige que eles não o façam, restringindo-se a apenas “executar as receitas” elaboradas pela Engenharia de Produção; os mecânicos experientes dificilmente se adaptam a este procedimento, levando os supervisores de trabalho de montagem a preferir treinar montadores, selecionados entre pessoas sem ou com pouco conhecimento e experiência anterior, que, por desconhecerem o trabalho, não estão aptos a decidir sobre ele e controlá-lo (Kuenzer, 2011, p. 94).

Os mecânicos, aos quais se refere a autora, mesmo que desempenhem uma tarefa parcial na montadora, “conhecem o veículo na sua totalidade, [...] controlam o saber sobre o processo de trabalho, o que lhes permite interferir, criar, discutir, não aceitar, propor modificações, e assim por diante” (Kuenzer, 2011, p. 94).

Diante da autonomia das oficinas, que decorre em grande parte de sua pulverização pelo espaço da cidade, os agentes relevantes no setor – tais como montadoras, fábricas de autopeças, entre outras

²⁶ A luta das montadoras contra os mecânicos remonta aos primórdios dessa indústria. Conforme Gounet (1999, p. 18), para implementar o fordismo, a “Ford choca-se com o antigo regime de trabalho. Nele, eram operários extremamente especializados, grandes mecânicos, que fabricavam artesanalmente os veículos quase de A a Z”.

– criam estratégias para promover uma maior concentração desses empreendimentos. Observa-se que a demanda pela inspeção veicular, analisada anteriormente, tem o potencial de funcionar como um meio de constituição de hierarquias e exclusões entre os estabelecimentos, pois nem todos têm condições de prestar esse serviço. A possibilidade de fechamento de pequenas oficinas é, até mesmo, um dos fatores que têm motivado alguns dos apoiadores do projeto de inspeção.

Apesar de considerar a relevância da dimensão do terciário ligado à reparação, Oliveira (1979) condena muitos desses estabelecimentos ao desaparecimento, em especial os que se configuram enquanto pequena empresa, como resultado do progresso das forças do capital, que não deixará “lugar para oficinas de conserto [...], onde a utilização da força de trabalho do próprio dono é mais um simulacro do seu túmulo que da acumulação de capital” (Oliveira, 1979, p. 155).

Embora essa previsão seja possível no universo do mercado, no atual momento coexiste um outro cenário que, ao contrário de eliminar os pequenos negócios, permite uma convivência em “rede” – embora em redes hierarquizadas – no contexto do capitalismo flexível. Se há um movimento de centralização das empresas, o que ocorre mesmo em sistemas de redes, essa concentração não significa o fim de todas as oficinas menores. Mas, de todo modo, pressiona em direção a uma associação subordinada às oficinas que dominam os conhecimentos e as tecnologias demandadas atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre o setor de serviços indicam a existência de características que lhe são próprias. Esse é o caso da proximidade com o cliente, da instabilidade da demanda, da imaterialidade de parte do produto, entre outras. Contudo, as especificidades do segmento não permitem afirmar que ele opera com uma lógica distinta da racionalidade instrumental que impera em outros ramos.

O setor de serviços está muito além da tendência comunitária, tal como se referia Gorz (2003). Logo, não se trata de um setor sem dis-

ciplinas rígidas e carente de produtividade, como previa Offe (1985). Nesse sentido, os serviços não produzem bens numa “lógica diferente”. O setor é gerador de mercadorias, assim como os demais, e não prescinde do trabalho para fazê-lo. Ao contrário, o trabalho é o elemento dinamizador que garantiu a curva ascendente do setor nos últimos anos.

No caso específico dos serviços automotivos, o processo de reconversão produtiva da indústria automobilística tem como corolário a reestruturação do segmento. As oficinas têm se tornado um ramo de negócio promissor. As transformações nos automóveis, nas ferramentas e na aparelhagem de reparo estão gerando novas demandas quanto aos conhecimentos dos trabalhadores, bem como uma maior capacidade de gestão da parte dos proprietários de oficina, que podem ou não ser mecânicos.

Com o crescimento da relevância econômica do pós-venda, que acompanha o aumento da frota de veículos²⁷, a posição estratégica dos mecânicos e das oficinas coloca-os na mira das montadoras, das concessionárias e dos fabricantes de autopeças que buscam sem sucesso controlar e regular a atividade devido às características de maior flexibilidade das oficinas, que escapam a uma ingerência rígida por parte de agentes externos.

Estas páginas revelaram as novas dinâmicas do setor de serviços em reparação automotiva e indicaram que o ramo guarda uma autonomia, não sendo completamente controlado e determinado pela indústria e pelo comércio. No espaço dos serviços automotivos encontra-se uma possibilidade de leitura e ação crítica, uma vez que a relativa liberdade de atuação dos mecânicos permite o desenvolvimento de práticas que contrariam as determinações do agente econômico privilegiado, como vem a ser o caso do conserto das peças, que se opõe à lógica industrial da obsolescência planejada.

Por razões como essas torna-se importante conhecer as particularidades que envolvem os serviços, apesar de se reafirmar a semelhança que guardam com outros setores dessa cadeia enquanto *locus* igualmente produtor de mercadorias e dinamizado pelo trabalho.

²⁷ Sobre o aumento da frota, cf. Ferreira (2013).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Pereira de. Serviço(s) e sociologia do trabalho. Que práticas? Que objetos? **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 47, 2005.
- BORG, Kevin. **Auto Mechanics**: Technology and Expertise in Twentieth-Century America. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- COSTA, Antônio José dos Santos. Perfil e comportamento do usuário de serviços automotivos em Poços de Caldas. **Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, jul./dez., 2001.
- DANT, Tim. **The Work of Repair**: Gesture, Emotion and Sensual Knowledge. Lancaster: Lancaster University, 2002.
- FERREIRA, Laura. S. **Processos de resistência e novos desenhos identitários**: o ofício do mecânico e a racionalização da indústria da reparação automotiva. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.
- GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRAHAM, Stephen; THRIFT, Nigel. Out of Order: Understanding Repair and Maintenance. **Theory, Culture & Society**. (SAGE, London, Los Angeles, New Delhi, and Singapore), v. 24, n. 3, 2007.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- KUENZER, Acácia. **Pedagogia da fábrica**. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2011.
- LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**. Trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 2 V.

MEIRELLES, Dimária Silva e. Características das firmas e dos setores de serviço, segundo o processo de trabalho. In: NEGRI, João Alberto de; KUBOTA, Luis Claudio. **Estrutura e dinâmicas do setor de serviços no Brasil**. Brasília: Ipea, 2006.

NUNES, Jordão Horta. Trabalho e identidade em ocupações subalternas. **XI Encontro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Trabalho**. Campinas: Unicamp, 2009.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. O terciário e a divisão social do trabalho. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 24, p.137-168, 1979.

SCHOERNARDIE, Caroline. **Análise da empresa familiar**: um estudo de caso. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdades Integradas São Judas Tadeu, Porto Alegre, 2009.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho. Mutações, encontros e desencontros. **RBCS**, v. 15, n. 43, jun. 2000.

ZARIFIAN, Philippe. Mutação dos sistemas produtivos e competências profissionais: a produção industrial de serviço. In: SALERNO, Mario (Org.). **Relações de serviço**. Produção e avaliação. São Paulo: Senac, 2001.

NOVAS E VELHAS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO NA INDÚSTRIA TÊXTIL

*Rodolfo Palazzo Dias**

Neste artigo iremos discutir alguns elementos empíricos da indústria têxtil, comparando o caso contemporâneo brasileiro com a análise da Revolução Industrial inglesa. O objetivo de tal comparação é refletir em perspectiva histórica os processos de mudança do mundo do trabalho.

Consideramos que o diálogo da disciplina de História com a Sociologia do Trabalho tem uma grande potencialidade analítica por colocar os elementos da transformação recente do mundo do trabalho em uma perspectiva de longa duração. Como Fernand Braudel afirma:

um aspecto da realidade social de que a história é, se não hábil vencedora, pelo menos bastante boa servidora: a *duração social*, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que são não só substância do passado, mas também a matéria da vida social atual (Braudel, 1990, p. 8-9, grifo nosso).

Observar os acontecimentos em perspectiva, examinar o “tempo dos acontecimentos”, é uma forma de prevenção diante do perigo de acreditarmos demasiadamente neles (Braudel, 1990, p. 34). Parti-

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: rodolfo.dias@gmail.com.

mos da hipótese de que dados históricos permitirão uma releitura dos acontecimentos presentes.

Para pensarmos historicamente, iniciamos com a apresentação de resultados de pesquisas empíricas sobre a indústria têxtil brasileira e, depois, comparamos com a análise sobre a revolução industrial feita por Eric Hobsbawm (2002).

Apresentamos alguns elementos contemporâneos da mudança do mundo do trabalho no Brasil para, ao compararmos com a análise de Hobsbawm, identificarmos tendências nesse processo. Não pretendemos neste capítulo estabelecer uma interpretação histórica, mas sim fazer uma defesa do ponto de vista histórico para as leituras do mundo do trabalho.

AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO

A sociologia do trabalho em geral e a sociologia do trabalho na América Latina em específico sofreram uma série de mudanças nas últimas décadas. Para interpretá-las, é possível identificar explicações tanto na realidade (ou seja, em seu objeto de estudo) como também razões internas à disciplina (ou seja, de disputas conceituais da própria academia sobre a melhor forma de interpretar essa nova realidade).

Embora seja impossível apresentar as mudanças da realidade totalmente separadas de suas interpretações, pretendemos neste tópico iniciar com os elementos mais concretos das mudanças do trabalho para, após isso, trabalhar com os conceitos e com as disputas dentro da disciplina.

Consideramos que a seguinte passagem de Bila Sorj consegue traduzir muitos dos elementos concretos das mudanças do trabalho enquanto atividade humana:

Por um lado, a tendência atual que encoraja os trabalhadores a perceberem a si mesmos como empreendedores e a tratar seus empregadores como clientes de seus serviços implica uma mudança radical na experiência do trabalho. Por outro, o aumento da flexibilidade e a precariedade do em-

prego, em lugar de diminuírem o peso do trabalho na vida das pessoas, difundiram a sua presença em inúmeras esferas da vida que, anteriormente, eram vistas como separadas do trabalho (Sorj, 2000, p. 32).

Esse trecho consegue sintetizar uma série de questões em relação à 1) materialidade da atividade do trabalho; 2) à organização desse trabalho; e 3) a elementos simbólicos dos próprios atores ao interpretar sua condição. Nessa sequência lógica, estamos diante de um sistema de trabalho intensificado e de menor estabilidade e regularidade; este trabalho passa a ser organizado de maneira mais maleável, adentrando esferas da vida social que antes não continham esse objetivo; disso deriva uma mudança da própria interpretação do papel do trabalhador, que é encarado como um “empreendedor”, e que assim passa a assumir responsabilidades sobre sua atividade que antes não possuía.

Essas mudanças seriam fruto das transformações do modelo produtivo fordista-taylorista, segundo Laís Abramo (1999). A autora destaca que “*as mudanças tecnológicas, organizacionais e na natureza do trabalho*” (Abramo, 1999, p. 18) se articulam ao longo das cadeias produtivas, produzindo transformações institucionais, de relações de gênero, de relações com a natureza, e produzindo novos espaços sociais que possibilitam formas novas de interação entre os atores produtivos.

O elemento teórico que Abramo destaca para compreender essa nova fase do trabalho é a noção de agência; ou seja, a importância da ação dos atores diante dessas novas condições produtivas atuais. E diante de tal problema, realiza um debate sobre a capacidade de algumas abordagens da sociologia do trabalho em desenvolver tal elemento. Segundo a autora, as perspectivas estruturalistas da década de 1950 e 1960 (primeira fase da sociologia do trabalho analisada por ela) teriam dificuldades em analisar essa capacidade de agência dos atores. Essa dificuldade não estaria tão presente na década de 1970 e 1980 (segunda fase), quando o problema central era o debate “ditadura x democracia”, na qual os sindicalistas e os movimentos de trabalhadores ganharam uma centralidade enquanto agentes

transformadores. Já na terceira fase da sociologia do trabalho latino-americana, da década de 1990, existiria: tanto uma abordagem mais econômica e técnica, que teria esse déficit na análise da agência; como também uma mais sociologizante, defendida pela autora, capaz de analisar essa dimensão.

Ou seja, para enfrentar os dilemas colocados pelas mudanças do sistema produtivo seria necessário um análise mais detida dos agentes do trabalho. Observamos aqui um espaço de debate no qual os autores da sociologia do trabalho estão disputando com outras possibilidades analíticas.

Abramo (1999) se defronta diretamente com uma análise mais economicista, proveniente das áreas mais técnicas das engenharias e que produziram o que a autora chama de “sociologia do *management*”. Já Sorj (2000) se opõe às teorias da própria sociologia do trabalho.

E nesse debate, Sorj (2000) é bastante clara: é necessário romper um “consenso ortodoxo” dentro da disciplina, que possuiria dois grandes defeitos: tratar a esfera econômica de maneira autônoma em relação às outras esferas da vida social; e eleger como arquétipo da sociedade do trabalho o “*trabalhador masculino em tempo integral na indústria*” (Sorj, 2000, p. 28).

O que se observa é uma abordagem sociológica do trabalho que busca elencar um número bastante grande de variáveis explicativas (não só econômicas, mas também políticas, simbólicas, de gênero etc.) enfatizando a dimensão do agente. Tal proposta gerou um ciclo fecundo de estudos empíricos, observando o trabalho em sua dimensão prática.

Mas a abordagem possuía uma grande limitação em produzir sínteses (Abramo, 1999, p. 14). Essa limitação é de ordem empírica e teórica: devido às grandes transformações do mundo do trabalho, a conjuntura exigia mais o entendimento do funcionamento dessa nova realidade (e assim uma série de estudos empíricos específicos) do que uma proposta para compreender essa realidade como um todo.

Já se passaram 15 anos desde a publicação do artigo de Abramo (1999). Atualmente, poderíamos pensar na produção de alguma

síntese acerca da realidade do mundo do trabalho contemporâneo? Com base nessa indagação, pretendemos uma revisão da bibliografia sobre indústria têxtil brasileira, traçando uma comparação com análises históricas da mesma indústria, pensando em possibilidades analíticas mais gerais.

A INDÚSTRIA TÊXTIL: UMA REFLEXÃO SOBRE OS ASPECTOS EMPÍRICOS DA GESTÃO INDUSTRIAL CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

O contexto econômico e político da mudança contemporânea do “trabalho” no Brasil é localizado temporalmente na década de 1990, especificamente no processo de implantação das políticas neoliberais. A aplicação de tais políticas no Brasil possui algumas especificidades importantes. Primeiro, foi um dos últimos países na América Latina a implantar tais diretrizes (Cruz, 1995). Segundo, a aplicação de tais diretrizes foi realizada de maneira unilateral nas políticas tarifárias. Ou seja, no processo de liberalização comercial e diminuição das tarifas alfandegárias, não houve nenhum tipo de diminuição recíproca por parte dos outros países (Batista, 2001). Tal política foi realizada diante dos problemas econômicos da época. Seguindo a doutrina econômica neoliberal, acreditava-se combater o fenômeno da hiperinflação através da intensificação da concorrência na economia brasileira¹.

O resultado dessa conjuntura política e econômica foi uma abertura abrupta do mercado brasileiro para a concorrência internacional, o que levou a uma série de falências e recessão econômica. Mas também levou a uma forte adaptação da estrutura econômica brasileira à essa concorrência internacional.

Foi nessa conjuntura de pressão econômica que a chamada “produção flexível” foi constituída no Brasil. Caracterizando essa nova forma de produção (em geral e no Brasil), Invernizzi (2000) destaca

¹ Como Anderson (1996) já pontuou, a aplicação das políticas neoliberais foram difundidas ao redor do mundo através da pressão, seja militar como no caso do Chile, seja econômica como no caso do Brasil e de outros países da América do Sul, que também sofreram o impacto da hiperinflação.

4 dimensões importantes. 1) A dimensão tecnológica, que no Brasil não teve um grande investimento. Embora isso variasse bastante dependendo do setor (a autora destaca o grande avanço da indústria petroquímica), o índice de investimento em bens de capital permanece baixo no período, em especial no setor que estamos estudando, o têxtil. 2) A dimensão do método organizacional, no qual a gestão celular e outros métodos mais abrangentes de organização do trabalho passam a ser adotados (também presente no Brasil, inclusive no setor têxtil estudado por nossa bibliografia). 3) A dimensão da gestão de recursos humanos, com a chamada “gestão participativa”. 4) A externalização da produção, na qual se observa a predominância da subcontratação.

Mas o problema que desejamos levantar é: o que existe de novo nessa nova forma de organização do trabalho? Qual o significado dessa “gestão participativa”, supostamente oposta à forma autoritária de gestar os trabalhadores? Acreditamos que só podemos observar isso através das análises empíricas do mundo do trabalho; no nosso caso na indústria têxtil.

Tal indústria é bastante complexa, envolvendo fases de produção mais mecanizadas e fases que necessitam de utilização mais intensa de mão de obra. Temos tanto a fase que envolve a tecelagem, a produção do tecido, até a parte da costura e a produção da peça.

O trabalho de Luiz Saraiva e Vera Provinciali (2002) trata da tecelagem e mostra que, apesar das transformações tecnológicas do último século, tal produção no Brasil ainda segue sob uma lógica taylorista. E o conceito de alienação (no sentido tanto de isolamento do trabalhador em relação aos outros como também da separação entre o produtor e o produto) continua útil para pensar tal realidade. Inclusive, ao final do artigo, os autores reivindicam uma alteração desse sistema de trabalho, já que este permaneceria muito próximo ao praticado no início do século XX.

Já na bibliografia que analisamos sobre costura (atividade mais dependente da mão de obra), pudemos observar uma ênfase maior na mudança contemporânea do regime de trabalho. A terceirização ocupou um lugar chave na explicação de tais trabalhos empíricos,

pois esta foi a opção adotada pelas empresas sobreviventes ao choque do neoliberalismo no Brasil. Angela Araújo e Elaine Amorim (2001) desenvolvem mais detalhadamente o conceito de terceirização e como esta possui diferenças dependendo da etapa do processo de produção da peça. Nas etapas anteriores à costura é verificado um maior desenvolvimento tecnológico, além de uma terceirização menos recorrente. Mas, na atividade propriamente da costura, são observados processos mais intensos, não só de terceirização, mas também de precarização do trabalho (ou melhor, um tipo de terceirização mais precarizadora).

A pesquisa de Melissa Coimbra e Maria Soledad Etcheverry Orchard (2014) relatam tal situação precarizada em Jaraguá do Sul (SC), importante polo têxtil do sul do Brasil. Ressaltam a intensificação das jornadas (Coimbra; Orchard, 2014, p. 12), expandidas para o trabalho doméstico, realizado na região. Destacando a insalubridade decorrente da mistura do ambiente doméstico com o trabalho, assim como o fato de a responsabilidade pelo maquinário ser das trabalhadoras (Coimbra; Orchard, 2014, p. 8). Inclusive, desenvolvem como a condição de gênero (pois trata-se, principalmente, de mulheres) coloca o problema da concorrência do trabalho doméstico com o trabalho da costura no tempo das trabalhadoras, o que precariza ainda mais a situação das mesmas.

O caso de Campinas foi analisado por Araújo e Amorim (2001), que também encontraram dilemas semelhantes aos identificados por Coimbra e Orchard (os problemas relacionados ao trabalho doméstico e à subcontratação), e levantam mais um dilema relacionado ao gênero. Segundo as autoras, existem elementos socializadores relacionados ao gênero da mulher que favorecem a atividade produtiva têxtil; em especial, a costura. Mas tais elementos não são reconhecidos pelos empregadores como qualificação profissional (existe até uma naturalização de tais atributos), o que leva a um rebaixamento hierárquico e salarial das mulheres na atividade.

Na revisão bibliográfica que Araújo e Amorim (2001) realizaram também foram analisados outros casos (Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro), nos quais (apesar da diversidade de acontecimentos

encontrados), também foi observado um avanço da precarização da situação das trabalhadoras, seja com o avanço do trabalho domiciliar, seja através da expansão produtiva para regiões em que a mão de obra se encontrava barata e desorganizada.

Retomando o problema que colocamos anteriormente, o que tais trabalhos empíricos apresentam em relação ao mundo do trabalho é justamente a situação precarizada (intensificada pelo fator gênero) presente na indústria têxtil após a década de 1990 no Brasil.

Tal situação remete às características do processo contemporâneo de organização do trabalho? Ou melhor, tal situação pode ser explicada pela transição de um modelo fordista-taylorista para um modelo de “produção flexível”?

Bem, primeiramente tal transição pode ser questionada no setor da tecelagem. Mas mesmo na costura (no qual identificamos essa transição), qual o *sentido* dessas mudanças? A forma de organização do trabalho nas fábricas, estudada por Araújo e Amorim (2001), é caracterizada como uma mistura do modelo taylorista com os novos modelos de gestão. Um exemplo de empresa relatado pelas autoras torna mais clara essa mistura:

Na empresa “V”, especializada na produção de camisas masculinas, foi introduzido um novo sistema de gestão da produção baseado no trabalho em equipes. O conteúdo das tarefas não sofreu alteração, mas o trabalho tornou-se mais eficiente e controlado, através da adoção do cronômetro como instrumento de controle do tempo de produção e de uma política de envolvimento e de transferência de responsabilidades às trabalhadoras. O novo sistema consistiu na divisão da principal fase do processo produtivo, a costura, em nove times e na introdução de carrinhos que controlavam o fluxo da produção ao se dirigirem de um time para outro a cada meia hora (Araújo; Amorim, 2001, p. 291).

Percebemos que a novidade na atual configuração é uma marcação mais intensa do tempo de produção, assim como uma transferência de responsabilidades para as trabalhadoras. O que a princípio aparece

como “gestão participativa”, em oposição a uma gestão autoritária, se mostra, na realidade do trabalho dessas mulheres, como a responsabilização destas pela organização do trabalho. E, diga-se de passagem, organização não remunerada. Pois, como fica claro na entrevista feita por Araújo e Amorim (2001, p. 302), para os patrões não interessa se as empregadas se reuniram para discutir o processo de produção, o que interessa são as cotas estipuladas para o final do turno.

Segundo Araújo e Amorim (2001, p. 301), é nesse sentido que ocorre o sistema de organização do trabalho por células. As trabalhadoras são divididas por grupos, definidos para certas atividades, e recebem certas cotas de produção. Nesse sistema, quem exerce a vigilância no trabalho não é somente a supervisão, mas também os colegas de trabalho que estão sob a mesma exigência.

Essa é a chamada nova forma de gestão encontrada no sistema de trabalho têxtil no Brasil. Mas até que ponto essa forma de organização do trabalho é nova?

O PAPEL DA INDÚSTRIA TÊXTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: COMENTÁRIOS DE ERIC HOBSBAWM SOBRE A INDÚSTRIA TÊXTIL INGLESA

O exemplo da indústria têxtil é ímpar em uma reflexão histórica por ter sido um setor econômico central no processo de formação do capitalismo. Chamamos a atenção para a importância do papel que este teve na Revolução Industrial na Inglaterra. Faremos, nesse tópico, alguns destaques que relacionem esse processo histórico com o caso brasileiro.

A importância do setor têxtil na Revolução Industrial está bem destacada na obra clássica de Eric Hobsbawm (2002) *A era das revoluções*. O primeiro elemento a enfatizar para entender essa importância é a justificativa do historiador inglês para o uso do termo “revolução” para o período. A expansão extremamente acelerada da economia inglesa gerou uma situação em que a própria expansão engendrava o sustentáculo para o futuro crescimento. A demanda passou a ser gerada pelo próprio crescimento, “libertando” o poder produtivo das limi-

tações demográficas impostas às sociedades anteriores; gerando o que se conhece na literatura econômica como “crescimento autossustentável” (Hobsbawm, 2002, p. 50).

Essa alteração produziria mais do que um aumento quantitativo dos recursos econômicos; formou uma situação inteiramente nova na história da humanidade. Hobsbawm (2002, p. 52) compara a importância de tal processo com o surgimento da agricultura e das cidades.

Percebe-se que, apesar de “criar a própria demanda” ser uma das características dessa sociedade industrial, essa não era a característica inicial da indústria têxtil no período. A demanda por tecidos já era uma característica do mercado internacional, e o crescimento inglês no setor dependeu diretamente da política colonial (o grande concorrente nesse setor era a Índia) e comercial (a compra da matéria-prima norte-americana e do comércio de escravos). A agressividade internacional do Estado Inglês foi uma variável bastante destacada por Hobsbawm na explicação do sucesso de tal setor.

Portanto, as condições pré-Revolução Industrial foram bastante favoráveis para o setor têxtil algodoeiro. Mas não era uma facilidade que estimulava o setor a permanecer estacionado. Sobre isso, Hobsbawm destaca a diferença entre a produção algodoeira e a produção de linho; mesmo o último encontrando uma situação bastante favorável no comércio colonial, este encontrava uma facilidade muito grande para se desenvolver em um sistema produtivo doméstico camponês. Essa facilidade teria estacionado o setor do linho nas formas mais tradicionais de produção (Hobsbawm, 2002, p. 61-62).

Já o avanço do setor algodoeiro demandou uma transformação dos processos produtivos:

Até mesmo na indústria algodoeira, processos do tipo tecelagem eram expandidos pela criação de multidões de teares manuais domésticos para servir aos núcleos de fiações mecanizados, e o primitivo tear manual era um dispositivo mais eficiente que a roca. Em toda parte a tecelagem foi mecanizada uma geração após a fiação, e em toda parte, incidentalmente os teares manuais foram morrendo vaga-

rosamente, ocasionalmente se rebelando contra seu terrível destino, quando a indústria não necessitava mais deles (Hobsbawm, 2002, p. 62).

A expansão inicial do setor conseguiu aproveitar-se da estrutura econômico-social pré-industrial, e também deu saltos qualitativos na medida em que a mecanização da produção avançava. Esses saltos eram possíveis no setor algodoeiro pois este demandava um maquinário barato que poderia ser instalado em partes, e oferecendo um retorno do investimento quase imediato (Hobsbawm, 2002, p. 61).

Portanto, a grande característica da revolução industrial não teria sido o surgimento de um sistema produtivo altamente desenvolvido tecnologicamente. Tal argumento é estabelecido por Hobsbawm quando trata do exemplo da cervejaria Guinness; esta indústria marcou um grande avanço tecnológico e mecânico na produção em sua área, mas seu surgimento não produziu uma alteração concreta na cidade de Dublin, nem na economia irlandesa (Hobsbawm, 2002, p. 63).

A principal característica da revolução industrial teria sido a indústria têxtil inglesa, demandando: capital simples e com alta taxa de retorno (gerando o sistema fabril em larga escala, coisa que não era sistematicamente desenvolvida nos outros setores); uma mão de obra cada vez mais numerosa e diferenciada dos sistemas produtivos anteriores; e toda uma logística e outras atividades econômicas auxiliares; que transformou o cenário das cidades inglesas do interior e permitiu a ascensão da economia inglesa (pelo menos teve um papel muito importante nisso).

É possível afirmar que, na análise de Hobsbawm, o setor algodoeiro ocupa um local chave na revolução industrial porque era um setor bastante viável tanto no sistema produtivo pré-industrial como também no industrial. Por funcionar nos dois contextos e seus retornos serem muito grandes (possibilitando o acúmulo de capital para investimento em outros setores), a sua dinâmica foi um elemento central no desenvolvimento da revolução industrial.

Assim sendo, observar a dinâmica do trabalho no setor têxtil algodoeiro na Inglaterra do período significa observar a série de inovações ocorridas no sistema produtivo da revolução industrial; e também

significa observar as transformações do trabalho nesse processo. Sobre essas transformações, gostaríamos de chamar a atenção para dois elementos importantes: a saída do trabalho doméstico camponês para a construção do sistema fabril; e as formas de adaptar a mão de obra camponesa à dinâmica da fábrica.

Sobre o primeiro elemento, já observamos que existia uma expansão de teares manuais de uso doméstico no avanço inicial da indústria têxtil. Mas o desenvolvimento desta indústria enfrentou desafios nesse avanço. Um deles, bastante relevante para o nosso debate, foi a tendência à diminuição da taxa de lucro (Hobsbawm, 2002, p. 66). E segundo o historiador inglês, existiam mecanismos que aliviaram essa queda de lucros no período. O principal custo que possuía possibilidade de compressão eram os salários (Hobsbawm, 2002, p. 68) que, seja através da diminuição do número de trabalhadores, seja pela substituição dos mais qualificados, ou ainda pela mecanização da produção, foram a solução para essa dificuldade econômica.

O que se observou foi uma forte pressão pela mecanização no setor, e a condição de baixo investimento em maquinário com alta rentabilidade proporcionou um desenvolvimento muito intenso do sistema fabril. Nas palavras de Hobsbawm (2002, p. 63): “*Em 1830, a ‘indústria’ e a ‘fábrica’ ainda significavam quase que exclusivamente as áreas algodoeiras do Reino Unido*”.

É interessante comparar esse processo com os acontecimentos do setor têxtil brasileiro durante a década de 1990, porque é possível identificar elementos que apontam em um *sentido* inverso no caso contemporâneo. Enquanto na Revolução Industrial os dilemas do setor têxtil (reversão da queda das taxas de lucro) tiveram como resposta a mecanização e o desenvolvimento do sistema fabril (com a consequente desmontagem do sistema produtivo doméstico, pelo menos no setor algodoeiro); no Brasil, os dilemas do setor (sobrevivência devido à concorrência com o setor externo) teve como resposta a desmontagem de parte do sistema fabril e o avanço do sistema de trabalho doméstico.

Já sobre o segundo elemento que desejamos ressaltar, a adaptação da mão de obra inglesa para o sistema fabril, Hobsbawm destaca

tal problema como tão intenso como conseguir um número de trabalhadores suficiente para a fábrica. O problema quantitativo da mão de obra foi solucionado com os movimentos migratórios do campo para a cidade decorrentes do progresso agrícola e do “movimento das cercas”, com os seus efeitos sociais perversos (Hobsbawm, 2002, p. 78).

Mas apenas possuir um número determinado de trabalhadores não era suficiente; ainda era necessário imbuir nessa população uma capacidade de trabalho regular ininterrupto (ritmo de trabalho totalmente diverso do campo), além de insuflar nessa população o hábito de responder a incentivos monetários.

A resposta econômica para essas necessidades foi um código legal que multava e punia os trabalhadores; o pagamento de salários no limite da sobrevivência (pressionando materialmente pela realização de jornadas de trabalhos extremamente intensas); o emprego de mulheres e crianças (mais “dóceis” e baratos); e a subcontratação.

Sobre o emprego de mulheres e crianças, a comparação com nossa realidade ganha importância para evidenciar que as estratificações diversas (seja de gênero, etnia, idade, entre outras), desde muito antigamente, vêm sendo utilizadas como mecanismos de exploração. Entre 1834 e 1847, apenas 1/4 de todos os trabalhadores dos engenhos de algodão ingleses eram homens adultos; mais da metade eram compostos por mulheres e meninas, e o restante por rapazes de menos de 18 anos (embora nesse período tenha declinado bastante o emprego de trabalhadores com menos de 13 anos) (Hobsbawm, 2002, p. 80). E, como o historiador inglês destaca, não só em maior número, mas as mulheres também eram menos remuneradas que os homens (situação de gênero comparável² à verificada pelos trabalhos empíricos contemporâneos da indústria têxtil no Brasil).

Sobre a subcontratação, Hobsbawm (2002, p. 80) coloca:

Outra maneira comum de assegurar a disciplina da mão de obra, que refletia o processo fragmentário e em pequena esca-

² Seria interessante um estudo mais aprofundado sobre trabalho infantil; e também sobre as hierarquias de gênero na Revolução Industrial, tentando verificar possíveis semelhanças e diferenças com o período contemporâneo.

la da industrialização nessa fase inicial, era o subcontrato ou a prática de fazer dos trabalhadores qualificados os verdadeiros empregadores de auxiliares sem experiência. Na indústria algodoeira, por exemplo, cerca de 2/3 dos rapazes e 1/3 das meninas estavam assim ‘sob o emprego direto de trabalhadores’ e eram portanto mais vigiados, e fora das fábricas propriamente ditas tais acordos eram ainda mais comuns.

É interessante como Hobsbawm caracteriza a subcontratação como: um dos elementos de adestramento da população ainda não inserida dentro do sistema industrial; como prática econômica de um período industrial inicial e fragmentado; e menos presente dentro das organizações fabris mais desenvolvidas.

Esse elemento também pode ser colocado em paralelo com as transformações recentes da indústria têxtil brasileira. Araújo e Amorim (2001) descrevem as novas empresas subcontratadas, muitas vezes criadas por trabalhadoras, em um sistema de autovigilância, anunciadas como a inovação da organização por células. Em que medida tais exemplos se aproximam das organizações têxteis mais primárias da Revolução Industrial inglesa?

Com isso não estamos querendo dizer que nossa situação está se tornando igual à da Revolução Industrial inglesa. Quando fazemos uma comparação, é necessário que os objetos comparados possuam diferenças (não tem sentido comparar objetos exatamente iguais). Por isso, destacamos que são países diferentes, em períodos históricos diferentes, enfrentando processos de transformação das forças produtivas e das relações de produção completamente diferentes.

Mas, consideramos plausível a comparação; embora existam diferenças, também existem semelhanças. Consideramos útil analiticamente observar determinadas características dos dois processos em paralelo. A grande utilidade analítica de tal comparação é observarmos o *sentido* das transformações históricas contemporâneas.

Comparando a análise histórica de Hobsbawm, da formação do capitalismo, e percebendo o afastamento sistemático do trabalho doméstico, da subcontratação, e de uma superexploração; o retorno desses elementos para o mundo do trabalho apontam em um *senti-*

do inverso em relação ao desenvolvimento econômico passado? Uma forma de regressão econômica?

DILEMAS E HIPÓTESE DE PESQUISAS FUTURAS

Mantemos a hipótese acima em forma de pergunta porque é necessário, para sustentar uma afirmação desse tipo, muita análise sociológica e histórica. O objetivo do trabalho foi mais o de apresentar uma proposta analítica do que definir um argumento. E essa proposta deve ser lida diante de algumas ressalvas.

Primeiramente, devemos ter o cuidado com a possibilidade de a ideia de “sentido histórico” produzir uma análise determinista e, em casos mais graves, uma análise evolucionista. Consideramos que buscar um sentido na história não significa necessariamente cair no argumento da inevitabilidade, do fatalismo histórico. O marxismo é frequentemente acusado de determinista por defender a transição de uma sociedade capitalista para uma comunista. Mas tal acusação só seria válida caso o conceito de comunismo fosse suficientemente preciso para tornar o processo histórico que o produziria suficientemente claro (se não verificado essa precisão, a defesa do comunismo não é determinismo, mas sim uma posição política).

Consideramos que esta precisão não está presente nos historiadores marxistas ingleses. Embora encontremos grande diversidade dentro da historiografia marxista inglesa após a década de 1960 (e as fragmentações que ocorreram no Partido Comunista da Grã-Bretanha), percebemos uma efervescência intelectual na época, divergente da Terceira Internacional, que produziu resultados historiográficos bastante críticos à ortodoxia.

Defendemos neste artigo um contato com esses historiadores marxistas ingleses (e outros), que contribuiria: com análises de períodos históricos anteriores (o conteúdo propriamente historiográfico); e também com uma concepção adequada de “período histórico”, o que permitiria uma compreensão do *sentido* histórico de maneira não determinista. Ou seja, uma compreensão de *sentido* que seja aberta o suficiente para incorporar informações históricas (sejam antigas, se-

jam contemporâneas) que, ou não estivessem previstas pela categoria, ou até que estejam em contradição com a própria categoria³.

Tal abordagem também colaboraria, com a necessidade que Sorj (2000) aponta, para romper a compreensão do trabalho em uma perspectiva estritamente econômica. A análise de Eric Hobsbawm (não só da Revolução Industrial mas também dos vários outros processos que ocorreram entre 1780 e 1850) é um grande exemplo de mobilização de variáveis geográficas, demográficas, econômicas, políticas e militares, todas em interação, para a explicação dos processos históricos. Ao mobilizar tais variáveis para a compreensão do passado, esses historiadores nos estimulam a mobilizar tais variáveis no presente (pois, para a realização da comparação, devemos seguir parâmetros analíticos semelhantes).

Por último, a perspectiva histórica também colaboraria com a dificuldade que a Sociologia do Trabalho possui em produzir sínteses, como identificado por Abramo (1999). Quando tentamos identificar um sentido, ou tendências históricas, colocamos a série de fenômenos de um período sob uma mesma problemática, permitindo uma visão mais interativa entre tais fenômenos.

Nossa hipótese é oposta ao *mainstream* contemporâneo (sociologia do *management*), que afirma o caráter moderno e inovador das novas formas de organização do trabalho. Tentamos lançar uma visão de que, apesar de termos um forte desenvolvimento tecnológico nos últimos anos, estamos diante de formas muito arcaicas da organização do trabalho nas recentes mudanças do capitalismo. Contrastar com a visão de moderno, evidenciando os aspectos antiquados, opressores, e menos eficientes produtivamente, foi um dos objetivos da hipótese formulada no artigo.

Esta hipótese, presente em nossa proposta analítica, aponta para elementos importantes que precisam ser avançados em pesquisas futuras. Primeiro, é necessário uma formulação teórica precisa sobre

³ Quem colaboraria muito com esse debate é Edward P. Thompson (2001). Outra concepção útil nesse sentido é a já citada “Longa duração” de Braudel (1990). Os dois historiadores mencionados produzem um debate sobre o conceito de “modelo”, de sua utilidade e de seus limites na análise histórica.

“período histórico”; segundo, a sociologia precisa fazer uma revisão histórica sobre a Revolução Industrial, não só na Inglaterra, mas também em outros países; terceiro, é necessário estudos sobre indústria têxtil no Brasil à luz desses elementos históricos, com o intuito de identificar um *sentido* nos processos de transformação; quarto, uma comparação da indústria têxtil com outras indústrias também é necessária para afirmar esse *sentido* como representante de toda uma dinâmica macroeconômica, e não como presente apenas em um setor.

Abramo (1999, p. 14) destacou a dificuldade contemporânea da sociologia do trabalho em produzir sínteses por causa das mudanças de paradigmas que estavam ocorrendo no momento. Fazer uma caracterização da contemporaneidade enquanto período histórico é uma forma de produzir essa síntese. As correntes teóricas criticadas pela autora (as abordagens do trabalho mais ligadas às engenharias), apesar de não terem um estudo historiográfico sistemático, tem uma visão da história contemporânea (de avanço, progresso, modernizante, eficiente).

Argumentamos que é necessário gerar uma visão histórica diferente. Abramo defende a sociologização e a politização (democracia) dos debates sobre o mundo do trabalho. O que defendemos em nosso artigo é a historicização dos debates do mundo do trabalho, ou seja: a mobilização do ferramental teórico-metodológico da história; e dos resultados das pesquisas históricas para fins comparativos, em especial dos historiadores marxistas ingleses. Consideramos que tal prática irá colaborar com uma compreensão mais adequada do *sentido* das mudanças contemporâneas do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Desafios atuais da sociologia do trabalho na América Latina: Algumas hipóteses para a discussão. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **Los retos teóricos de los estudios de trabajo hacia el siglo XXI**. Buenos Aires, 1999. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101102025132/3_abramo.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, Campinas, 2001.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Consulta Popular. 2001.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença. 1990.

COIMBRA, Melissa Gabriela Lopes Barcellos; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. **As trabalhadoras da indústria têxtil-vestuarista de Jaraguá do Sul – SC**: conflitos étnicos e a precarização do trabalho. Trabalho apresentado no III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. 2014.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. **Trajetórias**: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: Unesp, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

INVERZZINI, Noela. **Qualificação e novas formas de controle da força de trabalho no processo de reestruturação da indústria brasileira**: tendências no últimos vinte anos. Trabalho apresentado na ANPED. 2000.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; PROVINCIALI, Vera Lúcia Novaes. Desdobramentos do taylorismo no setor têxtil: um caso, várias reflexões. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo. 2002.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **RBCS**, v. 15, n. 43, jun. 2000.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros escritos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

NO CHAINS

UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DIGNO SURGIDA NO INTERIOR DO PRECARIZADO MUNDO LABORAL

*Sabina Estayno**

“La vida es nada, si la libertad se pierde.”

MANUEL BELGRANO

A proposta do presente artigo é fazer uma análise de parte da realidade que atinge o mundo do trabalho atual.

Começaremos considerando algumas categorias centrais do mundo do trabalho e sua correspondência com as tendências econômicas que criaram os principais delineamentos que marcaram o destino dos trabalhadores. Para exemplificar os resultados de tais políticas, mostraremos dois casos de setores produtivos diferentes. O caso da fábrica Foxconn na China, a maior fábrica de produtos eletrônicos do mundo que tem como cliente principal uma das empresas mais importantes do momento, a Apple. Foi a partir da leitura do livro *Morir por um iPhone* que tive a inquietude de incluir o exemplo no artigo. Tanto os relatos dos próprios trabalhadores quanto os detalhes de todo o processo produtivo descrito pelos pesquisadores me mobilizaram para compreender aquela realidade. O segundo exemplo é um caso da indústria têxtil, setor conhecido pelos abusos

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: sabiestayno@gmail.com.

de exploração de mão de obra no sudeste asiático, bem como na América Latina.

A segunda parte do artigo descreve um tipo de experiência cooperativa que nasceu da integração de duas iniciativas em partes bem distantes do mundo: Bangcoc (Tailândia) e Buenos Aires (Argentina). Sua característica saliente é a de constituir uma proposta que faz da autogestão uma alternativa para afrontar os abusos e a exploração do homem pelo homem em reação ao *precariado*¹.

A PRECARIIDADE LABORAL

Para abordar a problemática da precariedade laboral começaremos por lembrar dois modelos de Estado que se colocam em jogo na cena política. Por um lado o modelo de Bem-Estar social, que procura uma ampliação dos direitos dos cidadãos incluindo a maioria da população sob o acolhimento do Estado. Por outro lado o modelo neoliberal no qual a intervenção estatal é restringida ao mínimo possível, assegurando assim os direitos para a menor parte da população, enquanto a maioria fica excluída destas garantias. Possibilitado pelas múltiplas interrupções do regime democrático, esse último modelo expandiu-se pela América Latina através de um processo de progressiva desarticulação daquelas instituições estatais identificadas como obstáculos ao desenvolvimento voraz do mercado (Williamson, 2003).

A flexibilização das leis trabalhistas representou uma perda nos direitos adquiridos por parte dos trabalhadores ao redor do mundo. Na América Latina esse processo ganha maior expressividade a partir do final da década de 1980 e, sobretudo, ao longo da década de 1990. Esses direitos dos trabalhadores foram produto da organização popular ficando plasmados em leis, principalmente em meados do século XX, e foram o principal alvo de desregulamentações neste período. Isto devido a que, desde a perspectiva do capital, tais direitos significavam um obstáculo à progressiva diminuição de custos de produção.

¹ No presente artigo nos referiremos ao precariado no sentido expressado por Standing (2014), no livro *O precariado, a nova classe perigosa*.

A hegemonia financeira na região ao longo dos anos 1990 resultou em uma redistribuição de receita que favoreceu os setores econômicos mais concentrados. Esta primazia foi operada perante a transferência de recursos públicos ao setor privado (por meio da privatização de empresas estatais) assim como por meio da redução da capacidade de apropriação de recursos por parte da classe trabalhadora (através da desregulação das leis trabalhistas e do ajuste do investimento público). A instalação do modelo neoliberal em toda a região só foi possível pelo disciplinamento social após anos de ditadura militar, com o objetivo de inibir qualquer tentativa de participação social que prejudicasse a livre ação do mercado. Este foi acompanhado por pressões para enfraquecer a posição de poder dos sindicatos, construindo uma estigmatização social daqueles trabalhadores que tinham participação política. A flexibilização laboral se constrói no marco de uma campanha antipolítica, com a intenção de evitar a articulação solidária de trabalhadores para encontrar respostas aos problemas coletivos (Williamson, 2003).

A flexibilização foi um fenômeno global caracterizado na literatura como: “acumulação flexível”; “Ideário Japonês” ou “flexibilização do mercado de trabalho”. Um aspecto central deste é a descentralização produtiva, operada principalmente a partir do deslocamento de plantas industriais à procura de níveis rebaixados de remuneração da força de trabalho. Os pensadores neoliberais, mentores desta política econômica, consideravam que o mundo devia ser cada vez mais aberto e flexível para investimentos, já que os grandes capitais fluiriam para onde as condições fossem mais receptivas. A flexibilização garantiria o aumento do lucro dos investidores capitalistas, já que permitiria diminuir os custos trabalhistas, como também uma maior flexibilidade no vínculo empregatício, a possibilidade de alterar os níveis de emprego sem custo e a redução da segurança e da proteção do emprego, entre outras medidas desfavoráveis aos trabalhadores.

O número de trabalhadores flexibilizados foi aumentando com a expansão da agenda neoliberal, e as condições de trabalho, em consequência, se precarizaram cada vez mais. Os mais afetados pelas mudanças introduzidas na década de 1990 ficaram desempregados

e os que ainda tinham emprego o tinham em condições de informalidade, sem nenhum direito garantido, ou na forma de trabalhos temporários sem visões sobre o que iriam fazer no futuro próximo (Standing, 2014).

São notáveis os retrocessos nos níveis de segurança no trabalho que a flexibilização provocou. Muitos direitos que tinham sido alcançados por meio da luta que reivindicava um trabalho digno foram destruídos. As relações laborais foram se recrudescendo cada vez mais, com exigências cada vez mais altas para os trabalhadores num mercado de trabalho desequilibrado pelo referido processo de desregulação e pelas condições cada vez mais desfavoráveis que impedem qualquer tipo de ação dos trabalhadores (Pochmann, 2010).

A abertura do mercado e as possibilidades de investimento em qualquer parte do mundo trouxeram vantagens para os investidores de capitais, para os quais um cenário paradisíaco abriu-se, com a possibilidade de escolher o local do mundo que oferecesse mais vantagens para as empresas (Klein, 2009).

OS RESULTADOS DA PRECARIIDADE

O horror anunciado

No livro *O precariado, a nova classe perigosa*, Standing (2014) nos traz o exemplo dos assalariados precarizados do Japão. O modelo altamente paternalista que prevaleceu até o início dos anos 1980 deixou assentadas as bases dos “deveres” dos trabalhadores. Naquele momento, as companhias no Japão tornaram-se uma família fictícia, o empregador “adotava” o empregado e esperava em troca a subserviência, o dever filial e décadas de trabalho intenso. O resultado foi uma cultura de horas extras de serviço e grandes sacrifícios. Posteriormente, muitos desses trabalhadores assalariados foram e ainda são substituídos por trabalhadores mais jovens e por mulheres sem nenhuma garantia de vínculo empregatício equivalente ao dos homens. O trabalho precário foi se ampliando. As condições cada vez mais desfavoráveis provocaram graves consequências na sociedade.

A falta de direitos e a impossibilidade de vislumbrar e concretizar uma melhoria, ou de sequer serem ouvidos, geraram desânimo e angústia nas pessoas cujo impacto manifestou-se através de um alarmante número de doenças sociais e suicídios. O caminho do desespero ainda é percorrido trinta anos depois pelos jovens trabalhadores e é expresso, de forma contundente, no aterrador caso dos suicídios ocorridos na fábrica da Foxconn. Tal como expresso na introdução, este caso será considerado no presente artigo para exemplificar os resultados da aplicação destas medidas política sobre o mundo do trabalho (Ngai; Chan; Selden, 2014).

No livro *Morir por um iPhone*, Ngai, Chan e Selden (2014) relatam a história deste processo na China. Argumentam que pelo fim dos anos 1980 a economia rural chinesa viu-se afetada na medida que o Estado priorizava uma política industrial orientada à exportação e ao desenvolvimento da vida urbana. A adesão da China à Organização Mundial de Comércio (OMC) em 2001 trouxe maiores desvantagens para os camponeses que sofreram o impacto das colheitas subsidiadas a preços baixos importadas do exterior. As dificuldades na vida do campo obrigaram aos trabalhadores rurais a se transferirem às cidades à procura de empregos (Ngai; Chan; Selden, 2014).

A referida instauração do modelo neoliberal, com seus discursos e ações em prol de uma sociedade despolitizada e desarticulada, estabeleceu no imaginário social a valorização das estratégias individuais sobre as coletivas. Nesse contexto, podemos observar como foram se instalando alguns slogans nos próprios locais de trabalho, criados sob o imaginário do sonho americano (o *American dream*). Neste sentido, resulta ilustrativo que no primeiro dia de trabalho na Foxconn são entregues aos ingressantes apostilas que contém relatos históricos de vida de empresários como Bill Gates e Steve Jobs, emblemáticos desta perspectiva: “Corre atrás dos teus sonhos mais desejados, busca uma vida magnífica. Na Foxconn podes expandir teu conhecimento e obter experiência. Teus sonhos voam daqui até o amanhã”² (Apostila do

² “Persigue tus sueños más preciados, alcanza una vida magnífica. En Foxconn puedes expandir tu conocimiento y acumular experiencia. Tus sueños vuelan desde aquí hacia el mañana”.

funcionário da empresa Foxconn apud Ngai; Chan; Selden, 2014, p. 27, tradução nossa).

Segundo os mesmos autores, a fábrica multinacional taiwanesa Foxconn é a maior empresa contratante do mundo. Os abusos cometidos pela grande fábrica que emprega 900 mil pessoas se tornaram conhecidos no mundo no ano 2010 a partir de uma onda de suicídios que aconteceu dentro do parque industrial. A grande maioria dos contratados pela empresa é composta de migrantes vindos das áreas rurais para as cidades, jovens que procuram pela primeira vez emprego no mercado de trabalho por baixíssimos salários. A jornada de trabalho é árdua e extensa, os novos trabalhadores são assediados por trabalhar lentamente, submetendo-se a ritmos apressados de trabalho que permitem manter um alto padrão de produção.

Não só o assédio provoca a angústia dos trabalhadores. A solidão também os ameaça por serem eles parte de uma enorme massa de pessoas trabalhando sem conseguir estabelecer um relacionamento com colegas. Isto se explica pelo disciplinamento, pelo controle extremo, pela alta rotatividade do pessoal e pela impossibilidade de pedir ajuda a um referente superior dentro da fábrica por medo de repreensões. Os trabalhadores moram dentro da fábrica, os supervisores trocam os turnos de trabalho e os quartos para o descanso com a intenção de evitar os laços de amizade entre os trabalhadores. Essas são algumas das condições que sofriam os dezoito trabalhadores da Foxconn que, no ano de 2010, decidiram acabar com suas vidas jogando-se pelas janelas de seus quartos.

Após a onda de suicídios, a companhia anunciou aumentos de salários e implementou testes psicológicos para os ingressantes, que são obrigados a assinar um compromisso de não suicídio. Adicionalmente, as janelas foram fechadas para evitar novos “incidentes”.

As histórias que os trabalhadores vivenciam no interior dos muros da fábrica parecem não concordar com a realidade que a empresa verifica frente ao mundo dos negócios. No ano 2008 a crise financeira global atingiu a economia mundial. A Apple, principal cliente da Foxconn, não sentiu os efeitos daquele momento estremecedor.

Seu mercado não deixou de se expandir, seus ganhos continuaram aumentando. Em 2013 os lucros da Apple atingiram 170.900 milhões de dólares, número 9,2% superior ao verificado no ano anterior (USA, 2013), chegando a ser naquele momento a empresa mais valiosa do mundo.

Além dos baixos custos de sua força de trabalho, outra condição que permite à Foxconn ser competitiva no mercado é a velocidade com a qual se compromete a entregar os trabalhos solicitados. Para reter e continuar respondendo às exigências tanto do cliente mais importante, a Apple, quanto de outras companhias, o CEO (*Chief Executive Officer*) da empresa criou um sistema produtivo que os permite adaptar à volatilidade do mercado. Este sistema se baseia na flexibilidade, e compõe-se de ciclos produtivos cada vez mais curtos e que apresentam flutuações sazonais e inesperadas, de acordo com a demanda global de consumo de bens eletrônicos. Para ilustrar este ponto os autores trazem o exemplo do processo de mudança no vidro do iPhone:

Quando o CEO da Apple Steve Jobs decidiu modificar a tela para fortalecer o vidro do iPhone quatro semanas antes do prazo combinado para seu lançamento, em junho de 2007, tiveram que ser ajustados os processos de montagem e acelerar os tempos de produção no complexo de Longhua, em Shenzhen. Naturalmente, o código de segurança do trabalho e as regulamentações do trabalho para os contratantes da Apple, além das leis trabalhistas da China que limitavam o uso do tempo de horas extras, foram deixados de lado³ (Ngai; Chan; Selden, 2014, p. 67, tradução nossa).

A pressão é vivida em todos os níveis dentro das grandes firmas, mas se traduz imediatamente sobre os próprios trabalhadores, acele-

³ “Cuando el CEO de Apple Steve Jobs decidió remodelar La pantalla para fortalecer el vidrio del iPhone cuatro semanas antes del plazo fijado para que este a la venta en los comercios, en junio de 2007, se tuvo que ajustar el proceso de ensamblado y acelerar los tiempos de producción en el complejo de Longhua, en Shenzhen. Naturalmente, el código de seguridad laboral y las regulaciones del trabajo para los contratistas de Apple, además de todas las leyes laborales de China que limitaban el uso de tiempo extra de trabajo, fueron dejadas de lado.”

rando o processo produtivo, prolongando a jornada de trabalho e asse-diando os trabalhadores para atingir a meta a qualquer custo.

O custo real das grandes marcas

O mundo do trabalho têxtil é um dos mais castigados na hora em que se pensa nos direitos e no respeito à subjetividade dos trabalhadores. A partir do momento em que as grandes marcas de roupas decidem centrar a atenção no desenvolvimento da imagem e do nome da firma, desfazem-se das fábricas que manufaturam seus próprios produtos. A criação da marca tem um custo extremamente alto e para recuperá-lo é preciso destinar uma parte ínfima da receita para cobrir os outros gastos de matérias primas, fabricação, gastos fixos etc. No livro *Não Logo, o poder das marcas*, de Naomi Klein (2009), podemos perceber através da sua detalhada análise a mudança que as grandes empresas começam a experimentar com respeito às suas prioridades.

A autora introduz uma divisão ao interior do mundo do trabalho entre os chamados *trabalhadores virtuais* e *não virtuais*. Segundo Klein (2009), os primeiros são aqueles que desempenham funções diretamente relacionadas com o desenvolvimento da marca, agrupando-se na segunda categoria os funcionários restantes. O referido processo deixa numa posição precária este último grupo que envolve os operários e os artesãos. Uma afirmação do Hector Liang, ex-presidente de United Biscuit, mostra qual é a preocupação que toma primazia a partir daquele momento, “As máquinas se desgastam. Os automóveis se deterioram. As pessoas morrem. Mas as marcas permanecem”⁴ (Klein, 2009, p. 238, tradução nossa).

A autora relata que a indústria têxtil é um setor fortemente denunciado por abusos de exploração de mão de obra barata e por efetuar contratações e subcontratações até os limites do salário de subsistência. Muitas grandes e exitosas marcas de roupa perseguem o exemplo da contratação a baixo custo em países que garantam o livre comércio. Klein (2009) denuncia algumas das zonas de livre comércio onde es-

⁴ “Las máquinas se desgastan. Los automóviles se estropean. Las personas mueren. Pero las marcas permanecen.”

tas empresas enviam os pedidos para a fabricação dos seus produtos, sendo que algumas das áreas do mundo mais castigadas por estas práticas estão no Sudeste Asiático, Indonésia, China, Vietnã, Filipinas, entre outros. A América Latina também é um dos alvos procurados pelas grandes marcas pela mão de obra barata, como México, Bolívia, Brasil, Argentina etc.

Encontramo-nos frente à lógica de um modelo que impõe uma forma de produção baseada no trabalho forçado e um padrão de consumo orientado a um público de elevado poder aquisitivo. Assim, enquanto o salário dos trabalhadores é miserável, as peças de roupa serão vendidas no mercado a preços altíssimos, sendo isso um indicador do individualismo e do consumismo que alimenta esse modelo de acumulação capitalista flexível na esteira do *fast-fashion*. Um mercado da moda preocupado com a adequação às demandas de consumo diversas e rápidas, produzindo condições sociais de desca-so em relação a ou o interesse pelas outras pessoas, pelo sofrimento e o desespero alheios.

Standing (2014) considera que o precariado não se mostra ainda como uma classe organizada que busca ativamente seus interesses, em parte porque aqueles que o compõem são incapazes de controlar as forças tecnológicas e o modelo de produção que enfrentam. Há uma incapacidade da massa de pessoas incluídas no precariado de pensar a longo prazo, induzida pela baixa probabilidade de progresso pessoal ou de construção de uma carreira. As condições adversas de trabalho provocam sofrimento, os trabalhadores precarizados sofrem raiva, anomia, ansiedade e alienação⁵. Esses são sentimentos provocados pela insegurança e pela falta de entusiasmo por um futuro diferente e melhor, sem objetivos a longo prazo e sem a possibilidade de mobilidade social.

⁵ Standing (2014) oferece uma definição do que ele chama de “quatro A” que sofre O Precariado, *Raiva (Anger)*: Frustração diante da impossibilidade de promover uma vida nascida do desespero (Émile Durkheim), que se intensifica com a perspectiva de empregos simples e desprovidos de carreira. *Ansiedade*: Insegurança associada à oscilação constante à beira do limite, com o medo de perder o que possui. *Alienação*: A frustração que provoca fazer um trabalho que não é para eles, que é para um outro.

Felizmente podemos contrapor à percepção de Standing (2014) os testemunhos de iniciativas que demonstram que a organização dos trabalhadores e a *empatia*⁶ tem lugar em recônditos cantos do planeta. Com a consciência de saber que os exemplos de exploração que o mundo de hoje experimenta são ferozmente incalculáveis e que, portanto, abrumam qualquer tentativa de mudança no horizonte, vamos nos permitir uma perspectiva diferente, por ser solidária, e que nasce da experiência real.

NO CHAINS: DUAS EXPERIÊNCIAS DE COOPERATIVAS GLOBAIS SOLIDÁRIAS

Em junho de 2010, uma nova experiência estava sendo construída a partir de duas realidades que, embora tenham se originado em países bem distantes, com costumes muito diferentes e idiomas particulares, compartilham um mesmo sentido – o que fez que se encontrassem e comesçassem uma caminhada conjunta para mostrar que um mundo sem trabalho escravo é necessário e urgente em todas as partes do planeta.

A proposta foi a de criar uma marca de roupas global, a partir da qual se denunciasses o trabalho escravo e visibilizasse a luta. A marca No Chains (Sem correntes) está formada por duas cooperativas de trabalhadores em lados opostos do mundo, Dignity Returns, na Tailândia, e Mundo Alameda, na Argentina.

O contato dessas duas cooperativas se realizou num encontro entre organizações sociais, sindicais e de direitos humanos do sudeste asiático, ao qual foram convidados os integrantes da cooperativa argentina. O encontro foi convocado pelo Centro de Monitores de Recursos Laborais, uma Organização Não Governamental (ONG) com sede em Hong Kong que reúne organizações de 17 países do Sudeste Asiático e que promove o trabalho decente. O primeiro passo foi criar uma rede global de costureiros e costureiras com o objetivo focado em dar a conhecer a luta de cada uma das experiências contra o trabalho

⁶ Segundo Standing (2014, p. 45): “Uma boa sociedade precisa que as pessoas tenham empatia, uma capacidade de se projetar na situação do outro. Sentimentos de empatia e competição estão em constante tensão... O medo do fracasso, ou de ser capaz de alcançar apenas um status limitado, conduz facilmente à negação de empatia”.

escravo e globalizá-la, para assim incentivar e espalhar a consciência entre os consumidores e os trabalhadores (Videla, 2010).

Dignity Returns

Tal como apresentado no site da cooperativa, Dignity Returns é um empreendimento fundado em Bangkok em 2003 após os trabalhadores da empresa Tailandesa Bed & Bath terem sido dispensados com salários atrasados. A fábrica produzia roupas para exportação. Alguns dos clientes mais conhecidos eram Nike, Gap, Reebok e Umbro. As condições dos trabalhadores eram precárias, com salários baixos e extensas jornadas de trabalho. Os trabalhadores fizeram denúncias sobre estas condições, e foi por causa destas que foram reprimidos. A fábrica fechou as portas e os trabalhadores não receberam seus salários atrasados. Os trabalhadores iniciaram uma luta de reclamações frente ao Ministério do Trabalho, costuraram roupas na rua com sete máquinas e bandeiras de protesto. As manifestações finalizaram ainda em 2003 quando as reivindicações dos trabalhadores foram ouvidas e respondidas. Receberam os salários atrasados e conseguiram dobrar o prazo de seguro desemprego de 30 para 60 dias. Alguns trabalhadores procuraram novos empregos, outros tentaram retornar ao campo para trabalhar na agricultura e 40 dos ex-trabalhadores da Bed & Bath formaram um grupo solidário que, com apoio do governo, amigos e patrocinadores, comprou equipamentos e abriu a fábrica chamada “Voltar à Dignidade”. O espaço de trabalho foi gerido pelo conjunto dos trabalhadores, livres da opressão, exploração e ameaças dos patrões. As dificuldades de uma pequena empresa para conseguir continuar trabalhando até chegar a produzir só peças da marca própria não são poucas, por isso os cooperados tomaram a decisão coletiva de fazer trabalhos para outras empresas (“Dignity Returns: A Factory of Workers in Thailand”, 2014).

Mundo Alameda

Foi a partir da crise de 2001 na Argentina que nasceu Mundo Alameda. A Crise foi a eclosão daquilo que o modelo de exclusão

neoliberal vinha gestando há anos; a resposta da população foi a de se unir, de se organizar e a de procurar respostas coletivas aos problemas coletivos que a sociedade toda atravessava. A proposta surpreendeu o mundo: depois de décadas de antipolítica, de ataques aos laços de solidariedade e de organização da população, foi na ocupação do espaço público onde começaram a se encontrar as respostas, nas mesmas assembleias dos bairros.

A cooperativa Mundo Alameda nasceu de uma assembleia popular do bairro de Parque Avellaneda na cidade de Buenos Aires, no ano de 2002. Surgiu de outra cooperativa que tentava neste mesmo âmbito achar resposta aos problemas que atingiram os argentinos naquele momento. Os vizinhos dos bairros se juntavam nas assembleias populares, que com esforço da comunidade ofereciam comida para os mais necessitados, que eram muitos. Numa dessas assembleias surgiram diferentes projetos de cooperativas de trabalho. Entre eles, a cooperativa Mundo Alameda, com a ideia de gerar uma fonte de trabalho genuíno e recuperar a cultura do trabalho e a dignidade das pessoas. Os projetos iniciais foram pequenos, até que no ano 2004 conseguiram apoio do Ministério de Desenvolvimento Social. A cooperativa têxtil iniciou com 3 membros e atualmente são 14 pessoas que trabalham e conseguem manter clientes estáveis, para os quais confecciona roupas livres de trabalho escravo. Alguns dos integrantes da cooperativa são imigrantes que foram vítimas de trabalho escravo em oficinas clandestinas produzindo roupas para marcas reconhecidas (“Mundo Alameda”, 2015).

No Chains, a proposta...

Ambas cooperativas têm uma história de luta que querem mostrar ao mundo. A intencionalidade do trabalho cooperativo, além de ser uma saída econômica e de geração de emprego, é a de transmitir uma mensagem de conscientização sobre as condições de trabalho precário que muitos trabalhadores sofrem produzindo os objetos que a sociedade utiliza às vezes cotidianamente e outras como artigos de luxo. É importante contar com o consumidor, como parte da corrente

de produção, para que seja consciente dos efeitos de seu agir quando escolhe o que consumir.

Neste trabalhoso e dedicado esforço as duas experiências se encontraram e decidiram se unir na luta pela visibilização da urgência do trabalho digno. Desde o ano 2010, as duas cooperativas criaram uma marca de roupa global chamada No Chains, à qual foram se unindo novas experiências como a Defend Job de Filipinas, a Associação de Mulheres Trabalhadoras de Hong Kong e a “100 % dignos” da Indonésia. Em todas estas experiências, participam trabalhadores que foram vítimas de trabalho escravo e forçoso (“Dignity Returns: A Factory of Workers in Thailand”, 2014).

Podemos vincular o exemplo da No Chains à empatia de que Standing nos fala: “Uma boa sociedade precisa que as pessoas tenham empatia, uma capacidade de se projetar na situação do outro” (Standing 2014, p. 45). Aqui a empatia surge pelo sentimento compartilhado do sofrimento vivido, mas também pelo assombro que provoca saberem-se similares sendo tão distintos. Em lugares totalmente distantes do mundo sofrem condições de trabalho precário semelhantes e apresentam uma força interior por mudar a realidade, contra as adversidades que o mundo competitivo de nossos dias apresenta.

Como Munk (2002) propõe, Polanyi pode ser uma inspiração, tomando em conta as distâncias com o momento da sua obra principal “A grande transformação” (1944), onde descreve os transtornos produzidos pelo surgimento do capitalismo industrial e a negatividade que representa um mercado autorregulado. O conceito que tentamos resgatar aqui é o de “contra movimento”, uma medida que, segundo Polanyi, a sociedade adota para se proteger. A ideia principal é a da proteção social e a da preservação do homem e da natureza. Nos tempos da Revolução Industrial, a classe trabalhadora foi também a mais afetada, suas vidas sofreram transtornos catastróficos. Apareceram leis de proteção e associações restritivas (sindicatos) e outros instrumentos de intervenção que geraram o “contra movimento”. Nos dias atuais, em que novamente a classe trabalhadora é a mais afetada diante das medidas econômicas e produtivas que adota o capital que incrementa seus benefícios nas costas dos trabalhadores precários, o movimento

de consciência autogestionária está surgindo como alternativa à exploração. Os exemplos ainda são poucos, mas começam a se reproduzir e podem continuar assim à medida que o mundo os conheça.

A evidência da proposta cooperativista para uma sociedade mais igualitária neste contexto começa a ser tentadora para os trabalhadores cansados do abuso patronal. A democratização no interior das experiências que se preocupam com os direitos individuais e do coletivo é uma realidade. A cooperação é o elemento central e motor desta racionalidade econômica, conseguindo sustentar os empreendimentos com resultados materiais efetivos e ganhos econômicos. Os efeitos da cooperação são tangíveis e reais, somados a uma qualidade de vida dos trabalhadores e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais, que surgem da sua participação na organização e na totalidade do processo produtivo, como da forma de gerenciamento horizontal e de responsabilidade assumida pelo coletivo. O interesse em garantir o sucesso do empreendimento é um grande fator estimulante na vida dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante compreender que vivemos em tempos de globalização e que as vantagens podem chegar a ser tão fortes como os transtornos provocados pelos habilidosos movimentos do capital famintos de acumulação. As possibilidades de interação entre experiências distantes ao redor do mundo podem ser uma ferramenta contra-hegemônica, mostrando que outras relações no interior da organização laboral são possíveis.

Mesmo que ainda tenham muito a avançar, a realidade dos empreendimentos autogestionários tratados neste artigo apresenta, para os trabalhadores, condições melhores do que aquelas que o mundo do trabalho flexível lhes oferecia, onde as perspectivas de melhora econômica, projeção pessoal e social e de relacionamento eram inexistentes. A autogestão começa paulatinamente a se apresentar como uma alternativa e uma nova possibilidade, com a intencionalidade de que

cada homem e mulher valorize seu trabalho e o faça valer justamente. A roda autogestionária começou a girar.

Com base nas experiências tratadas neste artigo, peço licença para discordar do argumento de Standing (2014), já que considero que o futuro próximo pode ser mais promissor do que aquele por ele descrito. O autor argumenta que é uma característica atual do precariado se solidificar como uma classe em si. Ele o descreve como um processo de “queda” para dentro do precariado ou de ser arrastado para uma existência precarizada. Para o autor, isso marca um contraste com a tradicional classe trabalhadora, nas suas palavras:

Levou um tempo para que a classe trabalhadora se tornasse uma classe organizada que busca ativamente seus interesses, mas quando isso aconteceu, gerou um orgulho robusto e uma dignidade que ajudou a torná-la uma força política com uma agenda de classe. O precariado ainda não está nesse estágio, mesmo que alguns de seus membros demonstrem um orgulho provocador em suas passeatas, seus blogs e suas interações (Standing, 2014, p. 45).

Para compreender as diferenças que marcam as características de cada período histórico é necessário tomar em conta os fatos econômicos e sociais que atingiram o mundo desde o final do século XX, tal como abordados no começo e ao longo deste artigo. As dificuldades do precariado para se transformar numa classe para si, como expõe Standing (2014), não são dificuldades que não se pudesse antever, bem pelo contrário, a despolitização e a desarticulação formam parte do processo neoliberal que assolou aquela classe trabalhadora industrial que o autor relembra com nostalgia. A falta de união e a procura de soluções individuais é produto do mesmo processo que fortalece o individualismo e a falta de solidariedade.

Mas nem toda prática política conseguiu ser apagada das lembranças sociais, esse foi o caso das assembleias dos bairros que começaram a procurar soluções quando a crise explodiu na Argentina. Também é particular o exemplo de organização popular como o movimento dos *Piqueteros*, que surgiu em 1970 no sul do país com ocupa-

ções nas estradas para reivindicar terras. Este ressurgiu em 1990 como movimento de “trabalhadores desempregados”, que se consideram trabalhadores, mas que se encontram sem emprego pelo contexto de crise que atravessava o país. Organizam-se sob a identidade de “trabalhadores desempregados” em reivindicação de trabalho e amparo do Estado para alcançar condições de vida digna. É também o caso das cooperativas têxteis do sudeste asiático que se organizaram para lutar contra o trabalho escravo e tomar a iniciativa de mudar a realidade que o mercado lhes oferecia.

Aos poucos, as experiências cooperativas e solidárias vão se multiplicando, mas sabemos que ainda a proporção é ínfima quando comparada com seu grande concorrente, o capitalismo. Mas tudo teve um começo, tudo foi criado e é fatível de ser recriado. A luta é difícil porque, como se sabe, o modo de produção capitalista não é apenas diferente das formas de cooperação e autogestão se não contrário a estas, tanto na sua organização como nos interesses que as envolvem.

REFERÊNCIAS

Dignity Returns: A Factory of Workers in Thailand. Disponível em: <<http://www.dignityreturns.org/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

KLEIN, Naomi. **NO LOGO: el poder de las marcas.** Buenos Aires: Paidós, 2009.

MUNCK, Ronaldo. **Globalización y trabajo:** la nueva “Gran Transformación”. España: Editorial El Viejo Topo, 2002.

MUNDOALAMEDA. Disponível em: <<http://www.mundo-alameda.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

NGAI, Pun; CHAN, Jenny.; SELDEN, Mark. **Morir por un iPhone.** Apple, Foxconn y las luchas de los trabajadores en China. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation**. Boston, Massachusetts: Beacon Press Books, 1944.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

USA (ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA). **Annual Report Apple Inc.** Securities and Exchange Commission, 2013. Disponível em: <http://files.shareholder.com/downloads/AAPL/2228807434x0x701402/a406ad58-6bde-4190-96a1-4cc2d0d67986/AAPL_FY13_10K_10.30.13.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

VIDELA, Eduardo. Costuras sin cadenas. **Página12**, 4 abr. 2010.

WILLIAMSON, J. No hay consenso en el significado: reseña sobre el Consenso de Washington y sugerencias sobre los pasos a dar. **Finanzas y desarrollo**: publicación trimestral del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial, v. 40, n. 3, p. 10-13, 2003.

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Ricardo Gaspar Müller

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia	José Carlos Mendonça
Ary César Minella	Laura Senna Ferreira
Fernando Ponte de Sousa	Maria Soledad Etcheverry Orchard
Iraldo Alberto Alves Matias	Michel Goulart da Silva
Jacques Mick	Paulo Sergio Tumolo
Janice Tirelli Ponte de Sousa	Valcionir Corrêa

Outros lançamentos de 2015

A experiência contemporânea da política entre jovens brasileiros

Janice Tirelli Ponte de Sousa (coord.)

Pedagogia histórico-crítica e sua estratégia política – fundamentos e limites

Neide Galvão Favaro

O espírito dos donos – empreendedorismo como projeto de adaptação da juventude

Camila Souza Betoni

Finanças solidárias e a luta contra-hegemônica – um estudo de caso

Luciana Raimundo

Terrorismo de Estado – a tortura como uma das formas de sua expressão

Sabrina Schult

Gênero, educação e sociologia – uma proposta de trabalho didático para o Ensino Médio

Luisa Bonetti Scirea

Ontologia e crítica do tempo presente

*Patricia Laura Torriglia, Ricardo
Gaspar Müller, Ricardo Lara
e Vidalcir Ortigara (org.)*

Laura Senna Ferreira. Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: laurasennafe@hotmail.com.

Maria Soledad Etcheverry Orchard. Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Antropologia pela UFSC. E-mail: maria.soledad@terra.com.br.

Laura Senna Ferreira e Maria Soledad Etcheverry Orchard (org.)

LEITURAS DO MUNDO DO TRABALHO

UM OLHAR SOCIOLÓGICO

Na virada do século XX para o XXI, no âmbito das cadeias produtivas globais, os trabalhadores passaram a vivenciar uma maior instabilidade e insegurança em contextos de intensificação da flexibilização do trabalho. Ofuscam-se as fronteiras entre trabalho e não trabalho, impactando as identidades laborais. Os artigos desta coletânea analisam processos de precarização do trabalho, bem como o compromisso com a promoção do trabalho decente no campo das políticas públicas e das experiências autogestionárias. Analisam-se profissionais da saúde, designers, deficientes, músicos, jornalistas, mecânicos e operários têxteis, demonstrando que tanto o setor de serviços como a esfera industrial estão submetidos à intensificação da produtividade. Em todos esses contornos laborais emerge uma ideologia do trabalho que reforça saídas individuais para crises que são de fato de ordem coletiva.



www.editoriaemdebate.ufsc.br